



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ANDRÉA LOPES DA SILVA

**AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O USO DO INGLÊS NO CONTEXTO DA
INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

JOÃO PESSOA
2024

ANDRÉA LOPES DA SILVA

**AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O USO DO INGLÊS NO CONTEXTO DA
INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

Trabalho de dissertação para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração Linguística e Práticas Sociais e linha de pesquisa Linguística Aplicada, sob orientação da Prof^a Dr^a Socorro Cláudia Tavares de Sousa.

**JOÃO PESSOA
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Andréa Lopes da.

As políticas linguísticas para o uso do inglês no contexto da internacionalização do ensino superior brasileiro / Andréa Lopes da Silva. - João Pessoa, 2024.

117 f. : il.

Orientação: Socorro Cláudia Tavares de Sousa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Instituições de ensino superior. 2. Internacionalização - Universidades. 3. Inglês como Meio de Instrução (IMI). 4. Comunidade acadêmica - Percepções. 5. Inglês - Estratégias de implementação.
I. Sousa, Socorro Cláudia Tavares de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
ANDREA LOPES DA SILVA

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro (21/05/2024), às catorze horas, realizou-se, via Plataforma Google Meet, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada “**AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O USO DO INGLÊS NO CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**”, apresentada pelo(a) mestrando(a) **ANDREA LOPES DA SILVA**, Licenciado(a) em **Letras** pelo(a) **Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**, que concluiu os créditos para obtenção do título de MESTRE(A) EM LINGUÍSTICA, área de concentração **Linguística e Práticas Sociais**, segundo encaminhamento do(a) Prof(a). Dr(a). Jan Edson Rodrigues Leite, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O(A) Prof(a). Dr(a). Socorro Cláudia Tavares de Sousa (PROLING - UFPB), na qualidade de orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os(a)s Professores(as) Doutores(as) Andrea Silva Ponte (Examinadora/PROLING-UFPB) e Rivadavia Porto Cavalcante (Examinador/IFTO). Dando início aos trabalhos, o(a) senhor(a) Presidente Prof(a).Dr(a).Socorro Cláudia Tavares de Sousa convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(à) Mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido(a) pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, ao qual foi atribuído o conceito **APROVADA**. Proclamados os resultados pelo(a) professor(a) Dr(a). Socorro Cláudia Tavares de Sousa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 21 de maio de 2024.

Observações

Considerando a importância da temática, a Banca Examinadora recomenda que o trabalho passe por uma revisão textual, bem como inclua nas análises a fundamentação teórica de política linguística.

Prof(a). Dr(a). Socorro Cláudia Tavares de Sousa
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof(a).Dr(a). Andrea Silva Ponte
(Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Rivadavia Porto Cavalcante
(Examinador)

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, cujo amor incondicional e apoio constante foram fundamentais em cada etapa desta jornada, e a todos aqueles que estiveram presentes, de diversas maneiras, contribuindo para o meu crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por guiar-me até este momento e por fortalecer-me durante toda esta jornada.

Aos meus queridos pais, Maria José e Francisco, expresso a minha eterna gratidão pelo apoio incondicional, amor e confiança que sempre depositaram em mim. Sem vocês, esta caminhada não teria sido possível.

À minha orientadora, Prof^a Socorro Cláudia, dedico um agradecimento especial. Sua paciência, generosidade e parceria foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Agradeço por sua orientação firme e por me encorajar a superar desafios acadêmicos.

Aos membros da banca, Prof^a Andréa Pontes e Prof. Rivadavia Cavalcante, agradeço pelo aceite, leitura cuidadosa e valiosas sugestões para aprimorar este trabalho.

Aos meus familiares, amigos e amigas, minha gratidão por estarem ao meu lado durante toda essa jornada. Agradeço especialmente a Keyte e Laís, minhas amigas e companheiras de pós-graduação por compartilharem não apenas os momentos de alegria, mas também as dificuldades.

A Brenno e Natália, pelas conversas, memes e risadas que serviram de alívio em diversos momentos.

Ao Núcleo de Estudos em Política e Educação Linguística (NEPEL) agradeço pelas discussões e pela partilha de conhecimentos, que também foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), expresso a minha gratidão pelo suporte financeiro.

A todos que estiveram presentes de alguma forma durante este processo, minha mais sincera gratidão. Cada um de vocês teve um papel fundamental neste percurso. Levo todos os aprendizados e apoio recebidos para o resto da minha vida. Muito obrigada!

RESUMO

O interesse por internacionalizar o ensino superior tem se tornado cada vez mais evidente no contexto das universidades brasileiras. Apesar da complexidade para definir o fenômeno da internacionalização, ações fundamentadas em diferentes percepções e interesses da comunidade acadêmica têm sido implementadas nas instituições de ensino superior. Considerando a importância das línguas para a implementação desse processo, uma das estratégias utilizadas pelas instituições é a adoção do Inglês como Meio de Instrução (IMI). O interesse pelo uso do inglês e do IMI tem se tornado crescente devido ao *status* do idioma como língua da ciência e como uma língua franca global. Contudo, um dos fatores que parece dificultar o uso do inglês e a implementação do IMI nas universidades é justamente a barreira linguística, considerando que o nível de proficiência de professores e alunos costuma ser insuficiente ou estar abaixo do esperado. Partindo desse contexto, o presente trabalho teve como objetivo investigar o papel do inglês e do IMI no processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras e discutir algumas das ideologias referentes ao uso da língua e da implementação do IMI. Para a realização deste objetivo, foram selecionados documentos oficiais das instituições de diferentes naturezas, contento as políticas linguísticas voltadas para a internacionalização. Esses documentos são oriundos de diferentes regiões do Brasil. Para fundamentar nossa análise, recorreremos às reflexões sobre crenças de Spolsky (2004, 2009, 2021) e às noções e discussões sobre internacionalização apresentadas por Knight (2004, 2005, 2014), inglês como língua franca por Jenkins (2014, 2018) e IMI por Baumvol (2016), Dearden (2014) e Gimenez *et al.* (2021). Inserimos esta investigação no paradigma interpretativista (Lin, 2015), visto que buscamos também descrever a voz das instituições de ensino superior. Realizamos uma análise temática, seguindo os passos propostos por Braun e Clarke (2006) e estabelecemos duas categorias de análise: percepções sobre a adoção do Inglês e do IMI e Estratégias/ações para o uso da língua inglesa e para a implementação do IMI. Os resultados indicaram que as percepções recorrentes para o uso do inglês e para a implementação do IMI no ensino superior brasileiro são: atrair professores e alunos estrangeiros, buscar a excelência acadêmica, alcançar posição de destaque em *rankings* globais de educação, promover maior integração entre instituições de diferentes nações e culturas, dentre outras. Em relação às ações para o uso do idioma e do IMI, identificamos: oferta de disciplina em língua estrangeira, criação de centros de idiomas, escrita de documentos institucionais em língua estrangeira, tradução dos sites das universidades, escrita de trabalho de conclusão de curso de graduação e pós-graduação etc. Esses resultados demonstram a posição de privilégio ocupada pela língua inglesa como o idioma escolhido no processo de internacionalização do ensino superior, acarretando o fortalecimento de ideologias que supervalorizam o inglês em detrimento de um discurso de promoção da diversidade linguística.

Palavras-Chave: Internacionalização; Inglês como Meio de Instrução (IMI); Percepções; Estratégias; Instituições de Ensino Superior.

ABSTRACT

The interest in internationalizing higher education has become increasingly evident in the context of Brazilian universities. Despite the complexity of defining the phenomenon of internationalization, actions have been implemented in higher education institutions based on different perceptions and interests of the academic community. Considering the importance of languages for the implementation of this process, one of the strategies used by institutions is the adoption of English as a Medium of Instruction (EMI). The interest in using English and EMI has been growing due to the language's status as the language of science and as a global lingua franca. However, one of the factors that seems to hinder the use of English and the implementation of EMI in universities is the language barrier, considering that the proficiency level of teachers and students is often insufficient or below the expected standard. In this context, this study aimed to investigate the role of English and EMI in the internationalization process of Brazilian public universities and discuss some of the ideologies regarding the use of the language and the implementation of EMI. To achieve this goal, official documents from institutions of different natures containing language policies related to internationalization were selected. These documents are from different regions of Brazil. To underpin our analysis, we relied on Spolsky's (2004, 2009, 2021) reflections on beliefs and Knight's (2004, 2005, 2014) notions and discussions on internationalization, Jenkins' (2014, 2018) research on English as a lingua franca, and Baumvol's (2016), Dearden's (2014), and Gimenez et al.'s (2021) studies on EMI. We framed this investigation within the interpretive paradigm (LIN, 2015) as we also aimed to describe the voice of higher education institutions. We conducted a thematic analysis, following the steps proposed by Braun and Clarke (2006), and established two categories of analysis: Perceptions about the adoption of English and EMI and Strategies/actions for the use of the English language and the implementation of EMI. The results indicated that the recurring perceptions for the use of English and the implementation of EMI in Brazilian higher education are: attracting foreign teachers and students, seeking academic excellence, achieving a prominent position in global education rankings, promoting greater integration between institutions from different nations and cultures, among others. Regarding actions for language use and EMI implementation, we identified: offering courses in a foreign language, establishing language centers, writing institutional documents in a foreign language, translating university websites, writing undergraduate and graduate theses, etc. These results demonstrate the privileged position occupied by the English language as the chosen language in the internationalization process of higher education, reinforcing language ideologies that overvalue English at the expense of promoting linguistic diversity.

Keywords: Internationalization; English as a Medium of Instruction (EMI); Perceptions; Strategies; Higher Education Institutions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias e quantidade de trabalhos publicados sobre IMI	43
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação das pesquisas sobre IMI.....	43
Quadro 2 - Documentos oficiais de internacionalização das IES encontrados por região.....	57
Quadro 3 - As seis fases da análise temática.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<i>CLIL</i>	<i>Content and Language Integrated Learning</i>
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CsF	Ciências sem Fronteiras
DCE	Divisão de Temas Educacionais
DERI	Divisão de Relações Internacionais
<i>EAIE</i>	<i>European Association for International Education</i>
<i>EAP</i>	<i>English for Specific Purposes</i>
<i>EL FELLOW</i>	<i>English Language Fellow</i>
<i>EMI</i>	English as a Medium of Instruction
<i>ETA</i>	<i>English Teaching Assistant</i>
FAPs	Fundações de Amparo à Pesquisa
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional
GTs	Grupos de Trabalho
<i>IaH</i>	<i>Internationalisation at Home</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
ILF	Inglês como Língua Franca
IMI	Inglês como Meio de Instrução
INLAT	Iniciativa Latino-Americana para a Internacionalização do Ensino Superior
LA	Linguística Aplicada
LI	Língua Inglesa
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-graduação
PL	Política Linguística
PPL	Política e Planejamento Linguístico
<i>SIG</i>	<i>Special Interest Group</i>
UECE	Universidade Estadual do Ceará

UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	19
2.1 O CONCEITO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	19
2.2 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	26
3 O USO DO INGLÊS E DO INGLÊS COMO MEIO DE INSTRUÇÃO NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	29
3.1 AS IMPLICAÇÕES NA ADOÇÃO DO IMI.....	29
3.2 O INGLÊS COMO MEIO DE INSTRUÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	39
4 NOÇÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA	46
4.1 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	46
5 METODOLOGIA.....	54
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	54
5.2 DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	56
5.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS	61
6 ANÁLISE DOS DADOS	63
6.1 PERCEPÇÕES SOBRE O USO DO INGLÊS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	63
6.1.1 Domínio do inglês	64
6.1.2 Atração de estrangeiros	69
6.1.3 Intercâmbio e mobilidade acadêmica	72
6.1.4 Internacionalização em casa	76
7 ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA O USO DO INGLÊS.....	84
7.1 FORMAÇÃO LINGUÍSTICA	85
7.2 INGLÊS COMO MEIO DE INSTRUÇÃO (IMI).....	92
7.3 DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA.....	99
7.4 COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE	102
7.5 IMPLICAÇÕES DO USO DO INGLÊS NAS IES BRASILEIRAS	105
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	113

1 INTRODUÇÃO

O interesse por internacionalizar tem se tornado cada vez mais evidente no contexto da educação superior (Wassem; Pererira; Finardi, 2020). Apesar da complexidade para definir o fenômeno da internacionalização, ações fundamentadas em diferentes motivações para promover/fomentar esse fenômeno têm sido implementadas nas instituições de ensino superior, tais como: melhoria da qualidade da educação, preparação para um mundo globalizado, atração de docentes e discentes estrangeiros, ampliação das oportunidades de pesquisa e colaboração, preparação para o mercado de trabalho global, entre outras (Knight, 2004, 2007). Nesse cenário, a língua inglesa é colocada como o idioma de preferência para a criação de políticas linguísticas voltadas para a implementação da internacionalização do ensino superior (Guimarães; Finardi; Cassoti, 2019).

Na maioria das vezes, a escolha pela língua inglesa se explica devido ao seu *status* de língua franca global (Jenkins, 2014, 2018) e também devido à circulação de ideologias linguísticas que mantêm o inglês no posto de língua da ciência ou do/para o mercado de trabalho, transformando a internacionalização em um processo de *Eglshization* (Kirkpatrick, 2011; Bowles; Murphy, 2020), em que o inglês passa a ser a principal língua a ser utilizada no contexto acadêmico, restando pouco ou nenhum espaço para outras línguas.

Partindo da compreensão de que a internacionalização da educação superior é um processo complexo que envolve a promoção de intercâmbio acadêmico, colaboração científica e mobilidade de estudantes e professores em nível internacional, fica evidente que o inglês desempenha um papel significativo na internacionalização por conta de seu *status* de língua franca global, porém é importante reconhecermos que a internacionalização não deve se limitar apenas ao inglês. A promoção do multilinguismo é fundamental para garantir uma internacionalização inclusiva e equitativa. Ao priorizar exclusivamente o inglês, corre-se o risco de marginalizar outras línguas e culturas, excluindo grupos de estudantes e acadêmicos que podem não ter proficiência no inglês como língua estrangeira (Martyniuk, 2012; Van Der Walt, 2004, 2013).

Nessa perspectiva, é importante valorizar a diversidade linguística e cultural na internacionalização da educação superior (Van Der Walt, 2013). Isso significa promover a tradução e publicação de pesquisas em várias línguas, facilitar o acesso a recursos acadêmicos em diferentes idiomas e incentivar a colaboração acadêmica em várias línguas. Além disso, a internacionalização também pode ser alcançada por meio de programas de intercâmbio e

cooperação com instituições de ensino de outros países que tenham outras línguas como línguas de instrução. Dessa forma, é possível criar oportunidades para que estudantes e acadêmicos desenvolvam habilidades linguísticas em diferentes idiomas e tenham experiências culturais diversificadas (Martyuniuk, 2012).

Em suma, embora o inglês desempenhe um papel importante na internacionalização da educação superior, é essencial promover a diversidade linguística e cultural, garantindo que outras línguas também tenham espaço e reconhecimento nesse processo. A internacionalização não deve ser reduzida a um processo de *Englishization*, mas sim a uma oportunidade para o diálogo intercultural e para a valorização das diversas formas de conhecimento e expressão linguística (Dor, 2004; Galloway, 2020; Lin, 2020).

Apesar desse entendimento, fica evidente que o inglês ainda ocupa uma posição de privilégio como idioma a ser escolhido para o processo de internacionalização do ensino superior em todas as suas dimensões, o que acarreta na perduração da circulação de ideologias linguísticas que podem se tornar uma prática muito mais de exclusão do que de inclusão dos participantes de tal processo, além de ameaçar a diversidade de identidades culturais (Yeung, 2020; Sung, 2020; Lonsmann; Mortensen, 2021).

Em vista disso, o processo de internacionalização e a escolha das línguas para a implementação desse processo precisam ser compreendidos de forma crítica, considerando não apenas os seus benefícios, mas também, levantando questionamentos quanto às relações de desigualdade entre instituições de ensino superior que não têm o inglês como língua nativa ou língua oficial (Martinez, 2021). No entanto, as universidades parecem compreender a internacionalização como uma forma de alcançar um maior *status* no cenário internacional (Guimarães, 2019), buscando se equiparar ou se encaixar nos moldes criados por universidades do Norte Global, que continuam a orientar quais os passos para se atingir a tão almejada excelência acadêmica.

A partir dessa ideia ou entendimento do que significa internacionalizar a educação superior, surge um primeiro obstáculo nas pesquisas sobre o tema: definir o que é de fato internacionalização, considerando toda a sua complexidade de conceituação, criação de políticas linguísticas e por fim, sua implementação. Definir o que significa internacionalização não tem sido tarefa fácil e parece não haver consenso entre pesquisadores e/ou aqueles responsáveis por desenvolver políticas e criar resoluções de internacionalização das universidades.

Dito isso, reiteramos que se faz necessário o levantamento de questões e reflexões sobre os impactos da internacionalização nas relações de desigualdades entre universidades do Norte

e do Sul Global, bem como entre os participantes e envolvidos nesse processo, uma vez que, novamente, pensa-se somente nos benefícios da internacionalização. De acordo com Martinez (2021, p. 240), “é preciso questionar, desnaturalizar, ressignificar” os motivos pelos quais as universidades optam pela internacionalização ou até mesmo repensar a existência do processo, o que implicaria também a reflexão sobre as relações de (neo) colonialismo que continuam a existir e acompanhar o processo de internacionalização.

Segundo Knight (2004, p.11), a internacionalização pode ser definida como “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária”¹. Para a autora, internacionalizar significa ainda oportunizar a interconexão e a troca de conhecimento entre seus participantes (Knight, 2014).

Outra justificativa, segundo Knight (2004), para a internacionalização do ensino superior tem sido a de que o processo estaria relacionado a mais oportunidades no mercado de trabalho internacional, devido ao *status* ou prestígio das instituições de ensino superior consideradas internacionais e/ou globais. Consequentemente, a internacionalização perderia todo e qualquer propósito com relação à busca de melhorias para o ensino superior, focando majoritariamente ou somente na ampliação da visibilidade das universidades, além de tornar-se um processo excludente, que desconsidera o âmbito acadêmico como um espaço multilíngue, multicultural e que vise à promoção de uma educação mais justa ou igualitária.

Posto isso, o objeto de estudo da presente pesquisa concentra-se no uso do inglês como uma das políticas linguísticas de internacionalização do ensino superior brasileiro, considerando a importância dessa língua para a implementação desse processo. No caso IMI, a língua inglesa é utilizada como língua principal meio de comunicação e instrução em um ambiente educacional no qual professores e estudantes não sejam falantes nativos de inglês (Dearden, 2014).

O uso do inglês como meio de instrução também apresenta desafios. Um dos fatores que parece dificultar a implementação do IMI nas universidades é justamente a barreira linguística, considerando-se que o nível de proficiência de professores e alunos costuma ser insuficiente ou estar abaixo do esperado (Dearden, 2014; Baumvol, 2016; Macaro *et al.*, 2018; Sarmiento, 2019; Gimenez *et al.*, 2021).

¹ No original: "the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions or delivery of post-secondary education institutions and systems" (Knight, 2004, p.11).

Para os estudantes cuja língua materna não é o inglês, a adoção do IMI dificultaria o acompanhamento das aulas, especialmente as aulas ministradas por professores não nativos ou com sotaques diferentes. Os estudantes também podem enfrentar dificuldades em expressar suas ideias e opiniões de maneira clara e concisa em inglês.

No contexto brasileiro, apesar do crescente interesse na implementação do IMI como estratégia de internacionalização nas universidades, ainda há uma escassez de pesquisas centradas nesse tema. A maioria dos estudos mais recentes, provenientes do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tende a focar na análise dos discursos da comunidade acadêmica sobre o papel do IMI no processo de internacionalização (Leite, 2020), na identificação e quantificação dos termos relacionados ao IMI presentes nas resoluções de internacionalização ou nos Planos de Desenvolvimento Institucional das universidades (Ribeiro, 2020), ou ainda no desenvolvimento ou formação de professores e alunos visando à qualificação linguística antes da adoção do IMI (Pletsch, 2021).

A partir da nossa análise dos documentos oficiais das IES que contêm as políticas linguísticas, o planejamento para o uso do inglês e a implementação do IMI, observamos que a opção pelo uso da língua inglesa nas instituições de ensino superior ainda é pouco explorada, conforme apontado por Macaro *et al.* (2018). Diante disso, esta pesquisa busca fomentar as investigações sobre o tema, dando voz às IES brasileiras, tendo em vista que buscamos compreender de que forma as universidades públicas brasileiras planejam implementar o IMI no contexto da graduação e pós-graduação a partir da observação das percepções e estratégias ou ações encontradas nos documentos sobre internacionalização das IES.

No contexto atual da Linguística Aplicada (doravante LA), há uma crescente ênfase nas questões linguísticas com aplicabilidade prática, como salientado por Cook (2008). Nos últimos anos, um interesse crescente tem sido observado na investigação da internacionalização do ensino superior dentro desse campo, especialmente à luz da necessidade de descolonização das instituições universitárias, conforme observado por Martinez (2021).

Este trabalho se enquadra na LA, focando especialmente no campo da política linguística (PL), particularmente no que diz respeito à escolha da língua para conduzir o processo de internacionalização. No contexto específico da PL, esta deve ser considerada um elemento crucial no processo de internacionalização.

Partindo desse contexto, foram selecionadas resoluções de internacionalização de universidades públicas federais e estaduais oriundas das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil. Os documentos foram analisados, qualitativamente, a fim de respondermos os seguintes questionamentos:

- Como se caracterizam as políticas linguísticas para o inglês no processo de internacionalização em documentos de instituições de ensino superior brasileiras?
- Quais as percepções das IES brasileiras sobre o papel da língua inglesa no processo de internacionalização?
- Quais as ações e estratégias voltadas ao uso do inglês encontradas nos documentos das IES brasileiras?

Considerando essas perguntas de pesquisa, este trabalho tem como objetivo geral *investigar o papel da língua inglesa no processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras a partir da perspectiva das IES*. Para alcançarmos nosso objetivo geral, definimos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever as percepções das IES brasileiras sobre o uso do inglês presentes nos documentos de internacionalização;
- Analisar as ações e estratégias político-linguísticas para o uso do inglês nas universidades brasileiras.

A presente pesquisa está inserida nas discussões realizadas no Núcleo de Estudos em Política e Educação Linguística (NEPEL) e faz parte do projeto “Internacionalização no ensino superior e políticas linguísticas”². Duas dissertações de mestrado foram defendidas por integrantes do grupo de pesquisa e do projeto. O trabalho de Silva (2019) tinha como objetivo analisar o processo de internacionalização do ensino superior brasileiro a partir do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), sob a ótica da política e ideologia linguística; o de Medeiros (2021), por sua vez, investigou os sentidos da internacionalização e o papel da língua no processo a partir dos documentos institucionais e da percepção de coordenadores e professores de cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Recorremos à noção ampliada de Política e Planejamento Linguístico proposta por Spolsky (2004, 2009, 2012, 2021), levando em consideração as três dimensões do modelo apresentadas pelo autor: prática, gestão e ideologias. Esse modelo oferece uma abordagem abrangente para entender como as políticas linguísticas voltadas à internacionalização são implementadas e moldadas no contexto da educação superior.

Recorremos ainda a um aporte teórico dedicado às noções e discussões sobre internacionalização apresentadas por Knight (2004, 2005, 2014), inglês como língua franca por Jenkins (2014, 2018) e IMI por Baumvol (2016), Dearden (2014) e Gimenez *et al.* (2021). Por

² Ambos coordenados pela professora Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB).

fim, no capítulo cinco, trazemos as principais conclusões baseadas nos resultados, as contribuições da pesquisa e as possíveis lacunas a serem preenchidas por estudos futuros.

Quanto à estrutura do trabalho, afora esta introdução, no capítulo dois, damos início ao nosso referencial teórico, discutindo o conceito de internacionalização e o processo de internacionalização no ensino superior brasileiro. No capítulo três, abordaremos o uso do inglês como meio de instrução no processo de internacionalização do ensino superior; em seguida, discutimos o papel do inglês e do inglês como meio de instrução no processo de internacionalização do ensino superior, sob a perspectiva da língua franca e as questões relativas ao uso do inglês como meio de instrução na educação superior. No capítulo quatro, finalizamos a fundamentação teórica com a noção de política linguística adotada nesta pesquisa.

No capítulo cinco, referente à metodologia, caracterizamos nossa pesquisa como qualitativa e inserimos esta investigação no paradigma interpretativista (Lin, 2015), visto que descreveremos a voz das instituições públicas de ensino superior. Realizamos uma análise documental, conforme proposto por Cellard (2008), seguida por uma análise temática, seguindo os passos propostos por Braun e Clarke (2006), a fim de estabelecer nossas categorias de análise a partir das resoluções, relatórios, planos estratégicos de internacionalização e dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI) das universidades públicas (estaduais e federais) Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

No capítulo seis, exploraremos a análise e discussão dos resultados a partir dos métodos e das noções teóricas apresentadas. Nossa análise foi dividida em duas seções, considerando as categorias de análise estabelecidas, as quais são recorrentes nos documentos oficiais da IES: Percepções sobre o uso do inglês no ensino superior brasileiro e Estratégias e ações para o uso do inglês nas universidades públicas brasileiras. Por fim, no último capítulo, apresentamos as considerações finais, de modo que sintetizamos os principais resultados e discussões, destacando também as potenciais contribuições para a área, propondo direções para investigações futuras.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo, serão abordadas e analisadas diversas definições e a complexidade associadas ao termo "internacionalização". Além disso, será discutido o contexto do processo de internacionalização do ensino superior no Brasil.

2.1 O CONCEITO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O termo internacionalização começou a ser amplamente utilizado no campo do ensino superior na década de 1980, com o objetivo de promover estudos internacionais, intercâmbio educacional e assistência técnica (Knight, 2012). Desde então, houve um aumento significativo no número e na variedade de iniciativas internacionais realizadas por instituições, organizações e governos. Posto isso, adotamos a concepção de internacionalização proposta por Knight (2004), que visa integrar a dimensão internacional/intercultural ou global nas funções e propostas tradicionais da universidade, englobando ensino, pesquisa e serviços, incluindo a oferta de programas educacionais de ensino superior.

À medida que o século XXI avança, a dimensão internacional do ensino superior está se tornando cada vez mais crucial, e, ao mesmo tempo, mais complexa. Maranhão, Dutra e Maranhão (2017) observam que o tema da internacionalização do ensino superior está se disseminando amplamente, mas sua efetividade é muito mais complexa do que parece à primeira vista. Isso ocorre porque a internacionalização envolve uma interação dinâmica entre diversas variáveis, como políticas educacionais, culturais, econômicas e sociais, além de demandar uma abordagem holística que leve em conta as especificidades de cada contexto institucional e nacional.

Segundo Mok (2018), a promoção da internacionalização do ensino superior resultou em uma colaboração globalmente interligada no que diz respeito à interação entre universidades e à mobilidade estudantil além das fronteiras nacionais. No entanto, também trouxe consigo uma divisão localizada, à medida que as pessoas questionam o valor da educação internacional, com um número crescente de pessoas acreditando que o apelo à internacionalização da educação favoreceu elites e pessoas ricas, marginalizando os menos privilegiados.

Para Knight (2014), a internacionalização tornou-se um termo abrangente usado para descrever qualquer coisa remotamente relacionada às dimensões globais, interculturais ou internacionais do ensino superior, e, portanto, está perdendo seu foco. Dada essa complexidade,

a autora destaca a importância de uma revisão dos valores fundamentais que sustentam a internacionalização, tais como cooperação, parceria, troca, benefícios mútuos e capacitação. Esses valores estão sendo cada vez mais substituídos por uma mentalidade competitiva, comercialização, interesses próprios e busca de status.

Existem diversas maneiras pelas quais as instituições de ensino superior podem internacionalizar-se (Wihlborg; Robson, 2018). Essas estratégias podem incluir o estabelecimento de parcerias acadêmicas e de pesquisa com instituições estrangeiras, a oferta de programas de intercâmbio para estudantes e docentes, a adoção de currículos internacionais, a promoção da diversidade cultural no *campus*, a realização de projetos de cooperação internacional, a participação em redes acadêmicas globais e a implementação de políticas de recrutamento de estudantes internacionais. Cada uma dessas abordagens pode contribuir para a internacionalização da instituição de maneiras diferentes, proporcionando experiências enriquecedoras para a comunidade acadêmica e promovendo a excelência educacional em um contexto globalizado.

De acordo com Alsharari (2019), as oportunidades para acelerar a internacionalização nas instituições de ensino superior são vastas e abrangem diversas áreas-chave. Uma das principais oportunidades reside na melhoria geral na qualidade da educação oferecida, que pode ser alcançada através da exposição dos alunos a diferentes perspectivas culturais, métodos de ensino inovadores e colaborações internacionais em pesquisa. Além disso, a internacionalização proporciona uma plataforma para a difusão de tecnologia e conhecimento, permitindo que as instituições de ensino superior estejam na vanguarda das descobertas e inovações em diversas áreas do conhecimento.

Outro aspecto crucial é a criação de uma força de trabalho globalmente competente, preparada para enfrentar os desafios e oportunidades de um mercado de trabalho cada vez mais interconectado e diversificado. Ao proporcionar experiências internacionais aos estudantes, as instituições de ensino superior podem ajudar a desenvolver habilidades essenciais, como comunicação intercultural, trabalho em equipe global e adaptabilidade, que são cada vez mais valorizadas pelos empregadores em todo o mundo. Portanto, ao aproveitar essas oportunidades, as instituições de ensino superior podem não apenas fortalecer sua posição no cenário global, mas também desempenhar um papel significativo no desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, inovadora e sustentável.

Conforme observado por Altbach e Knight (2007), atividades internacionais expandiram-se significativamente em termos de volume, escopo e complexidade. Essas atividades variam desde programas de intercâmbio tradicionais, proporcionando aos alunos a

oportunidade de aprender sobre outras culturas, até o acesso ao ensino superior em países onde as instituições locais não conseguem atender à demanda. Além disso, essas atividades atualizam as perspectivas internacionais e habilidades dos alunos, melhorando os programas de língua estrangeira e fornecendo uma compreensão transcultural. No entanto, a internacionalização não se limita apenas à mobilidade estudantil. Ela também abrange colaborações acadêmicas, projetos de pesquisa conjuntos e redes de cooperação internacional entre instituições de ensino superior. Essas parcerias permitem a troca de conhecimentos e experiências entre acadêmicos de diferentes partes do mundo, impulsionando a inovação e o avanço científico.

Além disso, a internacionalização oferece oportunidades para as instituições de ensino superior expandirem sua presença global, estabelecendo *campi* ou programas de ensino em diferentes países, aumentando assim a sua atratividade e o alcance internacional. Portanto, a expansão e diversificação das atividades internacionais nas instituições de ensino superior desempenham um papel fundamental na preparação dos alunos para os desafios e oportunidades de um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que contribuem para o avanço do conhecimento e o fortalecimento da colaboração internacional na educação e na pesquisa.

Uma investigação sobre a internacionalização das instituições de ensino superior em termos de pesquisas em andamento foi conduzida por Romani-Dias, Carneiro e Barbosa (2019). Eles identificaram que as características dos pesquisadores têm um impacto positivo na internacionalização das instituições de ensino superior. Essas características incluem a experiência acadêmica internacional dos pesquisadores, a participação em redes de colaboração internacional, a coautoria internacional e a experiência internacional em publicações.

Morosini e Dalla Corte (2018) analisaram a internacionalização da educação superior no Brasil, estabelecendo inter-relações com o contexto da produção do conhecimento e contextos emergentes. Eles examinaram teses e dissertações disponíveis no banco de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Na perspectiva da expansão, identificaram os principais elementos que constituem a internacionalização, como a formação de redes de pesquisa, cooperação internacional, mobilidade acadêmica e estratégias institucionais.

Ramos (2018) investigou a lógica e os mecanismos da internacionalização da pós-graduação no Brasil. Por meio de um questionário respondido por 322 coordenadores de pós-graduação, foi identificado que a concepção predominante de internacionalização está orientada para atividades como a mobilidade acadêmica. Essa mobilidade é vista como o principal meio de acesso à experiência internacional, à formação de redes e ao estabelecimento de colaborações internacionais em pesquisa.

O estudo também apontou a falta de uma estratégia nacional e de sistemas administrativos e políticas institucionais adequadas na maioria das instituições de ensino superior do país, o que dificulta o desenvolvimento de laços mais significativos e sustentáveis de cooperação internacional.

A internacionalização da Educação Superior é um conceito multifacetado com várias abordagens e perspectivas. Hans de Wit (2002) identifica uma série de termos relacionados a essa temática, que vão desde termos genéricos até termos mais específicos e concretos. Entre os termos mais genéricos estão educação internacional, estudos internacionais, internacionalismo, educação transnacional e globalização da Educação Superior.

Nos termos mais específicos, incluem-se a mobilidade acadêmica, cooperação internacional, estudos no exterior e intercâmbio internacional. Por fim, os termos mais concretos abordam questões como educação multicultural, educação intercultural, educação transcultural, educação para o entendimento internacional, educação para a paz, educação global, estudos transnacionais e estudos globais.

Delgado-Márquez, Hurtado-Torres e Bondar (2011) categorizaram as definições de internacionalização da Educação Superior propostas por especialistas em quatro perspectivas genéricas estabelecidas por Knight (1997): atividade, competição, *ethos* e processo.

1. Perspectiva da Atividade: nessa perspectiva, a internacionalização concentra-se nas atividades da Educação Superior que promovem uma dimensão intercultural, incluindo a presença de estudantes internacionais, o currículo e o intercâmbio entre alunos e professores. Autores como Harari, Klasek, Arum e Van de Water, entre outros, enfatizam essa abordagem.
2. Perspectiva da Competição: a perspectiva da competição destaca o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e valores necessários para competir no mercado global. Autores como Soderqvist, Van der Wende e outros focam nessa perspectiva, com o objetivo de atrair estudantes estrangeiros e pesquisadores de alto nível.
3. Perspectiva do *Ethos*: essa perspectiva enfatiza a criação de uma cultura ou ambiente onde são valorizadas e apoiadas as perspectivas e iniciativas interculturais e internacionais. Autores como Pickert, Turlington, Hanson e Meyerson contribuem para essa visão.
4. Perspectiva do Processo: na perspectiva do processo, a internacionalização é vista como a integração de uma dimensão internacional e intercultural no ensino, pesquisa e

serviços, por meio de uma combinação de atividades, políticas e procedimentos. Autores como Knight, Schoorinan e De Wit se concentram nessa abordagem.

Cada uma dessas perspectivas oferece uma visão única da internacionalização da Educação Superior. Por exemplo, na perspectiva da atividade, a internacionalização é definida como o processo de integração da educação internacional no currículo, visando à cooperação internacional para aumentar a segurança nacional e a competitividade econômica. Por outro lado, na perspectiva da competição, a internacionalização visa transformar instituições de ensino em organizações internacionais para melhorar a qualidade do ensino e atrair estudantes estrangeiros e talentosos.

Knight (2003) revisou a sua definição de internacionalização da Educação Superior e propôs que ela seja compreendida nos níveis nacional, setorial e institucional. Sua definição destaca a importância da integração de uma dimensão internacional, intercultural e global no propósito, funções e oferta de ensino pós-secundário. A internacionalização não deve ser considerada um fim em si mesma, mas um meio para melhorar a qualidade da educação e pesquisa, além de contribuir para a sociedade.

De Wit e Hunter (2015) também contribuíram com uma nova definição, destacando que a internacionalização da Educação Superior é um processo intencional que visa integrar uma dimensão internacional, intercultural e global para aprimorar a qualidade da educação e pesquisa, beneficiando todos os estudantes e corpo docente.

Além disso, Knight (2012b) propôs a ideia de dois pilares interdependentes de internacionalização: a internacionalização "em casa" e a internacionalização no exterior. A primeira envolve a integração de perspectivas internacionais, interculturais e globais no currículo, enquanto a segunda aborda a mobilidade estudantil e suas implicações. Ambas as dimensões são cruciais para uma compreensão abrangente da internacionalização da Educação Superior.

Atualmente, a internacionalização não se limita à mobilidade acadêmica; é vista como um processo que exige formulação e monitoramento de estratégias em diversos contextos institucionais (Knight, 2018). Em termos de internacionalização "em casa", destacam-se aspectos interculturais e internacionais incorporados aos métodos de ensino, atividades extracurriculares, integração com comunidades étnicas e a participação de estudantes e professores estrangeiros na vida acadêmica local (Knight, 2018).

Isso envolve mudanças nos currículos, atraindo professores e estudantes estrangeiros, incentivando pesquisas colaborativas entre pesquisadores nacionais e estrangeiros, promovendo

eventos internacionais e interculturais nos *campi*, entre outras iniciativas. Essas atividades são parte do processo de posicionamento institucional em um sistema de ensino superior cada vez mais competitivo e globalizado (Fumasoli; Barabato; Turri, 2019).

A internacionalização não pode ser considerada completa se não for abrangente, caso contrário, ela se torna apenas uma repetição da velha educação internacional. O argumento de que a internacionalização abrangente é uma redundância, ou seja, uma tautologia, não reflete a realidade prática. Sem incorporar a ideia de internacionalização inclusiva na experiência coletiva das Instituições de Ensino Superior (IES), há o risco de se perpetuar o elitismo que se tenta combater (De Wit, 2013; De Wit; Jones, 2017).

Por muito tempo, a internacionalização foi sinônimo de mobilidade (Beelen; Jones, 2015). No entanto, apenas uma pequena parcela da comunidade acadêmica tem acesso a essa experiência, o que torna o foco excessivo na mobilidade contraproducente para os reais objetivos da internacionalização (Stallivieri, 2016; De Wit; Jones, 2017).

De Wit (2020) identificou várias tendências nos últimos 30 anos que se opõem à ideia de internacionalização inclusiva:

1. Políticas mais ad hoc, fragmentadas e marginais do que estratégicas;
2. Foco em um grupo elitista de estudantes e professores em vez de ganhos globais e interculturais para todos;
3. Pouco alinhamento entre as funções de educação superior: educação, pesquisa e serviços à comunidade (extensão);
4. Ênfase em rankings nacionais, regionais e globais;
5. Orientação por razões econômicas em constante mudança. (De Wit, 2020, p. 540 – 543)

No entanto, nos últimos anos, houve uma maior atenção à internacionalização do currículo e à Internacionalização em casa. É urgente prestar mais atenção à Internacionalização em casa, com a internacionalização do currículo como elemento-chave desse processo (Robson, 2017).

O movimento em direção a processos de internacionalização mais inclusivos é, em grande parte, resultado do trabalho do professor Bengt Nilsson, da Universidade de Malmo, na Suécia. Nilsson levantou questões importantes sobre a falta de dimensão internacional para a maioria dos estudantes e professores, levando à criação do grupo *Internationalisation at Home (IaH) Special Interest Group* na *European Association for International Education (EAIE)*.

A Internacionalização em casa, inicialmente definida como qualquer atividade internacional que não envolvesse mobilidade de estudantes e servidores (Crowther et al., 2000),

passou por refinamentos ao longo do tempo. Posteriormente, foi ampliada para incluir atividades que desenvolvam competências internacionais e interculturais em todos os estudantes, e, finalmente, foi conceituada como a integração intencional de dimensões internacionais e interculturais no currículo formal e informal para todos os estudantes em ambientes de aprendizagem domésticos (Beelen; Jones, 2011; 2015)

A liderança de Betty Leask na internacionalização do currículo envolve a incorporação de dimensões internacionais, interculturais e globais ao conteúdo do currículo, bem como nos objetivos de aprendizagem, atividades de avaliação, metodologia e em todos os serviços de apoio de um programa de estudo. Betty Leask é uma renomada acadêmica australiana, especialista em internacionalização do ensino superior e professora emérita da *University of South Australia*.

As contribuições acadêmicas de Leask têm influenciado significativamente a prática e a pesquisa no campo da educação internacional, fornecendo diretrizes e estratégias para que instituições de ensino superior em todo o mundo possam criar ambientes de aprendizagem verdadeiramente internacionais e culturalmente diversos (Leask, 2015). O trabalho de Betty Leask destaca a importância de uma abordagem holística e integrada para a internacionalização do currículo, que não apenas valoriza a diversidade cultural, mas também prepara os alunos para viver e trabalhar em um mundo cada vez mais interconectado e interdependente.

Essa abordagem vai além dos alunos e professores internacionais no *campus*, buscando envolver todos os estudantes em pesquisas internacionalmente orientadas e na diversidade linguística e cultural, desenvolvendo suas perspectivas internacionais e interculturais como cidadãos e profissionais globais (Leask, 2009).

Para alcançar uma internacionalização verdadeiramente inclusiva, as IES precisam incorporar a Internacionalização em casa como fundamental. Isso implica reconhecer, valorizar e utilizar a diversidade em sala de aula, envolver toda a instituição na entrega da internacionalização inclusiva e aproximar o local e o global nas áreas de pesquisa, educação e extensão (Delaquil, 2019).

Além disso, é crucial focar em parcerias regionais e globais para oferecer uma agenda internacional inclusiva. A internacionalização deve ser responsável, orientada por valores humanistas e pelo estímulo ao contato, aprendizado e cooperação intercultural (Gonçalves, 2009).

Atualmente, espera-se que as universidades não apenas proporcionem experiências de mobilidade acadêmica internacional, mas também integrem perspectivas internacionais, interculturais e comparativas nas vivências dos alunos, por meio de atividades tanto virtuais,

quanto presenciais no *campus*. O objetivo é competir globalmente em termos de prestígio, retornos econômicos significativos e crescimento econômico, ao mesmo tempo em que se aprimora a qualidade da educação e formação (Grange, 200; Cantwell, 2012).

Entretanto, é importante reconhecer que a internacionalização traz consigo tanto benefícios quanto riscos, incluindo efeitos não intencionais. Entre os benefícios estão a participação em fóruns internacionais de pesquisa e debates, o fortalecimento da posição do sistema de ensino superior no desenvolvimento social e tecnológico nacional, além da criação de redes e do aumento do capital social para melhorar as oportunidades de emprego.

Por outro lado, críticas à internacionalização incluem o reforço do neoliberalismo, levando à mercantilização do ensino superior e ao aumento das instituições privadas (Marginson, 2007). Além disso, questões relacionadas à desigualdade de acesso, predominância do inglês e poder desigual entre sistemas de ensino superior são levantadas (Marginson, 2007).

No entanto, a discussão globalizada sobre poder, privilégio, dominação e desigualdade no ensino superior, mesmo baseada em modelos ocidentais, pode aumentar a conscientização e expandir as opções de educação em todo o mundo (Walker, 2009).

Ainda assim, existe uma lacuna na pesquisa sobre a internacionalização em países distantes dos centros de excelência. Focar em países como o Brasil pode ajudar a compreender como as políticas de internacionalização são implementadas e respondidas pelas instituições de ensino superior, oferecendo *insights* sobre o processo em contextos nacionais específicos (Fumasoli; Huisman, 2013). Investigar as percepções e significados atribuídos pelos diferentes participantes pode enriquecer os conceitos e medidas da internacionalização em contextos nacionais.

2.2 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

O foco na internacionalização das universidades tornou-se uma prioridade para líderes acadêmicos, agências de fomento e entidades representativas de instituições de ensino superior públicas e privadas. Agências como CAPES/CNPq e Fundações de Amparo à Pesquisa/FAPs mantêm programas de cooperação acadêmica para expandir a participação de estudantes, pesquisadores e professores brasileiros em redes internacionais e projetos de pesquisa conjuntos. No entanto, a resistência das universidades em adotar mudanças só é superada por iniciativas externas, muitas vezes vinculadas a requisitos regulatórios ou investimentos específicos (Brasil, 2019a).

Os requisitos incluem não apenas a exigência de padrões de qualidade e excelência acadêmica, mas também a implementação de políticas e práticas que promovam a internacionalização, como a oferta de programas bilíngues ou em língua estrangeira, a facilitação da mobilidade estudantil e docente, o estabelecimento de parcerias internacionais e a participação em redes de pesquisa globais. Esses requisitos regulatórios e investimentos específicos são essenciais para impulsionar a internacionalização das universidades e garantir sua relevância no cenário global da educação superior.

O Brasil possui programas específicos para apoiar estudantes de países latino-americanos e africanos em cursos de graduação (PEC/G) desde a década de 1960, e em cursos de mestrado e doutorado em instituições brasileiras (PEC/PG) desde os anos 1980. O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), lançado em 2011, tinha como objetivo principal proporcionar formação e capacitação em universidades de excelência no exterior, porém o seu impacto foi mais notório fora do país do que no sistema universitário brasileiro (Brasil, 2011).

Diante dos desafios e limitações do CsF, a CAPES lançou o programa PrInt em 2017, incentivando as universidades a adotarem a internacionalização da pós-graduação e da pesquisa como um compromisso institucional de longo prazo. Entretanto, os dados indicam que a presença de estudantes estrangeiros nas instituições de ensino superior brasileiras ainda é limitada. A maioria das universidades possui iniciativas de internacionalização, mas enfrenta obstáculos na atração de pesquisadores e estudantes internacionais, na colaboração conjunta e no desenvolvimento da fluência em idiomas estrangeiros (CAPES, 2017b).

Apesar dos esforços e avanços na internacionalização, as políticas públicas ainda precisam lidar com desafios como a falta de clareza nas diretrizes, a resistência interna e a ausência de incentivos claros para atrair talentos internacionais. A colaboração internacional entre pesquisadores brasileiros e acadêmicos de todo o mundo está em crescimento, mas há desafios a serem superados para fortalecer a presença internacional das universidades brasileiras e aprimorar sua produção científica global (Web of Science Group, 2018).

Diversos atores desempenham papéis cruciais na promoção da internacionalização do ensino superior no Brasil. Como ressaltado por Laus e Morosini (2005), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) têm sido protagonistas nesse processo. Inicialmente, a internacionalização teve início em instituições públicas e, graças às ações desses atores, expandiu-se para todo o sistema de ensino superior a partir do final da década de 1990.

No âmbito institucional, a Divisão de Temas Educacionais (DCE) do MRE desempenha um papel relevante, coordenando questões educacionais e colaborando com o MEC no

Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e com o MEC e o MCTIC no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Além disso, a DCE lida com cooperação educacional recebida pelo Brasil e participa de negociações internacionais relacionadas à cooperação educacional, divulgando oportunidades de estudos (MRE, 2020).

A liderança no processo de internacionalização das universidades brasileiras, tanto públicas quanto privadas, está a cargo da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI). Essa associação, como destacado pela FAUBAI (2021), reúne gestores e responsáveis por assuntos internacionais, promovendo a integração e a capacitação por meio de seminários, workshops e sua Conferência Anual.

O objetivo da FAUBAI é aprimorar o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração das instituições filiadas, incentivando a gestão do intercâmbio e cooperação internacionais. Além disso, a associação está envolvida em projetos importantes, como o Repositório Covid-19 e a Iniciativa Latino-Americana para a Internacionalização do Ensino Superior (INILAT) (FAUBAI, 2020b).

Os Grupos de Trabalho (GTs) da FAUBAI contribuem para temas relacionados à internacionalização do ensino superior, abordando questões como mobilidade internacional, políticas linguísticas, atração de estudantes estrangeiros para o Brasil e Internacionalização em casa (IaH) (FAUBAI, 2021).

As Secretarias de Relações Internacionais também desempenham um papel crucial na internacionalização das Instituições de Ensino Superior, dado o considerável grau de autonomia dessas instituições (Laus; Morosini, 2005). Além disso, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) incentivam a cooperação internacional, financiando projetos conjuntos de pesquisa, bolsas de estudo e missões no exterior (CAPES, 2020; CNPQ, 2020).

O Brasil vivenciou diversas fases na internacionalização do ensino superior, desde a cooperação acadêmica até a criação de grupos de pesquisa e a promoção da mobilidade acadêmica. Conforme apontado por Laus e Morosini (2005) e Trujilo (2013), o processo iniciou-se com o intuito de transformar as instituições de ensino superior, evoluindo para uma cooperação mais ampla e estratégica. Contudo, apesar dos avanços, Nogueira (2018, p.40) destaca a importância de continuar aprimorando o processo para torná-lo mais eficaz e democrático.

3 O USO DO INGLÊS E DO INGLÊS COMO MEIO DE INSTRUÇÃO NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo discutimos o aporte teórico utilizado na pesquisa, iniciando com uma discussão a respeito da pesquisa sobre internacionalização, bem como os desafios em torno do seu conceito e da sua implementação, além do papel do inglês e do IMI nesse processo. Depois, seguimos para as reflexões sobre a adoção do inglês como meio de instrução como uma forma de internacionalização em casa, além de uma discussão sobre inglês como língua franca.

3.1 AS IMPLICAÇÕES NA ADOÇÃO DO IMI

A internacionalização do ensino superior refere-se aos esforços das instituições de ensino superior para integrar uma dimensão global em suas atividades acadêmicas e programas. Isso envolve a promoção da mobilidade estudantil, colaboração e parcerias internacionais, desenvolvimento de currículos internacionais e atraindo estudantes e acadêmicos de outros países (Knight, 2003; 2004).

Knight (2008) defende uma abordagem mais abrangente para a internacionalização do ensino superior, que vai além da simples atração de estudantes internacionais. A autora enfatiza a importância de uma visão estratégica e do engajamento institucional para alcançar a internacionalização efetiva. Isso inclui o estabelecimento de políticas e estruturas institucionais para apoiar a internacionalização, bem como a criação de parcerias duradouras com instituições em todo o mundo.

A partir dessa visão de Knight (2008) sobre internacionalização, fica evidente a necessidade de ressaltarmos a importância da qualidade e da relevância em programas internacionais. Diante disso, os programas internacionais devem ser projetados levando em consideração as necessidades e expectativas dos estudantes, bem como as tendências globais em educação.

Knight (2012) também ressalta a importância da mobilidade estudantil e do intercâmbio acadêmico como estratégias fundamentais para a internacionalização do ensino superior. Ela defende que os estudantes devem ter a oportunidade de estudar em diferentes países, experimentar diferentes culturas e ampliar suas perspectivas globais.

A necessidade de parcerias internacionais entre instituições de ensino superior, pode envolver o intercâmbio de estudantes e professores, o desenvolvimento conjunto de programas

acadêmicos e a colaboração em projetos de pesquisa, enfatizando a igualdade, o respeito mútuo e na troca de conhecimentos e experiências.

No ensino superior, a internacionalização refere-se ao processo de aumentar a interconectividade global e a colaboração dentro do campo do ensino superior (Knight, 2004, 2007, 2014). Isso pode assumir muitas formas, incluindo:

- Mobilidade estudantil: envolve o movimento de estudantes para estudar em universidades e faculdades em diferentes países. Isso pode ser feito por meio de programas de estudo no exterior, programas de intercâmbio ou matrícula em uma universidade estrangeira;
- Mobilidade do corpo docente: envolve o movimento de professores, pesquisadores e outros funcionários acadêmicos para ensinar, conduzir pesquisas ou colaborar com colegas em universidades e instituições de pesquisa estrangeiras;
- Internacionalização do currículo: envolve a integração de perspectivas, experiências e conteúdos internacionais no currículo das instituições de ensino superior;
- Colaboração em pesquisa: envolve a colaboração de pesquisadores e acadêmicos além das fronteiras nacionais para realizar pesquisas e avançar o conhecimento em vários campos;
- Parcerias transfronteiriças: envolve o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior além das fronteiras nacionais para aprimorar a cooperação, trocar recursos e desenvolver capacidade.

Entre os benefícios da internacionalização do ensino superior estariam a ampliação das perspectivas dos estudantes e professores, o desenvolvimento de habilidades interculturais, a possibilidade de acesso a conhecimentos e tecnologias avançadas, a valorização da pesquisa e do desenvolvimento científico e a ampliação da visibilidade e reputação das instituições de ensino superior.

No entanto, a internacionalização do ensino superior também apresenta uma série de desafios, incluindo questões relacionadas à garantia de qualidade acadêmica e da equidade ao acesso à educação superior, a adaptação a diferentes sistemas de ensino, o uso das línguas, diferenças culturais, potencial de fuga de cérebros nos países em desenvolvimento e a gestão dos custos e recursos envolvidos na implementação de programas de internacionalização. Portanto, é importante que os esforços para internacionalizar o ensino superior sejam equilibrados com o compromisso de enfrentar esses desafios e garantir que os benefícios da internacionalização sejam compartilhados de forma justa por todas as partes interessadas.

Jordão (2016) e Finardi, Guimarães e Mendes (2020) apresentam uma visão crítica da internacionalização enquanto um processo que fomenta um sistema colonizador com o objetivo de atender interesses imperialistas. Os autores enfatizam os aspectos referentes às relações de poder, evidenciando que algumas das motivações para a implementação do processo parecem ser econômicas ou comerciais, indo além da busca por uma educação superior de maior qualidade que esteja alinhada à promoção de um contexto acadêmico mais igualitário e que considere aspectos sociais e culturais.

Na maioria das vezes, compreende-se que as ações voltadas para a internacionalização da educação superior devem ser feitas através da Língua Inglesa, devido ao seu *status* de língua global (Gimenez, 2021), o que acarreta a circulação de ideologias linguísticas tais como: inglês como língua da ciência ou do/para o mercado de trabalho, configurando muito mais um processo de *Englishization* do que de internacionalização (Kirkpatrick, 2011; Bowles; Murphy, 2020).

Esse aspecto do processo de internacionalização é o uso crescente do inglês como língua de ensino nas universidades e em outras instituições de ensino superior, considerando que essa tendência em direção à *Englishization* e à instrução em inglês (IMI) costuma ser vista como uma forma de atrair estudantes e professores internacionais, melhorar a reputação global das instituições e promover maior colaboração e intercâmbio internacional (Dafouz; Smit, 2020).

No entanto, é importante reconhecer que o uso do inglês como meio de instrução também pode ter implicações importantes para a acessibilidade, equidade e qualidade do ensino superior, podendo criar barreiras para alunos que não são fluentes em inglês ou que não falam inglês e também pode ter um impacto no desenvolvimento de idiomas e culturas locais. Portanto, é crucial que as universidades e os formuladores de políticas linguísticas considerem cuidadosamente as implicações da *Englishization* e do IMI e desenvolvam estratégias para garantir que os benefícios da internacionalização sejam compartilhados de maneira mais equitativa e que todos os alunos tenham acesso à educação de alta qualidade.

O fenômeno da *Englishization*, também conhecido como a disseminação do inglês como língua global, tem sido motivo de preocupação para muitos linguistas, educadores e formuladores de políticas linguísticas (Dor, 2004; Galloway, 2020). Embora o inglês tenha se tornado a língua franca dos negócios internacionais, da ciência e da academia, seu domínio levantou várias questões relacionadas à identidade cultural, diversidade linguística e acesso desigual a oportunidades educacionais e econômicas (Jordão, 2016).

Uma das principais preocupações da *Englishization* é a diminuição do uso e da importância das línguas e culturas locais. À medida que o inglês se torna mais difundido, muitas

vezes substitui as línguas e dialetos locais ou regionais, acarretando na perda da herança cultural e da diversidade linguística. Além disso, a adoção do inglês como língua principal da educação, do governo e da mídia pode criar um sentimento de inferioridade linguística e cultural entre os não falantes de inglês (Bowles; Murphy, 2020).

Outra preocupação é a distribuição desigual de poder e recursos no mundo globalizado. A fluência em inglês tornou-se um fator crucial no acesso à educação, emprego e mobilidade social. Apesar disso, nem todos têm a oportunidade de aprender inglês no mesmo nível ou ritmo, o que pode levar a uma desvantagem para falantes não nativos em contextos nacionais e internacionais.

Assim, fica evidente que o Inglês ainda ocupa uma posição de privilégio como idioma a ser escolhido para o processo de internacionalização do ensino superior em todas as suas dimensões, o que acarreta a perduração da circulação de ideologias linguísticas que podem se tornar uma prática muito mais de exclusão do que de inclusão dos participantes de tal processo, além de ameaçar a diversidade de identidades culturais, como posto por Spolsky (2004).

Partindo das discussões apresentadas neste trabalho, é inegável que, para que possamos pensar um processo de internacionalização da educação superior, considerando toda a sua complexidade, é preciso buscar amparo em uma linguística aplicada que nos faça questionar e problematizar políticas e práticas naturalizadas e que desconsiderem os possíveis e talvez até graves problemas que possam ser gerados durante o processo.

Assim como posto por Martinez (2021), é preciso entender a função social da LA e o modo como ela pode interferir nas questões da sociedade moderna, para que não pensemos a internacionalização das universidades como um processo somente benéfico, sem considerar que este pode transformar a universidade em um espaço de apagamento de identidades e culturas, com a finalidade única de se encaixar nos moldes propostos pelas instituições de ensino superior de países do Norte Global.

Nas últimas décadas, desde que o termo internacionalização começou a ser debatido nos anos 80, as discussões sobre a internacionalização do ensino superior têm se tornado cada vez mais comuns. Segundo Knight (2007, p.207), o termo internacionalização significa “coisas diferentes para pessoas diferentes”, podendo assim ser utilizado de diversas maneiras.

[...] Para alguns, significa uma série de atividades internacionais como mobilidade acadêmica para alunos e professores; vínculos, parcerias e projetos internacionais; novos programas acadêmicos internacionais e iniciativas de pesquisa. Para outros, significa a entrega de educação para outros países por meio de novos tipos de acordos, como filiais ou franquias, e usando uma variedade de técnicas de ensino presencial e à distância. Para

muitos, significa a integração de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global no currículo e processo ensino-aprendizagem. Outros ainda veem projetos de desenvolvimento internacional e alternativamente o comércio de serviços de ensino superior como internacionalização [...] (Knight, 2007, p. 207, tradução nossa)³

Diante de toda essa complexidade ao tratarmos do conceito de internacionalização, há ainda o debate quanto à relação entre internacionalização e globalização, visto que, por vezes, os termos costumam ser confundidos, considerado o seu entrelaçamento e ainda, como já mencionamos, as diferentes conceituações ou interpretações do que significa internacionalizar a educação superior.

Isso nos leva a compreender a necessidade e também os desafios a serem enfrentados pelas universidades ao adotarem determinada definição para o processo de internacionalização. Assim, é preciso que a análise da implementação da internacionalização nas instituições de ensino superior (doravante IES) utilizem uma abordagem *bottom-up* (institucional) e também *top-down* (nacional/setorial), a fim de observarmos, como posto por Knight (2007, p. 207), “uma relação dinâmica desses dois níveis”⁴, considerando as diferentes realidades, interesses, percepções e estratégias para a internacionalização das IES, bem como os diferentes significados do processo para as instituições de diferentes países.

Dito isso, retomamos brevemente a discussão sobre o entrelaçamento entre internacionalização e globalização com o propósito de salientar que o foco não deve centrar-se na globalização da educação de forma mais generalizada, mas sim, no fato de que esse entrelaçamento entre os dois fenômenos ocorre porque a internacionalização surge como uma forma de reagir aos impactos e demandas da globalização e segue sendo um processo em evolução e/ou constante desenvolvimento (Knight; De Wit, 1997; Knight, 2007).

Ao compreendermos que a internacionalização é percebida como uma demanda com vistas a melhorias no ensino superior tanto no âmbito nacional, como no contexto global, é possível observarmos que algumas das principais dificuldades como o financiamento e a barreira linguística costumam ser compartilhadas entre universidades do mundo todo para a implementação do processo de internacionalização (Dearden, 2016; Baumvol, 2016).

³ No original: “[...] For some, it means a series of international activities such as academic mobility for students and teachers; international linkages, partnerships and projects; new international academic programs and research initiatives. For others, it means the delivery of education to other countries through new types of arrangements such as branch campuses or franchises, and using a variety of face-to-face and distance learning techniques. To many, it means the integration of an international, intercultural and/or global dimension into the curriculum and teaching learning process. Still others see international development projects and alternatively the commercial trade of higher education services as internationalization [...]” (Knight, 2007, p. 207).

⁴ No original: “[...] the dynamic relationship between these two levels” (Knight, 2007, p. 207).

Nesse cenário, a internacionalização em casa surge como uma forma de lidar com as dificuldades mencionadas, promover uma espécie de inclusão no processo de internacionalização no âmbito local, além de buscar criar uma visão mais global de toda a comunidade acadêmica envolvida no processo (Knight, 2008; Sarmiento, 2019).

A internacionalização em casa envolve a criação de programas e iniciativas que visam promover a diversidade cultural, o intercâmbio de ideias e a sensibilização para questões globais entre os estudantes, mesmo sem a necessidade de deixar seu país de origem. O objetivo é proporcionar uma experiência internacional e intercultural dentro do próprio *campus* universitário. Essa abordagem destaca importância de promover a interculturalidade e a perspectiva global dentro do ambiente acadêmico, especialmente para estudantes que não têm a oportunidade de estudar no exterior. Isso envolve a criação de programas e iniciativas que promovam a diversidade cultural, o intercâmbio de ideias e a sensibilização para questões globais (Knight, 2015; 2019).

Essas iniciativas podem incluir atividades como palestras, *workshops*, seminários e eventos culturais que abordem temas internacionais e interculturais. Além disso, a promoção de parcerias e colaborações com instituições estrangeiras, a incorporação de perspectivas globais nos currículos e a participação de estudantes estrangeiros também são aspectos importantes da internacionalização em casa.

Ao adotar a internacionalização em casa, as instituições de ensino superior buscam criar um ambiente inclusivo e globalmente consciente, em que os estudantes possam desenvolver habilidades interculturais, ampliar seus horizontes e se preparar para um mundo cada vez mais globalizado. Dessa forma, mesmo aqueles que não têm a oportunidade de estudar no exterior podem se beneficiar de uma educação internacional e intercultural enriquecedora.

Em vista disso, faz-se evidente a importância de abordar questões de equidade, diversidade e justiça social na internacionalização, garantindo que todos os estudantes tenham acesso igualitário a oportunidades internacionais e que as parcerias internacionais sejam baseadas em princípios éticos e de benefício mútuo.

Dessa forma, compreendemos que a internacionalização do ensino superior deve ser uma abordagem holística, integrando tanto a dimensão internacional no *campus* quanto a mobilidade estudantil e as parcerias internacionais, considerando que o processo de internacionalização da educação superior é visto como essencial pelas próprias instituições que buscam preparar os estudantes para os desafios de um mundo globalizado e para promover a colaboração global na pesquisa e no desenvolvimento acadêmico.

No processo de internacionalização em casa, as línguas, principalmente o inglês, costumam receber ainda mais atenção, tornando-se essencial para o processo. Contudo, apesar de tal importância ser conferida à adoção de idiomas estrangeiros, ou mais especificamente à língua inglesa, como já mencionado, a opção das instituições de ensino superior pelo uso do Inglês como Meio de Instrução (IMI) continua sendo pouco explorado como apontado por Macaro *et al.* (2018).

O Inglês como Meio de Instrução ou apenas IMI pode ser compreendido como o uso da língua inglesa para se ensinar qualquer conteúdo ou disciplina e tem sido adotado por universidades do mundo todo, acreditando-se ser uma forma de ofertar um ensino de melhor qualidade (Baumvol, 2016).

Apesar da barreira linguística ser uma das dificuldades que já mencionamos para a implementação da internacionalização nas instituições de ensino superior, a adoção do inglês como a língua de instrução para o ensino de disciplinas nas universidades não possui foco na educação linguística, o que significa que o IMI não possui foco no ensino de inglês, mas sim no ensino em inglês (Dearden, 2014).

Isso pode representar um obstáculo ou até mesmo resistência para a adoção do IMI em si, tendo em vista que o nível proficiência de professores e alunos não costuma estar dentro do esperado ou é considerado suficiente para a ministração e participação em disciplinas que façam uso do IMI.

Devemos considerar ainda que em contextos nos quais universidades de países que não possuem o inglês como primeira língua (L1) ou língua oficial, mas ainda assim optam pelo uso do IMI, atentando para os diferentes níveis de proficiência de professores e alunos, a língua inglesa assume o papel de língua franca (Jenkins, 2014; 2018), o que pode beneficiar a adoção do IMI, de modo que não haja julgamentos a respeito de possíveis “erros” ou inadequações nos usos da língua que não estejam de acordo com norma padrão, bem como pode gerar a preocupação com as diferentes variedades que venham a se materializar em sala de aula.

O inglês como língua franca (ILF) refere-se ao uso do inglês como língua comum de comunicação entre falantes de diferentes línguas maternas (Jenkins, 2014; 2018). O ILF não é o mesmo que o inglês nativo ou padrão e geralmente envolve falantes que usam uma versão “simplificada” e mais flexível do inglês que é adaptada às necessidades da situação de comunicação e dos participantes envolvidos.

Tornando-se cada vez mais importante no mundo globalizado de hoje, em que pessoas de diferentes contextos linguísticos e culturais precisam se comunicar regularmente, o ILF é usado em uma gama de contextos incluindo negócios, instituições de ensino superior, turismo

e organizações internacionais (Jenkins, 2018). Nesse contexto, o inglês serve como uma ferramenta de comunicação internacional e facilita as interações entre pessoas de diversas origens linguísticas e culturais.

Na perspectiva da língua franca, reconhece-se que o inglês não é mais propriedade exclusiva de falantes nativos de inglês, mas sim um recurso global que está sendo usado por milhões de pessoas em todo o mundo como meio de comunicação. Portanto, o ILF caracteriza-se a partir da diversidade de uso do inglês e aceita o fato de que o inglês pode diferir, dependendo do contexto, dos falantes envolvidos e dos propósitos da comunicação.

Como resultado, o ILF enfatiza a importância da inteligibilidade e da comunicação eficaz, em vez da adesão às normas e a padrões do inglês nativo. Isso significa que os falantes de inglês como segunda língua ou língua estrangeira podem usar características de sua própria língua ou dialeto ao falar inglês, desde que sejam compreendidos por seus interlocutores. O ILF tem, portanto, implicações significativas para o ensino e aprendizagem de idiomas, pois desafia a abordagem tradicional centrada no falante nativo para o ensino de inglês e promove uma perspectiva mais inclusiva e pluralista no uso e aprendizado de idiomas.

Uma das principais características do ILF é sua adaptabilidade e flexibilidade. Falantes de ILF costumam usar estratégias como simplificação, elaboração e repetição para garantir que sua mensagem seja compreendida por seus interlocutores. Eles também tendem a confiar na comunicação não-verbal, como gestos e expressões faciais, para transmitir significado.

O papel do ILF para a comunicação global e as implicações do seu uso para a diversidade linguística e para a criação políticas linguísticas têm gerado discussões em universidades do mundo todo. Alguns argumentam que o domínio do inglês como língua franca pode levar à marginalização de outras línguas e culturas, enquanto outros o veem como uma forma de promover a compreensão e a cooperação intercultural (Souza; Gois, 2021).

Segundo Viégas (2016), o conceito de língua franca é o que melhor abrange as diversidades linguísticas do cenário global atual. Nesse sentido, o inglês pode ser considerado uma língua franca global, cujo foco está na sua função comunicativa, sendo utilizado em contextos nos quais falantes ou interlocutores possuem primeira língua (L1) ou segunda língua (L2) diferentes (Jenkins, 2006; Harmer, 2007).

Tendo em vista que o inglês é uma das línguas mais faladas no mundo e que o número de falantes não-nativos supera o de falantes nativos, é possível considerarmos o uso do idioma enquanto uma língua franca como fundamental na colaboração da evolução da língua e conseqüentemente na criação de novas variedades. Harmer (2007) aponta que a adoção do

inglês como língua franca pode acarretar na redução do prestígio posto sobre as variedades utilizadas por falantes nativos.

De acordo com Seidlhofer (2004), o inglês como língua franca (ILF) pode ser apresentado como uma “manifestação distinta” da língua inglesa e por essa razão, não estaria vinculada aos chamados falantes nativos. Dessa forma, os falantes não-nativos também podem ser compreendidos como autoridades e usuários competentes enquanto falantes de ILF. Assim, entendemos que o inglês não pode ser considerado propriedade de um grupo específico de falantes.

Contudo, apesar da importância das línguas para a internacionalização como já mencionamos, esse aspecto continua a ser negligenciado ou volta-se quase que completamente para o inglês, assumindo-se que esta é a língua de predileção para a internacionalização da educação superior. Nesse contexto, o idioma assumiria o papel de língua franca, porém discussões sobre inglês enquanto língua da internacionalização a partir de uma concepção de língua franca ainda são frequentemente ignoradas no âmbito acadêmico global (Jenkins, 2018). E conforme o autor,

Há alguns anos que questões relativas ao papel do inglês como língua franca do ensino superior internacional têm sido ignoradas por duas razões principais. Em primeiro lugar, as línguas em si simplesmente não são consideradas importantes no ensino superior: elas são vistas apenas como os meios que nos permitem realizar o ensino, a pesquisa e funções administrativas, na maioria das vezes em inglês em universidades 'internacionais'. Acadêmicos fora da pesquisa sobre línguas em geral e pesquisa sobre inglês como língua franca (ILF), em particular, tendem a desconhecer as múltiplas complexidades relacionadas ao uso da (s) língua(s). (Jenkins, 2018, p. 15, tradução nossa)⁵

Muitos desses problemas sobre o uso das línguas na educação superior podem estar relacionados ao papel da identidade linguística de professores e alunos, que por vezes é desconsiderado quando se pensa na adoção de uma língua franca como o inglês. A influência, bem como os efeitos causados pela ideologia do *English only*, colocam em questão o que significaria internacionalizar as universidades de fato com relação a uma possível ameaça à efetiva promoção de contextos multilíngues ou plurilíngues no âmbito acadêmico.

⁵ No original: “[...] for some years that issues relating to the role of English as the lingua franca of international HE have been ignored for two main reasons. Firstly, language per se is simply not considered important in HE: It is seen merely as the means that enable us to carry out HE’s teaching, research and administrative functions, most often in English in ‘international’ universities. Scholars outside of language research in general and research into English as a lingua franca (ELF) in particular tend to be unaware of the manifold complexities relating to language use [...]” (Jenkins, 2018, p. 15).

Segundo Jenkins (2018), outro problema relacionado à implementação da internacionalização através da língua inglesa seria a falta de consciência ou a pouca relevância, dada a escolha das variedades a serem adotadas no processo, ainda que haja uma preferência evidente pelas variedades-padrão como os chamados inglês americano e britânico, ou mais especificamente, *General American (GA)* e *Received Pronunciation (RP)*.

Essa predileção pelas variedades hegemônicas dificultaria ainda mais a implementação do IMI em contextos da educação superior nos quais membros da comunidade acadêmica são falantes não-nativos de inglês, pois não considera toda a diversidade linguística e as diferentes variedades encontradas em uma comunidade acadêmica que faça o uso de inglês enquanto uma língua franca. Assim, a barreira linguística continuaria a ser um dos obstáculos para a adoção do IMI, considerando que professores e alunos, principalmente, não costumam apresentar proficiência suficiente por não alcançarem um nível de proficiência próximo ao dos falantes nativos do idioma. Desse modo,

[...]‘internacional’ é incompatível com uma abordagem ‘nacional’ Inglês. O mesmo, eu diria, se aplica às políticas de língua inglesa de qualquer universidade em qualquer lugar do mundo que se proclama “internacional”. A única diferença é que fora do anglófono configurações, a equipe doméstica e a gerência provavelmente são os próprios NNEs, e assim estar promovendo (embora não exemplificando) um monolítico tipo de inglês que nem é local para seu próprio contexto, mas para um distante EUA ou um do Reino Unido. (Jenkins, 2018, p. 16, tradução nossa) ⁶

Cogo e Dewey (2012), Mauranen (2012) e Seidlhofer (2011) ressaltam a importância das pesquisas sobre ILF, destacando que estudos sobre o tema deveriam ser centrais para a criação de políticas e práticas linguísticas voltadas para o uso da língua inglesa dentro da universidade, para que o idioma não seja utilizado da mesma forma que em países que o tenham como L1 ou língua oficial, reservando seu uso à busca pelo inglês, tal qual o de falantes nativos, principalmente dos Estados Unidos e do Reino Unido, distanciando-se do que a concepção de inglês como língua franca sugere.

Posto isso, apesar dos prós e contra referentes à adoção do IMI enquanto uma estratégia de internacionalização, mesmo sob uma perspectiva de ILF, ainda pode culminar em um efeito

⁶ No original: “[...]‘international’ is incompatible with a ‘national’ approach to English (or anything else for that matter). The same, I would argue, applies to the English language policies of any university elsewhere in the world that proclaims itself as ‘international’. The only difference is that outside the Anglophone settings, the home staff and management are likely to be NNEs themselves, and thus to be promoting (although not exemplifying) a monolithic kind of English that is not even local to their own context, but to a distant US or UK one” (Jenkins, 2018, p. 16).

negativo na maioria dos casos, promovendo um sistema educacional mais desigual. Isso pode ocorrer, pois o processo de internacionalização está ligado a um contexto de competitividade e comercialização da educação (Knight, 2004), desconsiderando muitas vezes as injustiças e fragilidades sofridas por parte de docentes e discentes ou da comunidade acadêmica como um todo.

Em razão disso, o interesse das universidades por internacionalizar, utilizando-se de estratégias como o IMI não está amparado somente em responder às demandas do cenário educacional global, tendo em vista que os participantes e agentes das políticas linguísticas criadas para a implementação do processo podem estar focados somente nos possíveis benefícios da internacionalização, sem considerar os problemas que também podem surgir e interferir na promoção da real melhoria da qualidade do sistema educacional superior.

3.2 O INGLÊS COMO MEIO DE INSTRUÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O interesse pela adoção do IMI na educação superior inicia-se em 1999, com a declaração de Bolonha. Na época, o documento foi assinado por 29 ministros da educação de países europeus, em Bolonha, na Itália. A proposta da declaração era propor mudanças no ensino superior europeu e o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e tolerante através do reconhecimento da importância da educação. Como explica Baumvol (2016),

[...] Tal processo teve como objetivo principal introduzir um sistema mais comparável, compatível e coerente para o ensino superior europeu, através da padronização dos diplomas para facilitar a mobilidade acadêmica de estudantes e docentes, bem como a transferência de créditos cursados em diferentes países. Com isso, houve um aumento veloz na quantidade de programas de diferentes universidades europeias que passaram a usar o inglês como meio de instrução [...] (Baumvol, 2016, p. 73).

A partir do processo de Bolonha, na Europa, até os tempos atuais no cenário educacional ao redor do mundo, o inglês passa a ser adotado como uma língua global para a educação e disseminação do conhecimento, recebendo o *status* de língua da ciência (Baumvol, 2018).

Nos últimos anos, o inglês como meio de instrução (IMI) tem sido adotado como uma das estratégias de internacionalização do ensino superior ao redor mundo, como apontado por Dearden (2014), Baumvol (2016), Murata (2018) e Gimenez *et al.* (2018, 2021), podendo ser definido como “[...] o uso do inglês para ensino de disciplinas acadêmicas (cujo foco não seja

a própria língua inglesa) em países ou jurisdições onde a língua da maioria da população não é o inglês” (Dearden, 2014, p. 4). Nesse contexto de uso, a língua inglesa tem o foco direcionado para o ensino do conteúdo das disciplinas acadêmicas, não havendo compromisso algum com a educação linguística, ou seja, com o ensino do idioma, porém a adoção do IMI pode auxiliar, indiretamente, na melhora da proficiência de professores e alunos (Muñoz, 2012).

O uso do IMI na educação superior é uma tendência crescente em muitas partes do mundo, especialmente em países onde o inglês não é a primeira língua, mas é reconhecido como uma importante língua global (Dearden, 2016; Baumvol, 2018). Contudo, Dearden (2016) destaca que a adoção do IMI, bem como o ensino-aprendizagem de outros idiomas estrangeiros visando à implementação da internacionalização ainda aparenta ter suas raízes enquanto um processo que costuma priorizar a elite.

Devido ao *status* alcançado pelo inglês enquanto uma língua global, o idioma continua a ocupar uma posição de privilégio dentro do contexto das IES, considerando principalmente a sua “atuação no processo de internacionalização” e o “aumento expressivo da mobilidade acadêmica” (Baumvol, 2016, p. 74). Contudo, o favoritismo relacionado ao uso da língua inglesa no processo de internacionalização da educação superior não se restringe à adoção do IMI somente, já que o idioma costuma se fazer presente em diversas ações ou práticas linguísticas e sociais do contexto acadêmico.

Segundo Baumvol (2016, pp. 73-74), “no Brasil, em 2016, ocorreram cursos sobre EMI ministrados pelo *British Council* e um curso de treinamento ofertado em parceria pela Universidade de Oxford e pela Universidade Federal do Paraná”, demonstrando que as ações ou estratégias voltadas à implementação do IMI dentro do contexto do ensino superior nacional costumam estar mais concentradas na região Sul, apesar de já percebermos alguns esforços em universidades públicas de todo o país com relação à adoção do IMI.

O IMI está se tornando mais comum em universidades e faculdades, em que costuma ser usado para ensinar disciplinas em áreas como ciência, engenharia, medicina e negócios. Em muitos casos, o IMI é visto como uma forma de preparar os alunos para o mercado de trabalho internacional e proporcionar-lhes melhores oportunidades de carreira. Porém, o uso do IMI também apresenta desafios, principalmente para alunos que não dominam o inglês e isso pode dificultar a compreensão das aulas, as discussões e a forma como se expressam em sala de aula, levando a um menor desempenho acadêmico, menor motivação e falta de confiança.

Esses alunos podem ter dificuldades para entender conceitos acadêmicos complexos se não forem proficientes. Outra preocupação é que o uso do inglês como meio de instrução pode levar à perda da diversidade cultural e à marginalização de culturas que não falam inglês.

Além disso, o uso do IMI também pode ter um impacto na qualidade do ensino, pois alguns professores podem não ser proficientes o suficiente em inglês para ministrar suas aulas com eficiência, resultando em uma experiência de aprendizado ruim para os alunos, levando a um declínio na qualidade da educação.

Portanto, é importante que as instituições de ensino considerem cuidadosamente as vantagens e desvantagens de usar o inglês como meio de instrução e forneçam suporte adequado para alunos e professores. Isso inclui programas de apoio ao idioma, treinamento para professores em IMI e o uso de materiais didáticos projetados para serem acessíveis a alunos com diferentes conhecimentos linguísticos (Lonsmann; Motensen, 2021).

Existem várias razões pelas quais o inglês se tornou um meio popular de instrução. Em primeiro lugar, é a língua mais falada no mundo, e, portanto, pode facilitar a comunicação e o intercâmbio acadêmico entre estudantes e acadêmicos de diferentes países. Em segundo lugar, muitas vezes é visto como um idioma de negócios e da tecnologia globais, portanto, os alunos proficientes em inglês são vistos como tendo uma vantagem competitiva no mercado de trabalho global (Crystal, 2003).

Em estudo sobre o IMI e a internacionalização da educação superior na América Latina, Tejada-Sanchez e Molina-Naar (2020, p. 341) destacam que “a definição do inglês como meio de instrução pode variar de acordo com o contexto no qual o idioma é adotado⁷”. O IMI não se caracteriza, portanto como um curso de línguas, mas sim como o ensino de disciplinas em língua inglesa para estudantes que tenham o inglês como língua estrangeira, segunda língua (L2) ou língua adicional, sendo comum ainda que o professor, ministrando as disciplinas, também seja falante não-nativo do idioma (Hellekjaer, 2011). Em oposição ao inglês para fins acadêmicos (*English for Specific Purposes – EAP*), que tem como foco o ensino-aprendizagem da língua voltado para o contexto da educação superior, o papel do IMI concentra-se no ensino-aprendizagem de um determinado conteúdo através do idioma.

Nesse cenário, o crescimento do IMI no âmbito acadêmico “relaciona-se frequentemente aos objetivos da internacionalização, metas financeiras e o alcance de posições esperadas em *rankings* de universidades ao redor do mundo⁸” (Tejada-Sanchez; Molina-Naar, 2020, p. 341). Contudo, segundo Shohamy (2013), o aumento do interesse pela implementação do IMI com foco no ensino de disciplinas da graduação e pós-graduação pode representar uma

⁷ No original: “The definition of English medium instruction (EMI) varies according to the context in which it is adopted [...]” (Tejada-Sanchez; Molina-Naar, 2020, p. 341).

⁸ No original: “The growth of EMI often relates to the internationalization objectives, financial goals, and expected ranking positions of universities across the globe [...]” (Tejada-Sanchez; Molina-Naar, 2020, p. 341).

ameaça ou reduzir a importância do papel da língua local, tornando os processos de avaliação das universidades menos justos.

Dessa forma, a implementação do IMI como uma estratégia de internacionalização costuma representar uma série de desafios para toda a comunidade acadêmica, como já discutimos, podendo haver baixa adesão ou resistência à adoção do IMI já que se faz necessário, na maioria dos casos, que haja um foco maior na preparação de professores e alunos, voltando a atenção para a qualificação linguística, ainda que este não seja o propósito do IMI.

No contexto do ensino superior brasileiro, Martinez (2016) destaca que a adoção do IMI poderia acarretar diversos desafios relacionados tanto ao uso da língua, como também à cultura e até à administração das IES do país.

Uma das sugestões que autores como Corrales *et al.* (2016) apontam para as dificuldades enfrentadas pelas universidades para a implementação do IMI relacionadas ao uso da língua inglesa seria a adoção do *Content and Language Integrated Learning - CLIL* como uma abordagem voltada justamente para a qualificação linguística da comunidade acadêmica, já que o *CLIL*, ao contrário do IMI tem como objetivo o ensino não apenas do conteúdo de disciplinas, mas também o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras de forma integrada. No entanto, a adoção do *CLIL*, antecedendo a implementação do IMI não parece ser uma solução tão lógica, já que poderia apresentar dificuldades semelhantes quanto ao nível de proficiência de docentes e discentes para a ministração e participação nas aulas.

Em um dos poucos trabalhos publicados em 2016 com o intuito de mapear o crescimento da adoção do IMI na educação superior em uma escala global, Dearden afirma que a implementação do IMI ainda tem ocorrido de forma mais crescente e mais expressiva em países da Europa, o que também foi constatado por Macaro *et al.* (2018).

Tendo em vista os estudos citados, o número de pesquisas sobre o uso do IMI no contexto da educação superior é escasso, como já mencionamos, havendo a necessidade de mais pesquisas para auxiliar na compreensão de como o IMI vem sendo adotado nas universidades dentro e fora do país, considerando seus efeitos positivos e negativos para o ensino superior.

No Brasil, estudos tais como os de Baumvol (2016), Martinez (2016), Baumvol e Sarmiento (2019) e Guimarães e Kremer (2020) apontam a escassez de pesquisas que tenham o IMI como objeto de pesquisa. Tal escassez é ainda maior no nosso país e muitos desses estudos ainda são vistos como uma novidade dentro da Linguística.

Um levantamento inicial feito por Gimenez *et al.* (2021) apresenta um número ainda pequeno de publicações relacionadas ao IMI como podemos observar na tabela 1:

Tabela 1 - Categorias e quantidade de trabalhos publicados sobre IMI

Categorias	Quantidade de trabalhos encontrados
Artigos em periódicos	11
Capítulos de livro	6
Trabalhos completos de anais de evento	2
Relatórios	3
Dissertações de mestrado	2
Apresentações (slides) de eventos	2
Resumo de eventos	2
Artigos no prelo	2
Total: 30 trabalhos	

Fonte: Gimenez *et al.* (2021, p. 521)

Quanto à classificação dos trabalhos, a maioria das pesquisas sobre IMI pode ser dividida em três tipos segundo Gimenez *et al.* (2021), sendo elas exploratórias, descritivas ou explicativas-especulativas, conforme apresentado no quadro 1:

Quadro 1- Classificação das pesquisas sobre IMI

CLASSIFICAÇÃO DAS PESQUISAS SOBRE IMI⁹	
PESQUISAS EXPLORATÓRIAS	Gimenez <i>et al.</i> (2020); Baumvol (2016); Baumvol e Sarmento, (2019a; 2019b); Bühner (2019); El Kadri, Finardi e Taquini (2021); Marengo e Sarmento (2019); Rios-Registro, Moss e Schmitt (2018); Stallivieri e Gonçalves (2015); Haus (2018); Martinez e Palma (2020); Rios-Registro, Moss e Schmitt (2018); Rodrigues e Rocha (2020); Verdu (2017); Martinez, Fogaça e Figueiredo (2019).
PESQUISAS DESCRITIVAS	Jordão (2016); Maciel e Vergara (2019); Bleggi (2019); Taquini (2020); Gimenez <i>et al.</i> (2020); Gimenez, Oliveira e Amaral (2021); Gimenez <i>et al.</i> (2018); Baumvol e Sarmento (2019); Martinez (2016).
ESTUDOS ESPECULATIVOS-EXPLICATIVOS	Gimenez (2019); Jordão <i>et al.</i> (2019); Jordão (2019); Moore e Finardi (2020); Guimarães e Kremer (2020).

Fonte: Elaboração própria com base em Gimenez *et al.* (2021).

No entanto, apesar da escassez de pesquisas sobre IMI, ações voltadas para a difusão do conhecimento através e em língua inglesa vêm sendo organizadas pelo *British Council*, instituição pública do Reino Unido que segundo Baumvol (2016, p. 74) “tem atuado no sentido

⁹ No total foram encontradas 16 pesquisas exploratórias, 10 pesquisas descritivas e 5 estudos especulativos-explicativos.

de reforçar e expandir o uso de EMI/IMI mundialmente”, como pode ser visto no relatório *English as a medium of instruction – a growing global phenomenon: phase*, publicado em parceria com a Universidade de Oxford (Dearden, 2015; Baumvol, 2016).

No que diz respeito ao aumento do número de disciplinas ministradas em língua inglesa, Gimenez *et al.* (2018) apresentam um estudo publicado pelo *British Council* em 2016, no qual foram identificadas 641 disciplinas. Dentre os anos de 2017 a 2019, esse número passa para 1011 disciplinas, sendo a maior parte delas ministradas em curso de pós-graduação (Gimenez *et al.*, 2018).

Segundo Martinez (2016) e Martinez e Fernandes (2020), o crescimento do número de disciplinas ministradas em língua inglesa nas universidades está representado também por um aumento conjunto de ações voltadas para o treinamento de professores. Podemos acrescentar ainda, a oferta de cursos que tenham como objetivo a qualificação linguística de discentes, os quais venham a cursar disciplinas em inglês.

Na busca por tentar alcançar os chamados níveis de excelência acadêmica do cenário internacional, as instituições de ensino superior brasileiras passam a

[...] planejar estrategicamente ações para dar mais visibilidade a suas pesquisas, por meio de programas de mobilidade e/ou cooperação internacional, com vistas à melhoria de posições em rankings internacionais, dentre outras motivações (Gimenez; Oliveira; Carneiro, 2021, p. 8).

A ênfase na importância das línguas na internacionalização das instituições de ensino superior decorre da concepção de que a internacionalização é um processo que implica na integração dessas instituições em uma rede global. Esse processo busca promover o intercâmbio acadêmico e científico, assim como a diversificação cultural e a ampliação de oportunidades educacionais e de pesquisa.

Por outro lado, a internacionalização também envolve tensões e desafios, como a necessidade de conciliar as realidades locais com as demandas globais, considerando as diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, as línguas desempenham um papel crucial, pois são ferramentas fundamentais para a comunicação e a interação entre as diversas culturas e sistemas educacionais.

Por isso, é importante que as instituições de ensino superior invistam em políticas e estratégias de internacionalização que levem em consideração as particularidades linguísticas e culturais dos diferentes contextos, de forma a garantir uma abordagem crítica e sensível às demandas locais e globais.

Com base nas discussões apresentadas, fica evidente que o interesse pela pesquisa sobre IMI e o seu papel no processo de internacionalização tem crescido dentro e fora do país. Apesar da escassez de trabalhos publicados que tenham o IMI como objeto de pesquisa, podemos observar que a opção pela implementação do IMI nas IES dá-se pela ideologia de que o inglês é a língua da ciência, e assim, por consequência, torna-se a língua da internacionalização e que aulas ministradas em língua inglesa podem representar uma melhora na qualidade do ensino e auxiliar na busca pela excelência acadêmica.

Ainda assim, as dificuldades encontradas para o uso do inglês e adoção do IMI no contexto universitário, sendo a principal delas, o nível de proficiência de professores e alunos que por vezes pode ser visto como não sendo suficiente, não parecem reduzir o interesse das IES pela criação de políticas linguísticas que privilegiem o uso do inglês, tornando o processo de internacionalização excludente.

4 NOÇÃO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA

Neste capítulo, introduzimos a noção ampliada de Política e Planejamento Linguístico (PPL) de Spolsky (2004, 2009, 2021) que serve como base para esta pesquisa. Essa abordagem investiga as interconexões entre língua, sociedade e política. No contexto específico da educação superior no Brasil, examinamos exemplos que ilustram o uso do inglês e do IMI, destacando como as políticas linguísticas das universidades sobre a internacionalização do ensino superior refletem e são influenciadas por dinâmicas políticas e sociais.

4.1 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

As políticas linguísticas, conforme definidas por Spolsky (2004), englobam as decisões e ações deliberadas realizadas por indivíduos, instituições e entidades governamentais em relação às línguas dentro de uma comunidade ou sociedade específica. Essas políticas são formuladas com diversos propósitos, tais como fomentar a língua nacional, salvaguardar idiomas minoritários, estabelecer o uso de línguas estrangeiras ou regular o bilinguismo em contextos particulares. Cada uma dessas ações desempenha um papel fundamental na complexa teia da diversidade linguística e cultural.

Spolsky (2004) argumenta que a política linguística é uma parte integrante da política geral de uma sociedade, pois a língua desempenha um papel fundamental na construção da identidade individual e coletiva. O planejamento linguístico, por sua vez, está relacionado às ações tomadas para implementar as políticas linguísticas e envolve decisões práticas sobre como lidar com questões linguísticas específicas, como a padronização de uma língua, o desenvolvimento de políticas de educação bilíngue ou a elaboração de leis de proteção às línguas minoritárias.

Segundo Spolsky (2009), o planejamento linguístico pode ser dividido em três tipos principais: planejamento *status*, planejamento *corpus* e planejamento aquisição. O planejamento *status* refere-se às políticas que determinam o *status* de uma língua em relação a outras línguas em uma comunidade, como, por exemplo, estabelecer uma língua oficial ou reconhecer línguas minoritárias; o planejamento *corpus* está relacionado à padronização e regulamentação da língua em termos de ortografia, gramática e vocabulário; o planejamento aquisição envolve políticas relacionadas ao ensino e aprendizado de línguas, como o estabelecimento de currículos escolares e programas de ensino.

O modelo de PPL proposto por Spolsky (2004, 2009, 2021), aborda a natureza complexa e multifacetada da linguagem humana, destacando três componentes essenciais que influenciam o uso e a evolução das línguas: prática, crença e gestão.

A prática refere-se à forma como as pessoas usam a língua em suas interações diárias. Ela engloba o uso real da língua em contextos diversos como conversas informais, escrita acadêmica, comunicação digital, entre outros. A prática é moldada por fatores como contexto social, cultural, político e histórico, bem como pela interação entre falantes nativos e não nativos. Spolsky (2004) destaca que a prática linguística é dinâmica e está em constante evolução, refletindo as mudanças e adaptações das comunidades de falantes.

As crenças são as atitudes, opiniões e valores que os indivíduos têm em relação à língua. Elas podem incluir ideias sobre a correção gramatical, o uso apropriado da língua em diferentes contextos, o prestígio associado a determinadas variedades linguísticas, entre outros aspectos. As crenças podem variar entre diferentes grupos sociais e culturais e influenciam tanto a prática linguística, quanto a gestão da língua.

A gestão da língua refere-se às políticas, planejamentos e ações que visam regular o uso da língua em determinados contextos. Isso pode incluir políticas governamentais de língua oficial, promoção e proteção de línguas minoritárias, padronização da língua escrita, desenvolvimento de currículos escolares, entre outros. A gestão da língua também envolve a tomada de decisões sobre o uso da língua em instituições, empresas e meios de comunicação. O autor argumenta que a gestão da língua é influenciada tanto pela prática, quanto pelas crenças e pode ter implicações significativas para a preservação da diversidade linguística e o equilíbrio entre a uniformidade e a variação linguística (Spolsky, 2004).

Pode-se destacar, portanto, a interação complexa entre prática, crença e gestão da língua, reconhecendo que esses três elementos desempenham papéis importantes na forma como as línguas são usadas, percebidas e reguladas nas sociedades. Essa abordagem mais abrangente permite uma compreensão mais ampla dos processos linguísticos e contribui para a discussão sobre políticas linguísticas, planejamento educacional e questões de identidade cultural.

No contexto do uso do inglês no processo de internacionalização do ensino superior, a noção de domínio linguístico é de extrema relevância. O inglês tornou-se a língua franca global, amplamente utilizada como meio de comunicação internacional em diversas áreas, incluindo o ensino superior. Muitas instituições de ensino superior em todo o mundo estão adotando o inglês como língua de instrução para atrair estudantes internacionais e promover a internacionalização de seus programas.

A noção de "domínio linguístico" proposta por Spolsky (2009) refere-se à habilidade de uma pessoa em usar uma língua em diferentes contextos comunicativos e em uma variedade de situações. Ele considera que o domínio de uma língua envolve não apenas aspectos gramaticais e vocabulares, mas também o conhecimento cultural e as estratégias comunicativas necessárias para interagir de forma eficaz em uma língua.

Relacionando essa noção de domínio linguístico com o uso do inglês na internacionalização do ensino superior, podemos observar o seguinte:

1. Competência linguística: os estudantes e professores que participam de programas de ensino superior internacionalizados precisam possuir um bom domínio do inglês. Isso não se limita apenas à gramática e ao vocabulário, mas também à capacidade de compreender e produzir textos acadêmicos complexos, apresentações e participações em discussões em inglês.
2. Adaptação cultural: o domínio linguístico inclui a compreensão das nuances culturais associadas ao uso da língua. No contexto do ensino superior internacional, os estudantes e professores devem estar cientes das diferentes formas de interação em sala de aula, das expectativas de avaliação e das práticas acadêmicas específicas do contexto de língua inglesa.
3. Comunicação eficaz: um bom domínio linguístico em inglês é visto como essencial para uma comunicação eficaz. Isso se aplica não apenas às interações acadêmicas, mas também à vida cotidiana e social dos estudantes internacionais em um país de língua inglesa.
4. Aprendizado centrado na língua: em um ambiente de ensino superior internacionalizado, as instituições muitas vezes oferecem suporte linguístico adicional, como cursos de inglês para fins acadêmicos, para ajudar os alunos a aprimorarem seu domínio linguístico e se prepararem melhor para o sucesso acadêmico.
5. Competitividade global: a capacidade de se comunicar eficazmente em inglês e de demonstrar um bom domínio da língua é percebida como algo que pode aumentar a competitividade dos estudantes no mercado de trabalho global, já que muitas empresas e organizações valorizam profissionais que podem se comunicar internacionalmente.

Portanto, a noção de domínio linguístico de Spolsky (2009) é altamente pertinente ao uso do inglês no processo de internacionalização do ensino superior. Ela destaca a importância

não apenas da proficiência linguística em si, mas também do conhecimento cultural e das habilidades comunicativas necessárias para uma participação eficaz em um ambiente acadêmico internacional.

A teoria de gestão da língua, elaborada por Spolsky (2009), pode ser relacionada ao uso do inglês no processo de internacionalização do ensino superior de várias maneiras. Spolsky (2009) aborda a complexa interação entre fatores linguísticos, sociais e políticos que influenciam a escolha e a gestão das línguas em uma determinada comunidade ou contexto. No caso do uso do inglês na internacionalização do ensino superior, podemos observar como essa teoria se aplica:

1. **Escolha da Língua Dominante:** destaca a importância da escolha da língua dominante em um determinado contexto. No caso da internacionalização do ensino superior, muitas instituições optam pelo inglês como língua de instrução, devido ao seu status como língua franca global. A escolha do inglês está ligada à busca por atrair estudantes e professores internacionais, melhorar a visibilidade global e aumentar a competitividade das instituições.
2. **Motivações e Pressões Externas:** refere-se ao modo como pressões externas, como políticas governamentais, *rankings* universitários e demandas do mercado de trabalho, podem influenciar as escolhas linguísticas. No caso da internacionalização do ensino superior, governos e instituições podem adotar o inglês como língua de instrução para atrair estudantes estrangeiros, melhorar sua classificação em *rankings* internacionais e preparar os alunos para um mercado de trabalho globalizado.
3. **Políticas Linguísticas e Implementação:** considera as políticas linguísticas como parte fundamental da gestão da língua. No contexto da internacionalização do ensino superior, as instituições precisam desenvolver políticas linguísticas claras para garantir que professores e estudantes possam efetivamente usar o inglês como língua de instrução. Isso envolve treinamento de professores, desenvolvimento de materiais didáticos adequados e apoio linguístico para alunos não nativos de inglês.
4. **Impactos Sociais e Identidade:** ressalta como a escolha da língua pode afetar a identidade linguística e cultural das comunidades. No contexto do ensino superior, a adoção do inglês pode levar a questões de acesso e equidade, pois nem todos os estudantes têm igual proficiência nessa língua. Além disso, pode afetar a preservação da língua e cultura local, levantando questões sobre a perda de diversidade linguística.
5. **Manutenção e Mudança Linguística:** diz respeito às escolhas linguísticas que podem levar à manutenção ou mudança linguística ao longo do tempo. No caso do uso do inglês

na internacionalização do ensino superior, pode ocorrer um aumento na competência em inglês dos alunos e professores, mas também pode haver pressões para se adaptar mais ao inglês em detrimento da língua local, levando a mudanças na linguagem acadêmica e na cultura de ensino.

Portanto, a teoria de gestão da língua de Spolsky (2009) oferece uma estrutura valiosa para entender como as decisões sobre o uso do inglês no processo de internacionalização do ensino superior são tomadas e como elas afetam diferentes aspectos das instituições acadêmicas e das comunidades envolvidas.

Seguindo a noção de PPL apresentada, podemos observar que os documentos oriundos de universidades públicas do Brasil evidenciam a relação entre internacionalização e políticas linguísticas. Essas políticas se manifestam de diversas maneiras, como a promoção da competência linguística na comunidade acadêmica como parte da estratégia de internacionalização na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o apoio à mobilidade acadêmica na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e o uso estratégico da formação linguística para o desenvolvimento regional na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Além disso, a política de tradução é identificada como um instrumento para impulsionar a internacionalização na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

No entanto, ao explorar as dimensões não linguísticas e ao seguir a abordagem de Spolsky (2004, 2009, 2021), fica claro que desenvolver uma política linguística adequada para um contexto específico é uma tarefa complexa. Isso ocorre porque essas políticas estão sujeitas a influências de diversas naturezas, o que pode afetar a sua eficácia. Spolsky (2009) também destaca a importância de identificar esses fatores para compreender por que uma política linguística pode não surtir o efeito desejado. Adicionalmente, acredita-se que essas forças não apenas influenciam, mas também impulsionam as políticas linguísticas.

A adoção do inglês como língua de destaque no processo de internacionalização no Brasil ilustra essa dinâmica. A análise de documentos de universidades públicas brasileiras reforça a relevância das políticas linguísticas nesse contexto, enquanto a consideração das forças não linguísticas enfatiza a complexidade inerente à formulação e implementação dessas políticas.

O uso do inglês e a adoção do inglês como meio de instrução em diferentes partes do mundo pode ser visto como uma manifestação do imperialismo linguístico. O imperialismo linguístico refere-se à influência e dominação de uma língua sobre outras, muitas vezes

impulsionada por poder político, econômico e cultural (Spolsky, 2004). Nesse sentido, o inglês como língua global tem desempenhado um papel significativo.

Há várias maneiras pelas quais o inglês é promovido como um meio de instrução, especialmente em países em que o inglês não é a língua nativa. Essa promoção pode ser resultado de políticas educacionais que buscam alinhar-se aos padrões internacionais ou à busca por melhores oportunidades econômicas e de carreira. Instituições de ensino superior frequentemente adotam o inglês como a língua de instrução para atrair estudantes internacionais e melhorar a sua classificação global (Baumvol, 2016; Dearden, 2014; Jenkins, 2014)

No entanto, essa adoção generalizada do inglês como meio de instrução não está isenta de críticas. Alguns argumentam que isso reforça a dominação cultural e a desvalorização das línguas locais, levando à perda de identidade cultural e linguística. Além disso, essa prática pode criar desigualdades, já que nem todos têm acesso igual a recursos e oportunidades de aprendizado em inglês.

O imperialismo linguístico também pode ser observado no domínio de certas indústrias e na disseminação de produtos culturais de língua inglesa em todo o mundo. Filmes, músicas, literatura e mídias em inglês têm uma presença global significativa, muitas vezes em detrimento de produções locais. Isso pode levar à homogeneização cultural e à marginalização de outras formas de expressão artística (Crystal, 2003).

É importante reconhecer essas questões e buscar formas de equilibrar o uso do inglês como meio de instrução com a valorização das línguas locais e da diversidade linguística. Isso pode incluir políticas educacionais que incentivem o multilinguismo, o ensino de línguas locais e a preservação da cultura e identidade linguística de cada país. Além disso, promover uma maior igualdade de acesso à educação e recursos, independentemente da língua utilizada, é essencial para mitigar os efeitos negativos do imperialismo linguístico.

Ao observarmos os documentos oficiais das universidades como resoluções, relatórios de internacionalização e os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), foi possível identificarmos que políticas linguísticas voltadas para o uso do inglês e para a implementação do IMI costumam estar desconectadas das práticas percebidas no contexto educacional superior a partir das vozes dos estudantes e de outros membros da comunidade acadêmica (Teasdale, 2017). Isso sugere que existe uma falta de conexão ou coerência entre as políticas estabelecidas e a realidade vivenciada nas instituições de ensino superior.

Essa desconexão pode ter várias razões. Por exemplo, as políticas linguísticas podem ser formuladas em níveis superiores, por autoridades governamentais ou institucionais, sem levar em consideração as perspectivas e necessidades dos estudantes e membros da comunidade

acadêmica. Além disso, a implementação efetiva do IMI pode encontrar obstáculos práticos ou resistência por parte dos professores e alunos, especialmente quando não há um suporte adequado para o ensino e aprendizado em um novo idioma.

Essa incoerência entre políticas linguísticas e práticas percebidas destaca a importância de uma abordagem mais inclusiva e participativa na formulação e implementação de políticas linguísticas no contexto educacional. É essencial envolver os principais interessados, como estudantes, professores e membros da comunidade acadêmica na discussão e tomada de decisões relacionadas ao uso do inglês e ao IMI, a fim de garantir que as políticas reflitam as necessidades e realidades daqueles que são afetados por elas.

Nota-se que a falta articulação entre os interesses das IES, principalmente daquelas que criam as PLs, e os interesses de professores e alunos, havendo um foco maior na competitividade entre instituições da *performance* linguística, a fim de se equipararem às definições de qualidade da educação e de sucesso acadêmico e profissional de países que compõem o Norte Global.

Para Shohamy (2012), a principal ideologia por trás das abordagens para o ensino de conteúdo acadêmico de diferentes cursos ou disciplinas é a de que haveria uma melhora na proficiência linguística. Segundo a autora, a implementação de programas que adotem abordagens como IMI ou *CLIL*, resultariam na aprendizagem simultânea de língua e conteúdo “com o objetivo de melhorar não apenas a proficiência linguística, mas também o conhecimento acadêmico” (Shohamy, 2012, pp. 196-197),¹⁰ ainda que as duas abordagens apresentem diferenças e que a proposta ou principal objetivo do IMI não esteja relacionado à essa melhora da proficiência linguística, como já discutimos.

A autora ainda destaca que essa tendência de fazer uso do inglês voltado para o ensino-aprendizagem de conteúdo acadêmico e por consequência, uma possível melhora da proficiência linguística, reflete uma longa tradição de associar “altos níveis de conhecimento acadêmico ao *status* de uma língua” (Shohamy, 2012, p. 197)¹¹. Ou seja, o conteúdo deve ser ensinado em uma língua de prestígio para se fazer jus à seriedade ou importância desse conteúdo, fazendo referência também à ideia de que ensino de qualidade é igual ao ensino em língua estrangeira, mais precisamente em inglês, principalmente em tempos atuais.

Dito isso, o processo de internacionalização parece estar voltado para a realização de ações ou atividades que busquem o desenvolvimento de competências e uma possível melhora

¹⁰ No original: “[...] with the goal of enhancing both, i.e. not only language proficiency but also the academic knowledge [...]” (Shohamy, 2012, pp. 196-197)

¹¹No original: “[...] high levels of academic knowledge with status of language [...]” (Shohamy, 2012, p. 197)

da qualidade da educação ofertada pelas IES (De Wit, 2011), o que nos leva a compreender o processo de diferentes formas, considerando a internacionalização do currículo, internacionalização em casa, ou até mesmo a mobilidade acadêmica.

Independentemente do que se entende por internacionalização, ou sobre as estratégias ou ações voltadas para a sua implementação, a língua inglesa continua a ocupar um papel de inquestionável prestígio e relevância, desde que o idioma passou a ser compreendido como uma língua global e como a língua da ciência, como já apontava Crystal (2003).

Desse modo, fica evidente que o IMI segue sendo uma das principais estratégias de internacionalização em casa, dada a importância conferida à língua inglesa dentro do contexto da educação superior, acarretando o fortalecimento de ideologias que têm como efeito a supervalorização do inglês em comparação com outras línguas.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo, descreveremos a metodologia empregada na condução deste estudo, abordando a caracterização da pesquisa, a apresentação do *corpus* e o processo de análise de dados. Para essa análise, seguimos os modelos de análise documental propostos por Cellard (2008) e a abordagem temática de Braun e Clarke (2006).

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa está inserida no paradigma qualitativo-interpretativista (Lin, 2015), pois busca descrever a perspectiva das instituições de ensino superior em relação ao papel da língua inglesa e do inglês como meio de instrução (IMI) no processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras. O objetivo geral da pesquisa é *investigar o papel da língua inglesa e do inglês como meio de instrução (IMI) no processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras a partir da perspectiva das IES*, utilizando documentos oficiais das instituições de ensino superior estaduais e federais. A análise se concentra nas políticas linguísticas desenvolvidas por essas instituições, que buscam orientar a adoção do IMI e influenciar suas práticas no contexto da internacionalização.

Segundo Lin (2015, p. 25), “as abordagens interpretativistas têm foco na compreensão do propósito e do significado dos atores e das ações sociais”. Ao adotarmos uma abordagem interpretativista na pesquisa, é possível compreendermos não apenas as motivações das instituições de ensino superior (IES) públicas brasileiras para o uso do inglês e do inglês como meio de instrução (IMI), mas também as suas percepções e valorações sobre esse uso da língua.

A análise se estende além das motivações iniciais, buscando entender o que as IES entendem que deve ser feito em relação ao uso do inglês, como interpretam a sua importância e o seu impacto no contexto da internacionalização. Essas percepções e valorações influenciam diretamente as práticas e decisões no contexto acadêmico nacional, moldando as políticas linguísticas e estratégias de internacionalização adotadas por essas instituições.

Posto isso, reiteramos que a presente pesquisa se caracteriza como qualitativa, conforme definida por Minayo (2007, p. 79). Nessa abordagem, o foco principal reside na exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar. Minayo (2007) destaca que a pesquisa qualitativa lida com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças e atitudes dos participantes envolvidos no estudo. Essa abordagem permite uma imersão mais profunda nos aspectos subjetivos e complexos do fenômeno em questão, possibilitando a compreensão dos múltiplos contextos e perspectivas envolvidos.

No entanto, é importante ressaltar que a pesquisa qualitativa, embora abrangente e subjetiva, não busca considerar todos os aspectos observados nos dados gerados ou coletados. Em vez disso, ela se concentra na análise e interpretação das informações relevantes ao tema e objetivo propostos, buscando identificar padrões, tendências e significados subjacentes aos fenômenos estudados. Isso implica um processo cuidadoso de seleção e análise dos dados, visando extrair *insights* significativos e aprofundados.

Para alcançarmos o objetivo proposto, os dados foram analisados de acordo com o modelo de análise temática proposto por Braun e Clarke (2006). Esse modelo oferece uma estrutura sistemática para identificar, analisar e interpretar padrões de significados dentro dos dados coletados. A análise temática permite uma abordagem abrangente na identificação e categorização dos temas presentes nos documentos, fornecendo uma base sólida para a organização e interpretação dos dados. Isso possibilita uma compreensão mais profunda das percepções, práticas e desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior em relação ao uso do inglês e do inglês como meio de instrução no contexto da internacionalização.

Ao explorar documentos como nosso *corpus* de análise, adotamos o modelo de análise documental proposto por Cellard (2008) como estrutura fundamental para a observação e interpretação dos materiais investigados. Essa abordagem metodológica nos permite uma compreensão mais aprofundada dos documentos em questão, pois oferece uma estrutura sólida para a análise.

A metodologia de análise documental de Cellard (2008) serve como alicerce para nossa investigação, orientando nossa observação e interpretação dos documentos selecionados. Ao empregar essa metodologia, conseguimos explorar de forma mais eficaz as nuances e os detalhes contidos nos documentos, permitindo uma análise mais abrangente e significativa.

Ao aplicar o modelo de análise documental de Cellard (2008) em nosso estudo, conseguimos extrair *insights* valiosos dos documentos analisados. Através dessa abordagem, fomos capazes de identificar padrões, tendências e informações relevantes, enriquecendo assim nossa compreensão do contexto em estudo. Essa metodologia proporcionou uma estrutura analítica sólida, permitindo-nos examinar minuciosamente cada documento de maneira sistemática e abrangente.

Em resumo, ao integrar o modelo de análise documental de Cellard (2008) em nosso processo de pesquisa, conseguimos uma compreensão mais aprofundada e significativa dos documentos examinados. Essa abordagem metodológica nos permitiu explorar os materiais de maneira mais estruturada e analítica, fornecendo *insights* valiosos para nossa investigação.

5.2 DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

Os dados analisados neste estudo foram meticulosamente reunidos a partir das resoluções de internacionalização das renomadas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras. Esses dados foram cuidadosamente extraídos dos *sites* oficiais das respectivas universidades, garantindo a confiabilidade e a veracidade das informações. Principalmente, obtivemos tais dados dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições que serviram como uma fonte central e abrangente de diretrizes e estratégias para a internacionalização acadêmica. No entanto, além das informações contidas nos PDIs, também buscamos e incorporamos uma variedade de outros documentos, incluindo relatórios detalhados, planos estratégicos abrangentes, planos de internacionalização específicos e resoluções direcionadas à internacionalização. Todos esses documentos foram cuidadosamente examinados e obtidos através dos canais oficiais das instituições de ensino, garantindo assim a integridade e a legitimidade dos dados analisados neste estudo.

Ao todo, durante o levantamento para este estudo, foram identificadas 110 universidades públicas distribuídas pelas cinco regiões do Brasil. Dessas, observamos a presença de 14 instituições na região Norte, 37 instituições na região Nordeste, 11 instituições na região Centro-oeste, 27 instituições na região Sudeste, e, por fim, 21 instituições na região Sul. É importante ressaltar que o número de documentos encontrados pode exceder o número de instituições, uma vez que algumas IES possuem mais de um tipo de documento dedicado à internacionalização. Essa variação na quantidade de documentos reflete a diversidade de abordagens e estratégias adotadas pelas universidades para promover a internacionalização acadêmica.

Em relação aos documentos encontrados e à natureza desses registros oficiais, destacamos que foram catalogados diversos tipos de propostas relacionadas ao uso do inglês e à implementação do IMI nas instituições de ensino superior brasileiras. Esses documentos incluem desde resoluções específicas sobre internacionalização até relatórios detalhados, planos estratégicos abrangentes e planos de internacionalização específicos.

A variedade de documentos analisados reflete a complexidade e a amplitude das iniciativas de internacionalização adotadas pelas instituições de ensino superior do país. No quadro 2 são apresentadas as instituições e a classificação dos documentos encontrados, fornecendo uma visão abrangente do panorama da internacionalização acadêmica nas universidades públicas brasileiras.

Quadro 2 - Documentos oficiais de internacionalização das IES encontrados por região

INSTITUIÇÃO	REGIÃO	NATUREZA DO DOCUMENTO
Universidade Federal do Acre – UFAC	Norte	PDI
Universidade do Estado do Amazonas – UEA	Norte	PDI
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Norte	PDI
Universidade Estadual de Roraima – UERR	Norte	PDI
Universidade Federal de Roraima – UFRR	Norte	PDI
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR	Norte	PDI
Universidade do Estado do Amapá – UEAP	Norte	PDI
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP	Norte	PDI
Universidade do Estado do Pará – UEPA	Norte	PDI
Universidade do Oeste do Pará – UFOPA	Norte	PDI
Universidade Federal do Pará – UFPA	Norte	PDI
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA	Norte	PDI
Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA	Norte	PDI
Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFTF	Norte	PDI
Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS	Norte	PDI
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	Nordeste	Resolução
Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL	Nordeste	Resolução
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNICSAL	Nordeste	Resolução
Universidade Federal da Bahia – UFBA	Nordeste	Resolução
Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB	Nordeste	Resolução
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	Nordeste	Resolução
Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB	Nordeste	Resolução
Universidade do Estado da Bahia – UNEBU	Nordeste	Resolução
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFSU	Nordeste	Resolução
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC	Nordeste	Resolução
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB	Nordeste	Resolução
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB	Nordeste	Resolução
Universidade Federal do Cariri – UFCA	Nordeste	Resolução
Universidade Federal do Ceará – UFC	Nordeste	Resolução
Universidade Estadual do Ceará – UECE	Nordeste	Resolução
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA	Nordeste	Resolução
Universidade Regional do Cariri – URCA	Nordeste	Resolução
Universidade Federal do Maranhão – UFMA	Nordeste	Resolução

INSTITUIÇÃO	REGIÃO	NATUREZA DO DOCUMENTO
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL	Nordeste	Resolução
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA	Nordeste	Resolução
Universidade Virtual do Estado do Maranhão – UNIVIMA	Nordeste	Resolução
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Nordeste	Resolução
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	Nordeste	Resolução
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	Nordeste	Resolução
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF	Nordeste	Resolução
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	Nordeste	Resolução
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco – UFAPE	Nordeste	Resolução
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE	Nordeste	Resolução
Universidade de Pernambuco – UPE	Nordeste	Resolução
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	Nordeste	Resolução
Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFRSA	Nordeste	Resolução
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN	Nordeste	Resolução
Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP	Nordeste	PDI
Universidade Federal de Sergipe – UFS	Nordeste	Resolução
Universidade de Brasília – UNB	Centro-Oeste	Plano de Internacionalização
Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado – UNEMAT	Centro-Oeste	PDI
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	Centro-Oeste	PDI
Universidade Federal de Rondonópolis – UFR	Centro-Oeste	PDI
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	Centro-Oeste	PDI
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS	Centro-Oeste	PDI
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS	Centro-Oeste	PDI
Universidade Estadual de Goiás – UEG	Centro-Oeste	PDI
Universidade Federal de Catalão – UFCAT	Centro-Oeste	Não encontrado
Universidade Federal de Goiás – UFG	Centro-Oeste	PDI

INSTITUIÇÃO	REGIÃO	NATUREZA DO DOCUMENTO
Universidade Federal de Jataí – UFJ	Centro-Oeste	Não encontrado
Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC	Sudeste	PDI
Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP	Sudeste	PDI
Universidade de São Paulo – USP	Sudeste	PDI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	Sudeste	Relatório
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP	Sudeste	PDI
Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR	Sudeste	PDI
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP	Sudeste	PDI
Universidade do Estado de Minas – UEMG	Sudeste	PDI
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES	Sudeste	PDI
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL	Sudeste	PDI
Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI	Sudeste	PDI
Universidade Federal de Juíz de Fora – UFJF	Sudeste	PDI
Universidade Federal de Lavras – UFLA	Sudeste	PDI
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Sudeste	Resolução
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP	Sudeste	PDI
Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ	Sudeste	PDI
Universidade Federal de Uberlândia – UFU	Sudeste	Não encontrado
Universidade Federal de Viçosa – UFV	Sudeste	PDI
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM	Sudeste	PDI
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM	Sudeste	PDI
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	Sudeste	PDI
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF	Sudeste	PDI
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	Sudeste	PDI
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Sudeste	PDI
Universidade Federal Fluminense – UFF	Sudeste	PDI
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ	Sudeste	PDI
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Sudeste	PDI
Universidade Federal da Integração Latino – Americana – UNILA	Sul	PDI
Universidade Federal do Paraná – UFP	Sul	PDI
Universidade Tecnológica Federal Do Paraná – UTFPR	Sul	PDI
Universidade Estadual de Londrina – UEL	Sul	PDI
Universidade Estadual de Maringá – UEM	Sul	PDI

INSTITUIÇÃO	REGIÃO	NATUREZA DO DOCUMENTO
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG	Sul	PDI
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO	Sul	PDI
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP	Sul	PDI
Universidade Federal do Paraná – UFPR	Sul	PDI e Plano Estratégico de Internacionalização
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE	Sul	PDI
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR	Sul	PDI
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS	Sul	PDI
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Sul	PDI
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC	Sul	PDI
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA	Sul	PDI
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Sul	PDI e Resolução
Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA	Sul	PDI
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	Sul	PDI
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Sul	PDI
Universidade Federal do Rio Grande – FURGRio	Sul	PDI
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS	Sul	PDI

Fonte: Elaboração própria (2024)

No que concerne aos documentos mencionados, foi identificado um total de 107 registros. Entretanto, é importante notar que os documentos referentes às três outras instituições (UFCAT, UFJ, UFU) não puderam ser localizados ou estão desatualizados, o que implica no fato de que as universidades em questão não disponibilizam resoluções específicas de internacionalização que delineiem ou sugiram a implementação de medidas voltadas para o uso da língua inglesa e a adoção do IMI.

Durante o processo de seleção dos documentos que fazem menção direta ao emprego do inglês e à adesão ao IMI por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), restaram 43 documentos que compõem o *corpus* utilizado para extrair trechos destinados à análise. Esse conjunto de documentos selecionados representa uma parcela significativa dos esforços documentados das universidades brasileiras em direção à internacionalização acadêmica, evidenciando o interesse e o comprometimento dessas instituições com o aprimoramento de suas políticas linguísticas e práticas de internacionalização. Esses documentos serviram como

base sólida para a investigação aprofundada e a extração de excertos relevantes para a análise sobre as percepções e ações ou estratégias adotadas pelas IES voltadas para o uso do inglês.

5.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

No processo de análise, o pesquisador desempenha um papel ativo, sendo essencial para extrair significados e *insights* dos dados coletados, uma vez que os dados não falam por si só. A partir de uma observação preliminar dos dados coletados, identificaram-se padrões e temas recorrentes, sendo dois deles de destaque: "Percepções sobre o uso do inglês no Ensino Superior brasileiro" e "Estratégias/ações para o uso do inglês". Essas categorias foram estabelecidas para orientar a análise dos documentos.

Para organizar e identificar essas categorias, utilizamos a análise temática, uma abordagem qualitativa amplamente reconhecida na pesquisa social. Seguindo a estrutura proposta por Braun e Clarke (2006), adotamos uma abordagem indutiva, permitindo que os temas e categorias emergissem dos próprios dados, em vez de impor categorias pré-determinadas.

A análise temática envolveu uma exploração cuidadosa dos dados, buscando identificar padrões de significado, questões relevantes e temas recorrentes. Esse processo foi iterativo, com o pesquisador revisando continuamente os dados, buscando novas perspectivas e fazendo anotações reflexivas.

Uma vez que os temas relevantes foram identificados, procedemos à organização e descrição sistemática desses temas, criando categorias ou subtemas que representassem os padrões encontrados nos dados. Essas categorias foram baseadas em semelhanças de conteúdo, conceitos ou relações entre os dados e as duas categorias de análise mencionadas anteriormente foram mantidas como guias.

Ao seguir as seis etapas da análise temática propostas por Braun e Clarke (2006), garantimos um processo rigoroso e transparente de análise dos dados. É crucial ressaltar que esse processo é iterativo e reflexivo, exigindo uma constante revisão e refinamento dos temas ao longo do caminho. A subjetividade do pesquisador desempenha um papel importante na identificação e interpretação dos temas, e cuidados foram tomados para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados.

Quadro 3 - As seis fases da análise temática

Fase	Descrição
1) Familiarização com dados	Transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.
2) Gerando códigos iniciais	Codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.
3) Buscando temas	Reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.
4) Revisando os temas	Checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.
5) Definindo e nomeando os temas	Refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.
6) Produzindo o relatório	Fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.

Fonte: Adaptado de Braun e Clarke (2006; 2013; 2014) e de Clarke e Braun (2013).

Durante a nossa análise, seguimos as seis etapas delineadas, conforme apresentado no quadro acima. Essa abordagem nos permitiu compreender os padrões, perspectivas e significados subjacentes aos dados, contribuindo para a interpretação e construção de conhecimento sobre o tema em questão.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo analisaremos os dados gerados a partir das resoluções de internacionalização, dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI) e de documentos dedicados às Políticas Linguísticas das universidades públicas brasileiras (estaduais e federais) das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país, seguindo os modelos de análise documental de Cellard (2008) e de análise temática de Braun e Clarke (2006). Nossa análise foi dividida em duas partes, considerando as categorias de análise estabelecidas, as quais são recorrentes nos documentos oficiais da IES: Percepções sobre o uso do inglês no ensino superior brasileiro e Estratégias e ações para o uso do inglês nas universidades públicas brasileiras.

6.1 PERCEPÇÕES SOBRE O USO DO INGLÊS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A internacionalização do ensino superior no Brasil, destacada por Altbach (2007), é impulsionada por programas de intercâmbio e parcerias internacionais, visando enriquecer os ambientes acadêmicos com diversidade cultural e troca de conhecimentos entre estudantes e professores de diferentes origens geográficas. O inglês, como língua franca global, desempenha um papel central nesse processo, facilitando a comunicação e colaboração entre acadêmicos de diversas nacionalidades (Jenkins, 2018; Mauranen, 2019).

Especialmente na pós-graduação, o uso do inglês é prevalente em áreas como ciências, tecnologia, engenharia e matemática, buscando atrair estudantes estrangeiros para programas de mestrado e doutorado. No entanto, no nível da graduação, principalmente em disciplinas das áreas humanas e sociais, o uso do inglês enfrenta desafios, apesar de as instituições brasileiras implementarem disciplinas nesse idioma para prepararem os estudantes para um mercado global e competitivo.

Nesse sentido, entende-se que o desenvolvimento da capacidade linguística desempenha um papel fundamental na busca pela internacionalização do ensino superior. O domínio de um segundo idioma é compreendido como um pré-requisito essencial para expandir fronteiras e promover uma presença global das instituições de ensino. Em particular, a fluência no inglês emerge como uma necessidade imperativa, dada a sua posição como língua franca global (Crystal, 2003; Jenkins, 2018; Mauranen, 2019). O uso do inglês no processo de internacionalização do ensino superior apresenta-se como uma tendência comum entre as

universidades brasileiras, sendo considerado a língua facilitadora desse processo. No geral, o inglês é visto não apenas como uma habilidade linguística, mas como uma ferramenta fundamental para a internacionalização das universidades brasileiras e para sua integração na comunidade acadêmica global.

Os documentos das IES que evidenciam as percepções recorrentes de acordo com as motivações para a internacionalização e o uso do inglês, ressaltando a importância desse idioma para atrair alunos e professores estrangeiros, melhorar a qualidade da educação superior e abrir portas para colaborações internacionais, oferecendo *insights* sobre como as universidades públicas brasileiras estão abordando a internacionalização e a promoção do inglês como língua-chave nesse contexto. Com base na análise dos dados, direcionamos e estruturamos nossas discussões em torno dos seguintes temas: Domínio do inglês, Atração de estrangeiros, Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica e Internacionalização em casa.

Dos 43 documentos oficiais das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras voltados para a internacionalização, o domínio do inglês é o tema de maior destaque, evidenciando a percepção da língua como essencial para o processo de internacionalização do ensino superior. Esse foco reflete a importância atribuída ao inglês não apenas como meio de comunicação, mas como ferramenta indispensável para ampliar o alcance global das instituições. Adicionalmente, os temas de atração de estrangeiros e intercâmbio e mobilidade acadêmica também recebem extenso destaque nesses documentos. No entanto, eles são frequentemente subordinados ao ensino-aprendizagem de inglês, indicando que a proficiência na língua inglesa é vista como uma condição prévia e necessária para o sucesso em outras áreas da internacionalização acadêmica.

6.1.1 Domínio do inglês

No contexto acadêmico brasileiro, a percepção em relação ao domínio do inglês como elemento fundamental para o processo de internacionalização do ensino superior é cada vez mais evidente. A habilidade de comunicar-se proficientemente em inglês é vista como facilitadora não apenas do acesso a recursos acadêmicos e colaborações internacionais, mas também de oportunidades de intercâmbio de conhecimento, pesquisa e experiências entre estudantes, professores e pesquisadores de diferentes partes do mundo. Nesse sentido, as IES brasileiras estão investindo em programas de idiomas, parcerias estratégicas com instituições estrangeiras e a integração do inglês em suas práticas de ensino e pesquisa, partindo da

percepção do inglês enquanto ferramenta essencial para a promoção da excelência acadêmica e a inserção global de suas comunidades acadêmicas.

A busca pelo aprimoramento do inglês no ambiente acadêmico visa não apenas aprofundar o conhecimento linguístico, mas também melhorar a interação com estudantes estrangeiros. A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tem buscado se destacar ao incentivar a oferta de disciplinas integralmente ministradas em inglês, tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação. Essa iniciativa tem o objetivo não apenas de contribuir para uma suposta excelência acadêmica, mas também teria como objetivo abrir portas para uma maior integração e participação em contextos internacionais. Nessa perspectiva, a língua inglesa recebe destaque no Plano de Implantação de uma política de internacionalização da UFRPE. A instituição materializa a seguinte percepção

O acesso a **língua inglesa** desperta atenção no que tange ao seu lugar em relação as outras línguas, constituindo-se em uma das metas da internacionalização das instituições universitárias brasileiras. Neste sentido, com o objetivo de aprimorar a **língua inglesa** no ambiente acadêmico e viabilizar a compreensão de estudantes estrangeiros, a UFRPE, vem estimulando a oferta de disciplinas totalmente ministradas em **inglês**, na graduação e na pós-graduação. (Plano de Implantação de uma política de internacionalização, 2018, p. 13-14)¹²

O trecho em questão destaca a relevância do acesso à língua inglesa no contexto das instituições universitárias brasileiras, especialmente no que se refere à internacionalização. A declaração enfatiza que o aprimoramento do domínio do inglês é uma das metas nesse processo e a estratégia adotada pela UFRPE para alcançar esse objetivo é estimular a oferta de disciplinas ministradas integralmente nessa língua tanto na graduação quanto na pós-graduação. No excerto, mostra-se evidente o *status* elevado da língua inglesa em “a **língua inglesa** desperta atenção no que tange ao seu lugar em relação as outras línguas”.

Em 2020, a Unicamp passou por uma avaliação conduzida por uma comissão de especialistas estrangeiros, cujo escopo abordou especificamente o desempenho da instituição em relação à internacionalização. O trabalho desempenhado pela Divisão de Relações Internacionais (DERI) e os avanços nesse âmbito foram alvo de uma análise positiva, resultando na recomendação unânime da Comissão de Especialistas para a continuidade e aprofundamento dessas iniciativas. Dentre as principais recomendações da comissão, destaca-se a seguinte: “embora haja grande mérito em ensinar e preservar o uso do português, alunos e professores

¹² Os destaques nos excertos são provenientes dos próprios textos.

que estudam e fazem pesquisas internacionalmente precisam de mais oportunidades para a aquisição da **língua inglesa**” (Relatório de Gestão, 2021, p. 14).

Entre as sugestões fundamentais apresentadas pela comissão, destaca-se a necessidade de uma reflexão crítica sobre o equilíbrio entre o mérito de preservar e ensinar o português e a imperativa demanda por mais oportunidades destinadas a alunos e professores que estejam envolvidos em atividades de estudo e pesquisa em âmbito internacional. O dilema reside na complexidade inerente a esse desafio, uma vez que, embora seja louvável manter e fortalecer a língua portuguesa, a comunidade acadêmica envolvida em contextos globais requer uma maior ênfase na aquisição e aprimoramento da língua inglesa.

Assim, o desafio para a UNICAMP, segundo a avaliação feita, estaria em conciliar efetivamente esses dois objetivos aparentemente conflitantes, garantindo que os estudantes e professores não apenas preservem as suas habilidades no idioma nativo, mas também desenvolvam proficiência na língua inglesa, o que é crucial para uma participação plena e efetiva no cenário acadêmico internacional. Esse dilema coloca em pauta questões mais amplas sobre a identidade linguística e os desafios inerentes à inserção global, destacando a necessidade de estratégias educacionais flexíveis e inovadoras para lidar com essa complexa dualidade linguística.

No caso da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a proficiência em idiomas estrangeiros emerge como um componente vital. Conforme destacado pela UECE, o domínio de uma língua adicional, em especial o inglês, é considerado um pré-requisito fundamental para a internacionalização efetiva. Portanto, uma política proativa de estímulo à aquisição de proficiência em línguas adicionais, com destaque para o inglês, torna-se imperativa para a busca da excelência acadêmica em um cenário globalizado. Seguindo essa percepção, A UECE, aponta que

[...]o domínio de um outro idioma é um importante pré-requisito para a internacionalização. Não é possível internacionalizar sem que tenhamos uma política de estímulo à aquisição de proficiência em línguas adicionais, notadamente o **inglês** (Resolução nº 4260/2018, p. 11).

A UECE ressalta a importância crucial do domínio de um outro idioma, especialmente o inglês, como um pré-requisito essencial para a internacionalização das instituições de ensino superior. A resolução enfatiza que a internacionalização não pode ser efetivamente alcançada sem uma política robusta que promova a aquisição de proficiência em línguas adicionais. Esse enfoque na competência linguística, “notadamente no inglês”, sublinha a necessidade de preparar estudantes e acadêmicos para interagir e colaborar em um cenário global, em que o

inglês frequentemente serve como língua franca. Assim, a promoção do aprendizado de idiomas é vista não apenas como um complemento, mas como uma base indispensável para o sucesso das estratégias de internacionalização, permitindo uma comunicação eficiente e a integração em redes acadêmicas e científicas internacionais.

Investir na capacitação dos professores para o ensino em línguas estrangeiras, ampliando o espectro além do inglês e expandir a oferta de disciplinas em outros idiomas relevantes para a área de estudo são medidas necessárias. Somente assim, a universidade poderá almejar não apenas o fortalecimento da sua posição como destino acadêmico internacionalmente reconhecido, mas também proporcionar uma experiência mais enriquecedora e inclusiva para todos os estudantes, independentemente de sua origem linguística.

A adoção de uma política de estímulo à aquisição de proficiência em línguas adicionais, especialmente o inglês, é vista como estratégica para a internacionalização, não só no caso da UECE, mas de todas as universidades públicas aqui citadas, pois essas IES partem da concepção de que ter habilidades no idioma inglês possibilitaria a abertura de portas para colaborações, intercâmbios, parcerias e acesso a recursos internacionais, ampliando as oportunidades de pesquisa, ensino e intercâmbio de conhecimentos, além de impulsionar o reconhecimento das instituições no cenário global, percepção que também é destacada por Crystal (2003) no cenário internacional.

No entanto, é importante ressaltar que a internacionalização não se resume apenas ao domínio de um idioma estrangeiro. É um processo abrangente que envolve ações como a busca por parcerias internacionais, intercâmbio de estudantes e docentes, atração de estudantes estrangeiros, participação em redes internacionais de pesquisa, entre outros (Knight, 2004).

Podemos perceber que tanto no documento oficial com propostas de internacionalização da UECE, quanto nos documentos das outras universidades já mencionadas, há referências à adoção de uma abordagem mais abrangente para promover a internacionalização, abordando diferentes aspectos, além do estímulo à aquisição de proficiência em línguas estrangeiras ou adicionais.

O Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília (UNB) sugere que investir no ensino e no aprendizado do inglês é fundamental para que a comunidade acadêmica da universidade possa participar ativamente de redes de pesquisa internacionais, colaborar com pesquisadores de outras partes do mundo, acessar informações atualizadas e compartilhar conhecimentos em âmbito global.

[...] o reforço na difusão de línguas estrangeiras, em geral, e do **inglês**, em particular, entre estudantes, professores e servidores técnico-administrativos é essencial para o pleno desenvolvimento do processo de internacionalização da UnB (Plano de Internacionalização, 2018, p. 21).

A preferência pelo uso do inglês na internacionalização acadêmica ocorre principalmente devido ao seu *status* como a língua mais amplamente falada no cenário acadêmico e científico internacional. Essa escolha visa facilitar a comunicação e a colaboração entre pesquisadores e estudantes de diferentes origens linguísticas. O inglês se tornou uma espécie de língua comum para facilitar a disseminação do conhecimento e a participação em redes acadêmicas globais (Jenkins, 2018).

De acordo com o documento de internacionalização da referida universidade, o reforço na difusão de línguas estrangeiras, incluindo o inglês, pode trazer diversos benefícios para estudantes, professores e servidores técnico-administrativos.

Para os estudantes, o domínio de línguas estrangeiras ampliaria as suas oportunidades de intercâmbio acadêmico, estágios internacionais e acesso a programas de pós-graduação em universidades estrangeiras.

No caso dos professores, o conhecimento de línguas estrangeiras, em especial o inglês, facilitaria a participação em conferências internacionais, o estabelecimento de parcerias com pesquisadores de outros países e a publicação de artigos científicos em periódicos internacionais renomados. Além disso, professores bilíngues podem ministrar disciplinas em língua estrangeira, oferecendo uma formação mais abrangente aos estudantes da UnB.

Para os servidores técnico-administrativos, a capacidade de se comunicar em línguas estrangeiras, como o inglês, facilitaria a interação com estudantes estrangeiros, professores visitantes e representantes de instituições internacionais, o que contribuiria para a eficiência das atividades administrativas, fortalecendo a imagem da UnB como uma universidade globalmente conectada.

O Plano de Internacionalização da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sublinha a importância do inglês como uma língua estrangeira fundamental para o sucesso de suas iniciativas de internacionalização. O documento destaca o empenho da universidade em promover o aprendizado de línguas estrangeiras, especialmente o inglês, visando superar barreiras culturais e garantir uma base sólida para a internacionalização. Esse esforço reflete a consciência de que a proficiência em idiomas estrangeiros é uma condição indispensável para a integração eficaz no cenário acadêmico global e para a atração de estudantes e pesquisadores internacionais.

Vale destacar o esforço feito pela Universidade no sentido de disseminar o domínio de línguas estrangeiras, principalmente o **inglês**, superando barreiras culturais e buscando assegurar uma condição indispensável para o processo de internacionalização (Plano de Internacionalização, 2018, p.12).

O trecho do documento ressalta o inglês como uma língua estrangeira prioritária. Isso reflete a percepção da UFBA de que o inglês desempenha um papel crucial na internacionalização, tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional, o que pode ser interpretado como um reconhecimento da posição global do inglês como uma língua franca.

A UFBA reconhece a importância de promover o domínio do inglês entre seus alunos, professores e funcionários. Isso sugere que a universidade está investindo recursos e esforços na oferta de cursos de inglês e na promoção de atividades que incentivem o aprendizado e a prática do idioma. O domínio do inglês é posto como uma condição indispensável para o processo de internacionalização da UFBA. Isso implica que a capacidade de se comunicar efetivamente em inglês é vista como um pré-requisito para participar plenamente das atividades internacionais da universidade, como intercâmbios acadêmicos, colaborações de pesquisa e conferências internacionais.

Em suma, nos documentos analisados, o uso do inglês para a superação de barreiras culturais é apontado como um desafio crucial para promover a internacionalização, com essa língua desempenhando um papel fundamental na construção de parcerias institucionais e no desenvolvimento de programas conjuntos com parceiros estratégicos no exterior. Esses aspectos destacam a complexidade e as múltiplas dimensões envolvidas no uso do inglês como parte das estratégias de internacionalização das universidades.

6.1.2 Atração de estrangeiros

A importância de atrair professores, pesquisadores e alunos estrangeiros como parte de suas estratégias de internacionalização recebe destaque nos documentos das universidades. O inglês é percebido como uma ferramenta essencial para facilitar a comunicação e a colaboração internacional nesse contexto.

O Projeto Institucional de Internacionalização da UFSC não apenas fortalece a estratégia de internacionalização da pós-graduação, mas também desempenha um papel crucial na identificação das necessidades da sociedade e na definição das temáticas que orientam a pós-graduação na universidade. Esse projeto inclui uma série de iniciativas como a presença de

professores visitantes nacionais e estrangeiros, o compartilhamento de aulas com convidados especialistas em diversos temas e a oferta de cursos ministrados em inglês.

A presença de professores visitantes nacionais e estrangeiros, o compartilhamento de aulas com convidados expertos nos temas e os cursos ministrados em **língua inglesa** fazem parte de um conjunto de ações de promoção da internacionalização e de conexão dos programas às melhores instituições de ensino no Brasil e no exterior (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2020, p.57).

Nesse trecho do documento oficial da UFSC, há uma clara valorização da língua inglesa como um componente essencial para a internacionalização da educação superior. A presença de professores estrangeiros implica a necessidade de comunicação eficaz e a língua inglesa é frequentemente escolhida como a língua de instrução e comunicação nessas situações. Isso sugere que a universidade reconhece o inglês como uma ferramenta importante para facilitar a interação entre professores e alunos de diferentes origens. Novamente, o uso do inglês é explícito aqui, pois convidados *experts* estrangeiros provavelmente conduzirão as suas aulas nessa língua para alcançar um público mais amplo.

A oferta de cursos ministrados em inglês visa atrair estudantes internacionais na tentativa de criar um ambiente multicultural e diversificado. Contudo, a ênfase excessiva no inglês pode levar a uma homogeneização do ensino superior e as universidades podem acabar oferecendo programas e cursos semelhantes para se adequarem aos padrões internacionais.

Na Universidade Estadual do Ceará (UECE), a inclusão de disciplinas ministradas em inglês na pós-graduação geralmente está vinculada à presença de pesquisadores estrangeiros ou ao retorno de professores efetivos que vivenciaram experiências internacionais. Contudo, a oferta dessas disciplinas enfrenta um desafio adicional: a escassez de capacitação específica para os docentes ministrarem aulas utilizando IMI.

Conforme observado na Resolução N° 4260/2018, a falta de diversidade linguística no currículo acadêmico é um fator que contribui para tornar a UECE menos atraente como destino para a mobilidade de estudantes internacionais. Para a instituição, essa limitação reflete não apenas a necessidade de promover uma abordagem mais internacionalizada, mas também destaca a importância de investimentos em treinamento linguístico para os docentes, a fim de promover uma experiência acadêmica mais inclusiva e global.

Em geral, a oferta dessas disciplinas na pós-graduação ocorre em razão da vinda de algum pesquisador estrangeiro ou como resultado do retorno de professor efetivo da UECE de uma experiência internacional. Acrescente-se a isso a falta de capacitação específica para que o docente possa ministrar suas aulas usando o **inglês como língua de instrução (EMI)**. A falta de disciplinas oferecidas em outros idiomas é um mais um dos fatores que torna a UECE um destino pouco atrativo para a mobilidade de alunos oriundos de outros países (Resolução 4260/2018, 2018p.12).

A prática comum em diversas instituições de ensino superior, como a UECE, de ofertar disciplinas na pós-graduação, em virtude da presença de pesquisadores estrangeiros ou do retorno de professores efetivos após experiências internacionais, é frequentemente enaltecida pela busca de um suposto enriquecimento dos docentes, partindo da ideia de que isso poderia proporcionar aos estudantes diferentes perspectivas e conhecimentos. No entanto, é crucial questionar a afirmação de que essa abordagem inevitavelmente promove a eficácia do ensino.

A alegação de que a diversidade linguística é crucial para atrair alunos internacionais e criar um ambiente acadêmico multicultural merece ainda uma reflexão mais profunda. A internacionalização não se restringe a uma única língua estrangeira, e, ao negligenciar essa variedade, a universidade pode inadvertidamente restringir a sua capacidade de atrair alunos de diferentes origens, comprometendo a promoção de intercâmbios culturais genuínos (Martyniuk, 2012).

Para a UNICAMP, enquanto uma universidade que já possui um maior reconhecimento internacional, a limitação do ensino em língua inglesa é compreendida como algo que pode afetar a capacidade de atrair um número maior de alunos estrangeiros, especialmente aqueles que não têm proficiência em português, vindos, especialmente, dos Estados Unidos e da Europa.

A oferta reduzida de ensino em **língua inglesa** na Unicamp representava uma barreira para atrair alunos de outros países. Dessa forma a Unicamp atraía um número reduzido de alunos dos Estados Unidos e da Europa. De outro lado, os alunos da Unicamp revelavam pouco interesse em realizar intercâmbio nos países vizinhos e tinham forte preferência por estudar nos Estados Unidos ou em países europeus. (Relatório de Gestão, 2021, pp. 4-5).

Sobre a preferência dos alunos da UNICAMP em estudar nos Estados Unidos ou em países europeus, em detrimento dos países vizinhos, pode-se dizer que há uma relação com diversos fatores, como a percepção de que esses países oferecem uma educação de maior qualidade, melhores oportunidades de pesquisa e desenvolvimento profissional, além do desejo de vivenciar uma cultura diferente. Também pode haver influência de fatores históricos, como a relação de intercâmbio acadêmico tradicionalmente estabelecida entre a UNICAMP e

instituições dos Estados Unidos e da Europa, conforme é destacado também na revisão de literatura no âmbito internacional (Baumvol, 2016).

É evidente que uso do inglês e do inglês como meio de instrução tem se tornado cada vez mais comum em muitos países ao redor do mundo, principalmente em instituições de ensino superior. Isso geralmente é impulsionado pelo reconhecimento do inglês como uma língua global de comunicação, comércio e tecnologia. Usar o inglês como meio de instrução é visto como uma forma de equipar os alunos com as habilidades linguísticas necessárias para participarem da economia global e se envolverem com comunidades acadêmicas internacionais (Dearden, 2014; Jenkins, 2018).

Em resumo, ao analisarmos os documentos de internacionalização das universidades públicas brasileiras, fica evidente que o uso do inglês é considerado um aspecto majoritariamente benéfico e inerente ao processo de internacionalização. Além disso, a importância de atrair professores, pesquisadores e alunos estrangeiros é enfatizada como parte integrante das estratégias de internacionalização delineadas por essas instituições. Para tanto, o inglês é percebido como uma ferramenta indispensável para facilitar a comunicação e a colaboração internacional, destacando-se como um elemento-chave para a integração bem-sucedida no cenário acadêmico global.

6.1.3 Intercâmbio e mobilidade acadêmica

A importância do intercâmbio acadêmico e da mobilidade estudantil é enfatizada pelas universidades como parte de suas estratégias de internacionalização. O inglês é visto como uma ferramenta essencial para facilitar a interação entre estudantes estrangeiros e a adaptação a currículos integrados com universidades estrangeiras.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal Fluminense (UFF) salienta a relevância da mobilidade acadêmica no âmbito da internacionalização, destacando, ademais, o papel crucial do inglês como língua de integração e facilitação desse processo.

Serão incentivados o **intercâmbio e a mobilidade** com programas de pós-graduação de outros estados e países e, portanto, o aumento **da cooperação nacional e internacional** como ferramenta fundamental nesse contexto, uma vez que a mobilidade de alunos brasileiros e estrangeiros será uma ponte para interação científica e também permitirá a formação de recursos humanos com visão ampliada e de maior capacitação. Essa política deve estar centrada na ampliação de convênios interinstitucionais, interestaduais e internacionais para missões de estudo, missões de trabalho, estágios-sanduíche, bolsas de

pesquisa, dentre outros. O oferecimento de **disciplinas em língua inglesa** deverá ser um marco relevante para essa integração e facilitador da mobilidade docente e discente (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2018, p. 40).

Ao enfatizar o estímulo ao intercâmbio e à mobilidade acadêmica, tanto em âmbito nacional quanto internacional, como elementos fundamentais da estratégia de internacionalização da instituição, o documento aparenta reconhecer a importância da diversidade cultural e do intercâmbio de conhecimento para o enriquecimento da formação dos estudantes e pesquisadores envolvidos, bem como para a cooperação entre instituições. Adicionalmente, ao mencionar que a mobilidade de alunos brasileiros e estrangeiros servirá como uma ponte para a interação científica e a formação de recursos humanos mais capacitados, o texto sublinha o potencial impacto positivo dessa política no desenvolvimento acadêmico e profissional dos envolvidos, evidenciando uma visão prospectiva em relação aos benefícios da internacionalização.

Entretanto, é imperativo considerar questões críticas. Em primeiro lugar, embora a mobilidade acadêmica seja exaltada como uma oportunidade valiosa, a acessibilidade a esse processo pode ser restrita por questões como a disponibilidade de recursos financeiros e barreiras burocráticas, especialmente para estudantes provenientes de origens socioeconômicas menos privilegiadas. Dessa forma, é essencial que a política de internacionalização leve em conta tais desafios e busque garantir a equidade no acesso às oportunidades de mobilidade, promovendo inclusão e diversidade.

Além disso, apesar de se mencionar o oferecimento de disciplinas em língua inglesa como um facilitador da mobilidade docente e discente, é crucial assegurar que essa prática não exclua alunos e professores desprovidos de fluência no idioma. A implementação de ações como cursos de inglês para aqueles sem proficiência na língua pode constituir um passo relevante na mitigação dessa questão, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades.

Outro ponto a se considerar é a necessidade de evitar que a internacionalização se torne uma via de mão única, na qual instituições estrangeiras se beneficiem do conhecimento e dos recursos da UFF sem oferecer oportunidades recíprocas para seus alunos e pesquisadores. Assim, torna-se essencial estabelecer parcerias equilibradas e garantir que os benefícios sejam compartilhados de forma justa entre todas as partes envolvidas, promovendo uma cooperação verdadeiramente colaborativa e inclusiva.

O documento oficial da UTFPR delinea a política de internacionalização da universidade, destacando a importância do intercâmbio de estudantes e servidores com

organizações estrangeiras. Além disso, introduz mecanismos de monitoramento para garantir a eficácia dessas iniciativas através da criação de uma

Relação atualizada de estudantes em Mobilidade Internacional, de servidores em afastamento para estudos no exterior, de professores estrangeiros (permanentes e visitantes) na UTFPR e de servidores com proficiência nas línguas **inglês**, espanhol e alemão (Política de Internacionalização, 2018, p. 11).

Com destaque para a importância do inglês como uma das línguas prioritárias para a internacionalização da UTFPR, ao lado do espanhol e do alemão, a política de internacionalização da universidade reflete uma tendência global, uma vez que o inglês é amplamente reconhecido como a língua franca da comunicação internacional, especialmente no contexto acadêmico e profissional. A inclusão do inglês entre as línguas monitoradas sugere que a UTFPR valoriza a proficiência dessa língua entre seus servidores. Isso pode ser interpretado como uma estratégia para facilitar a comunicação e a colaboração com instituições estrangeiras, bem como para promover a participação em programas de intercâmbio e cooperação internacional.

Ainda que o inglês seja uma língua crucial para a comunicação global, a exclusividade dessa língua pode excluir pessoas que não têm acesso a oportunidades de aprendizado de idiomas ou que têm dificuldades específicas com o inglês. Isso pode criar barreiras para a participação igualitária em programas de internacionalização e colaboração internacional. A falta de inclusão de outras línguas além do inglês também pode limitar a diversidade linguística e cultural na UTFPR.

Embora o inglês seja amplamente utilizado como língua de comunicação internacional, a inclusão do espanhol e do alemão demonstra um esforço para reconhecer a diversidade linguística e cultural. No entanto, é importante garantir que essas línguas não sejam negligenciadas em favor do inglês e que os recursos sejam alocados de forma equitativa para promover a proficiência. Ou seja, o trecho destaca a importância do inglês na internacionalização da UTFPR e reconhece outras línguas como o espanhol e o alemão, contudo há a necessidade de garantir essa inclusão e a equidade linguística para promover uma verdadeira internacionalização e diversidade cultural na universidade.

No Plano Estratégico de Internacionalização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é evidenciado no progresso da instituição na internacionalização da educação superior, com ênfase na mobilidade estudantil tanto em programas de graduação quanto de pós-graduação.

No contexto da internacionalização, a UFRN contabilizou avanços na expansão da inserção de alunos em programas de mobilidade estudantil. Na perspectiva da flexibilização curricular e de novos itinerários formativos e no âmbito da política de internacionalização, a UFRN conta com a participação de 695 alunos de graduação estudando em instituições internacionais e com 189 acordos em 36 países, dentre os quais os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, o Canadá e Portugal destacam-se com maior número de alunos. Do mesmo modo, na esfera da pós-graduação, a internacionalização apresentou avanços no período, também com a mobilidade acadêmica como principal fator de articulação da internacionalização dos programas de pós-graduação (Plano Estratégico de Internacionalização, 2018, p. 7).

O texto destaca a presença significativa de alunos em instituições internacionais e a existência de acordos com diversos países, incluindo Estados Unidos, França, Reino Unido, Canadá e Portugal. A percepção da instituição sobre a importância do inglês na internacionalização é implícita nesse contexto. Nota-se que a maioria dos países são majoritariamente de língua inglesa como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá.

A escolha por esses países pode refletir a valorização do inglês como língua franca global, facilitando a comunicação e a integração dos estudantes em ambientes internacionais. Além disso, o inglês é frequentemente a língua de instrução em muitos cursos e programas acadêmicos ao redor do mundo, o que torna o seu domínio fundamental para o sucesso acadêmico e profissional dos estudantes.

Entretanto, a preferência dos discentes da instituição por países de língua inglesa para a mobilidade acadêmica também pode apresentar desafios. Por exemplo, a barreira linguística pode ser um obstáculo para estudantes que não possuem fluência suficiente no idioma. Embora muitas universidades ofereçam cursos e programas em inglês, a adaptação a um ambiente acadêmico em que o inglês é a língua principal pode ser difícil para alguns alunos, especialmente aqueles que não tiveram uma formação linguística adequada.

Além disso, a concentração de alunos em países de língua inglesa pode limitar a diversidade cultural e linguística da experiência de internacionalização. A exposição a diferentes línguas e culturas é uma parte essencial da formação acadêmica e pessoal dos estudantes e a preferência por países de língua inglesa pode restringir essa diversidade. Destacamos alguns possíveis motivos para a escolha dos discentes por países de língua inglesa que são:

1. **Reconhecimento internacional:** universidades em países de língua inglesa muitas vezes têm uma reputação globalmente reconhecida, o que pode atrair os alunos em busca de uma educação de alta qualidade e oportunidades de *networking* internacional.

2. **Oportunidades de carreira:** a fluência em inglês é frequentemente valorizada no mercado de trabalho globalizado e estudar em um país em que o inglês é a língua predominante pode proporcionar aos estudantes experiências e habilidades linguísticas altamente valorizadas pelos empregadores.

Em síntese, a análise dos documentos das universidades públicas brasileiras revela uma forte correlação entre a percepção da importância do inglês para a mobilidade e intercâmbio internacional, seja de forma explícita, seja de forma implícita. Além de destacar a relevância do inglês como facilitador da comunicação e colaboração internacional, destacamos também certas problemáticas inerentes à predominância desse idioma no processo de internacionalização.

6.1.4 Internacionalização em casa

Nesse contexto, a internacionalização em casa surge como uma estratégia comum adotada pelas instituições de ensino superior para promover a internacionalização e proporcionar aos estudantes uma experiência global mesmo sem a necessidade de deslocamento físico para o exterior (Knight, 2008). A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) tem adotado essa abordagem, concentrando-se na construção de um ambiente internacional dentro da universidade por meio de ações que visam expandir os conhecimentos em língua estrangeira, especialmente o inglês.

O caminho para a internacionalização que a UEMASUL tem percorrido segue uma trilha de ações no sentido de construir um ambiente internacional no cotidiano da universidade. No âmbito da graduação esse processo tem sido implementado por meio da internacionalização em casa com ações focadas, em sua maioria, à expansão dos conhecimentos em língua estrangeira, no caso, à **língua inglesa** (Resolução N° 078/2019 – CONSUL/UEMASUL, 2019, p. 5).

Ao priorizar a expansão dos conhecimentos em língua inglesa, a UEMASUL busca equipar os seus estudantes com habilidades de comunicação essenciais em um contexto globalizado. O inglês é amplamente reconhecido como uma língua franca internacional e é amplamente utilizado no mundo acadêmico e profissional em diversas áreas (Jenkins, 2014, 2018).

Essas ações podem incluir a oferta de cursos de língua inglesa, programas de intercâmbio virtual, palestras e *workshops* ministrados em inglês, a criação de grupos de estudo ou clubes de conversação em inglês, entre outras iniciativas. O objetivo, segundo a instituição,

é proporcionar aos estudantes um ambiente propício para praticar e aprimorar as suas habilidades na língua inglesa, além de promover uma maior consciência e compreensão das culturas internacionais. Ao desenvolver um ambiente internacional no cotidiano da universidade, a UEMASUL visa preparar os seus estudantes para enfrentar os desafios de um mercado de trabalho cada vez mais globalizado, em que a proficiência em línguas estrangeiras e a capacidade de se comunicar e colaborar com pessoas de diferentes origens culturais são valorizadas.

É importante ressaltar que a internacionalização em casa é apenas uma das abordagens possíveis para a internacionalização e que as instituições de ensino superior podem adotar outras estratégias como o estabelecimento de parcerias internacionais, a mobilidade estudantil e docente, a colaboração em pesquisas internacionais, entre outras. Cada instituição define a sua própria estratégia com base em seus recursos, objetivos e prioridades.

Apesar de ser considerada uma universidade jovem, a UEMASUL tem buscado ativamente a internacionalização e tem alcançado progressos significativos nessa área. Entre as iniciativas da UEMASUL para promover a internacionalização, destaca-se a participação em eventos e redes internacionais. Duas importantes organizações são mencionadas: a Rede de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior do Estado do Maranhão (ReINTER) e a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI). Essas organizações desempenham um papel crucial na promoção da cooperação acadêmica e científica internacional.

A ReINTER é uma rede que visa fortalecer e promover a internacionalização das instituições de ensino superior no estado do Maranhão, incluindo a UEMASUL. Através dessa parceria, a universidade tem a oportunidade de compartilhar experiências, estabelecer parcerias e participar de projetos conjuntos com outras instituições de ensino superior da região. Já a FAUBAI é uma associação nacional que tem como objetivo promover a internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras. A UEMASUL, ao se tornar membro dessa associação, pode acessar recursos, participar de eventos e estabelecer contatos com instituições internacionais, ampliando assim as suas oportunidades de cooperação internacional.

Além disso, a UEMASUL tem buscado a participação em programas internacionais como o *English Teaching Assistant* (ETA) e o *English Language Fellow* (EL Fellow). Esses programas são promovidos pelo governo dos Estados Unidos e oferecem oportunidades para que estudantes e profissionais da área de ensino de inglês possam atuar como assistentes de ensino ou bolsistas em países estrangeiros. A participação nesses programas permite que os

membros da comunidade acadêmica da UEMASUL aprimorem as suas habilidades no ensino do inglês e estabeleçam conexões com profissionais de outros países.

Em relação ao Projeto ETA, pode-se dizer que faz parte do programa Fullbright, sendo uma iniciativa que busca integrar culturas ao ensino de línguas, com o foco específico no ensino de língua inglesa. Dentre as várias instituições de todo o Brasil que foram selecionadas, a UEMASUL é uma das nove instituições da região Nordeste contempladas pelo programa.

Outra iniciativa refere-se ao Projeto ETA: integrando culturas ao ensino de línguas, selecionado pelo programa Fullbright. Das quarenta instituições de todo o Brasil que foram selecionadas, a UEMASUL posta-se entre uma das nove instituições da região Nordeste contempladas pelo programa Fullbright. Em razão desta seleção, hoje contamos com o auxílio de assistentes de ensino de língua inglesa americanos, os quais atuam nas atividades de ensino e extensão. As diversas atividades que os ETAs têm desenvolvido na instituição, quanto à assistência ao ensino de **língua inglesa** têm estimulado a comunidade acadêmica a estudar **inglês** de modo a fazer parte da comunidade internacional de pesquisa (Resolução N° 078/2019 – CONSUL/UEMASUL, 2019, p. 5).

Através dessa seleção, a UEMASUL recebe o auxílio de assistentes de ensino de língua inglesa americanos que desempenham um papel importante nas atividades de ensino e extensão. Esses assistentes de ensino contribuem para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino da língua inglesa na instituição. As atividades realizadas pelos ETAs estimulariam a comunidade acadêmica a estudar inglês e a se envolver na comunidade internacional de pesquisa. Com a presença dos assistentes americanos, os estudantes e docentes teriam, segundo a instituição, a oportunidade de praticar a língua inglesa de forma mais intensa e imersiva, o que contribuiria para o aperfeiçoamento das habilidades linguísticas e para uma maior integração com a comunidade internacional de pesquisa.

A filiação da UEMASUL à Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), em 2018, foi um marco importante para a universidade. Ao se tornar membro da FAUBAI, a UEMASUL passou a contar com a assessoria e o suporte dessa agência, o que trouxe diversas vantagens para a universidade. A filiação permitiu à UEMASUL estabelecer relações mais próximas com outras instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras que também são membros da FAUBAI. Essa aproximação interinstitucional proporcionou à UEMASUL a oportunidade de prospectar e desenvolver relações de cooperação acadêmica com essas entidades. Através da FAUBAI, a universidade pôde participar de eventos, conferências e encontros que promovem o intercâmbio de conhecimento e experiências entre instituições de ensino superior.

Além disso, a FAUBAI também oferece programas de capacitação e treinamento para profissionais da área internacional, o que permitiu que a UEMASUL fortalecesse as suas competências nesse campo. A assessoria da FAUBAI auxilia a universidade na busca por parcerias e na identificação de oportunidades de cooperação acadêmica, contribuindo para o desenvolvimento e a internacionalização da UEMASUL.

Podemos perceber que a maior parte das iniciativas de internacionalização das quais a UEMASUL faz parte tem as ações voltadas inteiramente para o uso da língua inglesa e são, em sua maioria, orientadas por estrangeiros, principalmente falantes nativos de inglês, os quais são responsáveis por treinamentos voltados ao ensino de inglês. Tem se tornado cada vez mais comum que as universidades busquem profissionais estrangeiros, pois esses contribuiriam mais efetivamente com os programas de ensino de idiomas ou disciplinas específicas. Essa presença pode trazer, supostamente, benefícios, como o aprimoramento da qualidade do ensino e a troca de conhecimentos entre docentes e discentes.

No entanto, faz-se fundamental que a UEMASUL também valorize e promova a participação ativa de seus próprios professores e pesquisadores, além de incentivar o desenvolvimento de competências linguísticas em outros idiomas como o espanhol, francês e outros relevantes para a região onde está inserida. Dessa forma, a internacionalização se torna mais inclusiva e abrangente, refletindo a diversidade cultural e linguística do Brasil e da região em que a universidade está localizada.

No Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, a UFSC, “a internacionalização é trabalhada de duas diferentes formas, sendo elas a internacionalização em casa e a internacionalização no exterior” (p.35). O documento da instituição sugere que a internacionalização em casa se refere às atividades desenvolvidas internamente na universidade para promover a interação e integração dos estudantes e professores com a comunidade internacional. Isso inclui a tradução dos *websites* das secretarias e pró-reitorias, bem como de documentos emitidos pela instituição. A tradução desses materiais facilita o acesso e a compreensão por parte dos estudantes estrangeiros, promovendo a inclusão e comunicação efetiva.

Além disso, a UFSC também realiza a criação de cursos de verão e inverno em língua inglesa, bem como cursos *online* de português como língua estrangeira. Esses cursos visam oferecer oportunidades de aprendizado de idiomas estrangeiros, tanto para os estudantes estrangeiros que estão na UFSC, quanto para os estudantes locais que desejam aprimorar as suas habilidades em outras línguas. Essa iniciativa tem como objetivo ampliar o acesso à educação internacional e fortalece a interculturalidade na universidade.

Já internacionalização no exterior, refere-se às atividades que permitem aos estudantes, professores e funcionários da UFSC vivenciarem experiências fora do país através de programas de intercâmbio, estágios internacionais, participação em conferências internacionais, entre outros. Essas oportunidades proporcionam uma imersão cultural, acadêmica e profissional em contextos internacionais, contribuindo, segundo a instituição, para a formação de uma mentalidade globalizada e preparando os estudantes para um mercado de trabalho cada vez mais globalizado.

A presença de professores visitantes nacionais e estrangeiros também recebe destaque no documento da UFSC. O compartilhamento de aulas com convidados especializados nos temas e os cursos ministrados em língua inglesa são ações que visam promover a internacionalização e conectar programas acadêmicos às melhores instituições de ensino no Brasil e no exterior. Essas práticas têm como objetivo enriquecer a experiência educacional dos alunos, proporcionando acesso a conhecimentos e perspectivas de alta qualidade, provenientes de diferentes contextos culturais e acadêmicos.

De acordo com o que é apresentado no documento das UFSC, os professores visitantes nacionais e estrangeiros poderiam trazer benefícios significativos para o ambiente acadêmico, já que eles, geralmente, possuem ampla experiência e conhecimento em suas áreas de especialização, trazendo novas abordagens e metodologias de ensino. Segundo a IES, eles podem contribuir com perspectivas únicas, compartilhar boas práticas e estimular discussões enriquecedoras entre estudantes e colegas professores.

No geral, de acordo com o documento, a presença de professores visitantes, o compartilhamento de aulas com convidados especializados e os cursos ministrados em língua inglesa são estratégias eficazes para promover a internacionalização e estabelecer conexões com instituições de ensino de excelência, tanto no Brasil quanto no exterior. Essas ações contribuiriam para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, ampliando perspectivas e preparando-os para um mundo cada vez mais globalizado.

Partindo dessas afirmações, podemos destacar a necessidade de evitar que a adoção do inglês como língua de instrução leve a uma perda de diversidade e inclusão. É importante que as instituições de ensino tomem medidas para promover a educação multilíngue, incluindo o fornecimento de recursos para o ensino de outras línguas, a contratação de professores multilíngues e a promoção de uma cultura inclusiva e valorização das diversas línguas e culturas presentes na comunidade (Martyniuk, 2012). Também é importante reconhecer que a educação multilíngue pode ter benefícios significativos para os indivíduos, como o desenvolvimento de

habilidades cognitivas, a melhoria da comunicação e a capacidade de se conectar com pessoas de diferentes origens culturais (Van Der Walt, 2004, 2013).

Muitas instituições de ensino superior têm adotado políticas linguísticas que visam promover o uso do inglês como meio de comunicação acadêmica. Essas políticas podem incluir o estabelecimento de programas de inglês como segunda língua, a exigência de proficiência em inglês para admissão em programas de pós-graduação, a tradução de materiais acadêmicos para o inglês e a promoção de cursos e treinamentos para melhorar as habilidades em inglês dos estudantes e professores (Hashimoto, 2006).

No entanto, é importante reconhecer que essa tendência pelo uso da língua inglesa pode ter implicações na diversidade linguística e no acesso à educação superior para falantes de outras línguas. A predominância do inglês como língua de instrução pode criar barreiras para aqueles que não têm proficiência nesse idioma, limitando oportunidades de acesso à educação superior (Rahman, 2017).

Em síntese, ao analisarmos os documentos oficiais de internacionalização das universidades públicas brasileiras, observamos que as estratégias ou ações de internacionalização estão, em sua maioria, voltadas para o uso da língua inglesa, havendo pouco espaço para outras línguas, incluindo o português, na criação de políticas linguísticas vinculadas a esse processo.

Apesar disso, é importante considerar que a internacionalização das universidades públicas brasileiras é um processo complexo e abrangente, que envolve diversos aspectos, como mobilidade estudantil, colaborações acadêmicas, intercâmbio de conhecimentos e pesquisa. Embora seja verdade que a língua inglesa é frequentemente priorizada nesse contexto, é importante destacar que essa tendência não exclui necessariamente o uso de outras línguas, incluindo o português (Oliveira, 2020).

Embora o inglês seja amplamente reconhecido como a língua franca global, como já mencionamos, e tenha se apresentado nos documentos como essencial para atrair alunos e professores estrangeiros, a dependência excessiva desse idioma pode criar barreiras linguísticas para aqueles que não têm fluência no inglês. Isso pode resultar na exclusão de estudantes e acadêmicos que não têm acesso aos recursos necessários para aprender ou aprimorar o idioma, gerando desigualdades e limitando a diversidade de perspectivas nos ambientes acadêmicos. Além disso, a valorização excessiva do inglês pode levar à desvalorização de outras línguas estrangeiras. Isso pode afetar negativamente a preservação e o desenvolvimento de idiomas locais e regionais, bem como a riqueza cultural representada por eles.

Outra problemática está relacionada à adaptação de estudantes e professores estrangeiros que não possuem fluência em inglês. A falta de suporte adequado para esses indivíduos pode dificultar sua integração e desempenho acadêmico, comprometendo assim a qualidade da educação superior oferecida pelas universidades brasileiras.

Ademais, a predominância do inglês pode reforçar uma visão centrada no mundo anglo-saxão e nos padrões acadêmicos ocidentais, negligenciando outras perspectivas e abordagens epistemológicas presentes em diferentes culturas e regiões do mundo. Tal fator pode limitar a compreensão e resolução de problemas globais complexos que requerem uma abordagem multicultural e interdisciplinar.

Portanto, enquanto os documentos das universidades públicas brasileiras enfatizam a importância do inglês no processo de internacionalização do ensino superior, é crucial reconhecer e abordar essas problemáticas de forma a promover uma internacionalização mais inclusiva, diversificada e equitativa. Isso pode ser alcançado, de acordo com o que se apresenta nos documentos, por meio da implementação de políticas linguísticas mais abrangentes, oferecendo suporte linguístico e cultural para a comunidade acadêmica e valorizando a diversidade de idiomas e culturas como um componente essencial da experiência acadêmica global.

Nesse sentido, as percepções das universidades públicas brasileiras sobre o uso do inglês no processo de internacionalização do ensino superior também apresentam desafios e problemáticas dentre os quais destacamos:

1. **Impacto da Língua de Instrução no Acesso e Equidade:** questões de acesso e equidade surgem quando disciplinas são ministradas em inglês devido à disparidade de proficiência entre os estudantes, afetando o seu desempenho e oportunidades. Isso também pode afetar a inclusão de estudantes estrangeiros que não dominam o português.
2. **Diversidade Linguística, Cultural e Exclusão de Conhecimentos Locais:** a promoção exclusiva do inglês pode reduzir a exposição à diversidade linguística e cultural, marginalizando conhecimentos regionais. Isso levanta a preocupação sobre como equilibrar a promoção do inglês com a valorização de outras línguas e culturas.
3. **Qualidade do Ensino e Aprendizado, Desafios no Processo de Aprendizagem e para Professores:** a eficácia do ensino em inglês depende da qualidade do ensino e da capacidade dos estudantes em compreender e expressar-se na língua estrangeira. No entanto, isso pode representar desafios para estudantes e professores, cuja língua materna não é o inglês.

4. **Impacto na Produção Científica e Padronização do Pensamento e da Pesquisa:** a predominância do inglês pode facilitar a comunicação global na pesquisa científica, mas também pode influenciar a padronização do pensamento acadêmico, restringindo a diversidade de perspectivas e abordagens.
5. **Dependência de Recursos Estrangeiros e Marginalização de Outras Línguas Estrangeiras:** ao adotar o inglês como língua principal, as universidades podem depender excessivamente de recursos estrangeiros, limitando a autonomia acadêmica no contexto nacional. Isso também pode marginalizar outras línguas estrangeiras importantes para a cooperação internacional.

Essas questões ressaltam a importância das universidades públicas brasileiras em adotar abordagens equilibradas para a incorporação do inglês no ensino superior, considerando os benefícios da internacionalização e respeitando as necessidades e a diversidade linguística e cultural da comunidade acadêmica. Enquanto a promoção do inglês no ambiente acadêmico brasileiro pode ser vista como uma estratégia para a internacionalização, é crucial avaliar os impactos dessa decisão nos aspectos de equidade, diversidade e qualidade do ensino. A busca por um equilíbrio que valorize a diversidade linguística e cultural ao mesmo tempo que promove a internacionalização é um desafio importante a ser considerado pelas instituições de ensino superior (Canagarajah, 2014; Jordão, 2016).

No próximo capítulo, discutiremos as estratégias e ações das universidades públicas brasileiras em relação ao uso do inglês como parte integrante de seus esforços de internacionalização. O domínio do inglês tornou-se fundamental para a comunicação global e para a inserção competitiva das instituições de ensino superior brasileiras no cenário internacional. Portanto, examinaremos como essas universidades estão adotando políticas linguísticas e implementando programas para promover o uso do inglês, tanto no ensino quanto na pesquisa, visando aumentar sua visibilidade e atratividade no contexto global.

7 ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA O USO DO INGLÊS

As instituições de ensino superior (IES) brasileiras têm desenvolvido uma série de estratégias e ações para promover o uso do inglês no contexto da internacionalização do ensino superior. Entre elas, destacam-se programas de ensino de inglês específicos para a comunidade acadêmica, cursos de capacitação para professores ministrados em inglês, incentivo à produção e publicação de pesquisas em língua inglesa, criação de disciplinas ministradas integralmente nesse idioma e parcerias com instituições estrangeiras para intercâmbio de estudantes e docentes (Leffa, 2009; Jordão, 2016; Vargas, 2019).

Além disso, as IES brasileiras têm investido em programas de imersão e intercâmbio cultural dentro do próprio país, promovendo a internacionalização em casa e proporcionando oportunidades para o uso do inglês no contexto acadêmico nacional. Essas iniciativas refletem um esforço contínuo para fortalecer a competência linguística em inglês e para promover uma maior integração da comunidade acadêmica brasileira no cenário internacional do ensino superior (Finardi, 2014; Barcelos, 2015).

As estratégias e ações para promover o uso do inglês no contexto acadêmico brasileiro vão além dos programas de ensino específicos e dos cursos de capacitação para professores. Muitas instituições têm adotado políticas de incentivo à fluência no idioma, oferecendo bolsas de estudo para cursos de idiomas, tanto dentro quanto fora do país, e subsidiando exames de proficiência como o TOEFL (*Test of English as a Foreign Language*) e o IELTS (*International English Language Testing System*) (Rajagopalan, 2005).

Outra medida importante é a integração do inglês em atividades extracurriculares como grupos de estudo, seminários e eventos científicos, em que a língua é utilizada como meio de comunicação oficial. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de praticar o idioma de maneira mais contextualizada e dinâmica, desenvolvendo não apenas a proficiência linguística, mas também habilidades de comunicação e interação intercultural (Macaro *et al.*, 2018).

A oferta de disciplinas ministradas integralmente em inglês tem se expandido, especialmente em áreas de conhecimento com maior inserção internacional, como ciências exatas, engenharias e ciências da saúde. Essas disciplinas não apenas proporcionam um ambiente de aprendizagem bilíngue, mas também preparam os estudantes para atuarem em um mercado de trabalho cada vez mais globalizado e competitivo (Dearden, 2014; Baumvol, 2016).

No âmbito da pesquisa, as IES têm buscado incentivar a produção e publicação de trabalhos em língua inglesa, oferecendo suporte editorial e recursos para tradução e revisão de artigos científicos. Essa internacionalização da produção acadêmica não só amplia o alcance e

o impacto das pesquisas desenvolvidas no Brasil, mas também fortalece a visibilidade e a reputação das instituições de ensino superior no cenário internacional. A partir da análise do *corpus*, direcionaremos e estruturaremos nossas discussões em torno dos seguintes temas: Formação linguística, Inglês como meio de instrução, Divulgação da ciência e Comunicação da universidade.

7.1 FORMAÇÃO LINGUÍSTICA

A internacionalização das instituições de ensino superior (IES) no Brasil tem se tornado uma prioridade crescente, refletida nas diversas iniciativas voltadas para a formação linguística. Uma dessas estratégias é a oferta de cursos de idiomas, que visa capacitar a comunidade acadêmica para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do cenário global (Finardi, 2014; Barcelos, 2015).

Universidades como a UFMG, UECE e a UNB têm implementado ações específicas para expandir e aprimorar o ensino de línguas estrangeiras, com destaque especial para o inglês, reconhecendo a sua importância como idioma predominante na comunicação científica e acadêmica internacional. Essas iniciativas parecem buscar ampliar não só o acesso ao conhecimento global, mas também fortalecer a posição das IES brasileiras no contexto acadêmico mundial (Barcelos, 2015).

A análise das ações e estratégias das IES públicas brasileiras para o uso do inglês no contexto da internacionalização, com base nos excertos retirados dos documentos institucionais das universidades, revela um esforço consistente e coordenado para aprimorar a competência linguística de estudantes, professores e técnicos-administrativos.

- **UFMG:** Expansão da oferta de cursos em língua estrangeira. (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2018, p. 181)
- **UECE:** Estímulo à aprendizagem de outros idiomas, especialmente **inglês** (Resolução Nº 4260/2018, p.11)
- **UNB:** Ensino de línguas estrangeiras, com destaque para o inglês. (Plano de internacionalização, 2018, p.22)

A UFMG reconhece a importância de ampliar a oferta de cursos em línguas estrangeiras, incluindo o inglês, como parte de sua estratégia de internacionalização. Essa expansão visa preparar a comunidade acadêmica para participar de intercâmbios, programas de dupla

diplomação e colaborações de pesquisa internacional. A ampliação da oferta de cursos pode incluir tanto disciplinas curriculares ministradas em inglês, quanto cursos de idiomas extracurriculares.

A expansão da oferta de cursos em inglês pode aumentar a competitividade dos alunos e facilitar a formação de parcerias internacionais. Contudo, essa iniciativa enfrenta desafios, como a necessidade de recrutar e treinar professores capacitados para ministrar disciplinas em inglês, além de garantir que os alunos tenham a proficiência necessária para acompanhar o conteúdo. A infraestrutura da universidade também deve ser adaptada para suportar essa mudança, o que pode incluir a atualização de materiais didáticos e o desenvolvimento de recursos tecnológicos adequados (Signorini, 2012).

No caso da UECE, o estímulo à aprendizagem de vários idiomas é enfatizado, com um foco especial no inglês. Esse enfoque mostra uma compreensão da língua inglesa como uma ferramenta crucial para a internacionalização, permitindo a participação em redes acadêmicas globais e o acesso a uma gama de recursos científicos e tecnológicos (Leffa, 2009; Barcelos, 2015). Esse estímulo à aprendizagem de idiomas costuma envolver a oferta de cursos, *workshops*, eventos culturais e parcerias com instituições estrangeiras.

O incentivo ao aprendizado de idiomas pode melhorar significativamente a preparação dos alunos para o mercado de trabalho global e para a academia internacional. No entanto, a implementação de programas de ensino de idiomas enfrenta desafios como a necessidade de professores qualificados, a criação de um currículo abrangente e a manutenção do interesse dos alunos. A sustentabilidade financeira desses programas também é uma preocupação, especialmente em um contexto de restrições orçamentárias. Além disso, é crucial que a universidade avalie e adapte continuamente as suas estratégias para atender às necessidades evolutivas dos estudantes e do mercado (Signorini, 2012; Stallivieri, 2016).

A UNB dá destaque ao ensino de línguas estrangeiras, com um foco particular no inglês, assim como as outras instituições mencionadas. Essa estratégia está pautada na incorporação de disciplinas em inglês nos currículos de diversos cursos, além de oferecer cursos específicos de inglês para fins acadêmicos e profissionais. A ênfase no ensino do inglês fundamenta-se na ideia de que há uma necessidade de preparar os alunos para a mobilidade acadêmica internacional e para competir em um mercado de trabalho globalizado.

Essa instituição pode beneficiar seus alunos ao prepará-los para oportunidades globais e melhorar a qualidade de suas colaborações internacionais. No entanto, a incorporação de disciplinas em inglês pode encontrar resistência tanto de alunos quanto de professores que não se sentem confortáveis com o idioma. Há também a necessidade de desenvolver materiais

didáticos específicos e de oferecer suporte contínuo aos professores para que possam ministrar suas disciplinas com eficácia. Além disso, a universidade precisa assegurar que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de desenvolver as suas habilidades em inglês, evitando a exclusão daqueles com menor proficiência inicial (Stallivieri, 2016; Stallivieri; Gonçalves, 2019).

Essas estratégias refletem uma motivação comum para aumentar a visibilidade e a competitividade internacional das IES brasileiras. A formação linguística é vista como um pilar fundamental para alcançar esses objetivos. A expansão da oferta de cursos e a criação de centros de línguas também apontam para uma preocupação com um possível acesso e com a inclusão, permitindo que um maior número de estudantes, e da comunidade acadêmica em geral, tenham a oportunidade de desenvolver as suas habilidades linguísticas.

Nesse contexto, a capacitação linguística em inglês facilitaria a formação de parcerias internacionais, colaborações em pesquisa e programas de intercâmbio, ampliando as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento profissional para a comunidade acadêmica. Contudo, apesar dessas iniciativas, as universidades enfrentam desafios como a necessidade de infraestrutura adequada, formação continuada de professores de idiomas e a manutenção do interesse e engajamento dos estudantes nos programas de formação linguística (Leffa, 2009).

Ainda no que tange à formação linguística, a capacitação de docentes para ministrar aulas em inglês é um componente que se apresenta essencial nos documentos institucionais, tendo a importância revelada a partir da implementação de programas específicos para aprimorar as habilidades linguísticas e pedagógicas de seus professores, tanto em modalidades presenciais, quanto a distância, de universidades como UFSC, UFPR, UFSM e UERJ. Os excertos abaixo ilustram o panorama apresentado.

- **UFSC:** Oferta de cursos presenciais e a distância para capacitação de docentes no ensino em **inglês** (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2020, p. 174).
- **UFPR:** Ampliação da oferta de cursos de capacitação em **língua inglesa** para docentes (Plano Institucional de Internacionalização, 2018, p. 12).
- **UFSM:** Capacitação de docentes e alunos para aulas em **inglês** (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2016, p. 245).
- **UERJ:** Capacitação de docentes para aulas em **inglês** (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2018, p. 9).

Essas iniciativas visam não apenas aumentar a competência dos docentes no uso do inglês como meio de instrução, mas também fomentar um ambiente acadêmico mais inclusivo e preparado para receber estudantes internacionais e participar de colaborações globais. A capacitação contínua e ampliada de docentes aparenta refletir um compromisso com uma suposta qualidade e relevância do ensino, a fim de preparar a comunidade acadêmica para possíveis desafios e oportunidades do cenário educacional globalizado (Finardi, 2014; Barcelos, 2015).

A UFSC tem investido na capacitação de seus docentes por meio de cursos presenciais e a distância. Essas ações são vistas como fundamentais para elevar o nível de competência dos professores no uso do inglês como meio de instrução. Essa instituição busca criar um ambiente acadêmico que não só recebe bem estudantes internacionais, mas que também se torna um ponto de referência em colaborações globais. No entanto, alguns desafios potenciais incluem a resistência inicial dos docentes em adotar um novo idioma de instrução, a necessidade de adaptar materiais didáticos e o custo de implementação desses programas. Além disso, a eficácia dos cursos a distância depende significativamente da autodisciplina dos participantes e da qualidade dos recursos oferecidos.

Na UFPR, parece haver um esforço significativo para ampliar a oferta de cursos de capacitação em língua inglesa para docentes. A ampliação desses cursos reflete um reconhecimento da importância do inglês como língua franca da academia e pauta-se na busca por assegurar que um número crescente de professores esteja preparado para ensinar em inglês, com o objetivo de aumentar a competitividade da instituição no cenário internacional (Jenkins, 2014; 2018). Contudo, a UFPR pode enfrentar problemas relacionados à homogeneidade na qualidade das capacitações oferecidas, a sobrecarga dos docentes, que já possuem uma carga horária elevada, e a potencial desmotivação dos professores que não veem uma aplicação imediata dessa habilidade em seus contextos de ensino.

Já a UFSM adota uma abordagem abrangente, capacitando tanto docentes, quanto alunos para aulas em inglês, buscando possivelmente elevar não só o nível de ensino e aprendizagem dentro da instituição, mas também prepara os estudantes para se destacarem em contextos internacionais, seja em programas de intercâmbio, seja em pesquisa colaborativa, seja no mercado de trabalho global. Esse modelo integrativo, no entanto, pode enfrentar desafios relacionados à coordenação entre as diversas partes envolvidas e à alocação de recursos (Altbach; Knight, 2007). Garantir que tanto professores quanto alunos recebam uma capacitação de qualidade exige um planejamento cuidadoso e uma infraestrutura robusta para apoiar essas iniciativas.

A UERJ foca na capacitação de docentes para aulas em inglês, evidenciando um suposto compromisso com a qualificação do corpo docente para atender às demandas de um ambiente acadêmico cada vez mais globalizado, como também é evidenciado no cenário internacional (Altbach, 2007). Para a instituição, a preparação de professores para lecionar em inglês facilitaria a criação de cursos e programas bilíngues, atraindo alunos internacionais e promovendo a integração global (Stallivieri; Gonçalves, 2019). Contudo, a capacitação de docentes para ministrar aulas em inglês pode enfrentar barreiras, como a necessidade de superar diferenças culturais e pedagógicas entre o ensino em português e em inglês. Além disso, a eficácia desses programas de capacitação depende do engajamento dos professores e da qualidade do treinamento oferecido.

Essas iniciativas das universidades brasileiras mostram um esforço das IES para melhorar a competência linguística e pedagógica dos docentes e discentes, partindo da ideia de que a capacidade de ministrar e participar de aulas em inglês é percebida e posta como crucial para a internacionalização.

A oferta de cursos presenciais e a distância, a ampliação das oportunidades de capacitação e a inclusão de alunos nesse processo são estratégias que demonstram um compromisso claro com a excelência acadêmica e a relevância global. A capacitação contínua de docentes e alunos visa buscar um maior preparo da comunidade acadêmica para os desafios e oportunidades do cenário educacional mundial, promovendo uma suposta educação de maior qualidade e aumentando a visibilidade e competitividade das IES brasileiras no cenário internacional (Trujillo, 2013).

A capacitação de técnicos administrativos é também uma peça fundamental no que diz respeito à formação linguística enquanto parte das estratégias de internacionalização das IES brasileiras. A UERJ tem buscado implementar programas de capacitação específicos para seus técnicos administrativos, com foco em cursos de línguas estrangeiras, principalmente inglês. Essa iniciativa surge a partir da ideia de que a competência linguística não é apenas essencial para docentes e alunos, mas também para o corpo técnico, que desempenha um papel crucial no suporte às atividades de internacionalização.

- **UERJ:** Capacitação de técnicos administrativos para internacionalização através de cursos em língua estrangeira, principalmente em **inglês** (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2018, p.9).

Ao oferecer cursos de inglês e outras línguas estrangeiras para técnicos administrativos, a UERJ busca direcionar o foco para a preparação desses profissionais com o objetivo de atender estudantes e acadêmicos internacionais, facilitando a comunicação e a integração no ambiente universitário. Essa capacitação teria o intuito de contribuir para um funcionamento mais eficiente e eficaz das atividades administrativas relacionadas à internacionalização, como a gestão de programas de intercâmbio, a colaboração com instituições estrangeiras e a recepção de visitantes internacionais. Além disso, a capacitação de técnicos administrativos em inglês e outras línguas estrangeiras reforçaria a imagem da universidade como uma instituição globalmente orientada, pronta para se engajar em parcerias internacionais e participar de redes acadêmicas globais. Isso aumentaria a atratividade da UERJ para estudantes e pesquisadores internacionais, promovendo, supostamente, uma cultura institucional mais inclusiva e diversificada.

No entanto, um dos possíveis problemas é a resistência à mudança por parte dos técnicos administrativos que não possuem proficiência em inglês. A adaptação a uma nova língua pode ser desafiadora e exigir um investimento significativo de tempo e recursos. Além disso, a dependência excessiva do inglês pode excluir membros da comunidade universitária que não dominam o idioma, criando barreiras linguísticas e possivelmente gerando sentimentos de exclusão e marginalização (Jordão, 2016; Martinez, 2021). Outro aspecto a considerar é a qualidade dos cursos de inglês oferecidos aos técnicos administrativos. Garantir que esses cursos sejam eficazes e relevantes para as necessidades específicas do ambiente universitário é fundamental para maximizar os benefícios da capacitação linguística.

A difusão do inglês nas IES brasileiras é uma estratégia-chave para a internacionalização, focada em preparar toda a comunidade acadêmica para interações globais. Universidades como a UNB, a UFBA e a UFRPE têm implementado medidas para garantir que estudantes, professores e servidores adquiram domínio da língua inglesa. Esse esforço visa não apenas melhorar a comunicação acadêmica e administrativa, mas também aumentar a competitividade e atratividade das IES brasileiras no cenário internacional.

- **UNB:** Reforço na difusão do **inglês** entre estudantes, professores e servidores (Plano de Internacionalização, 2018, p. 22).
- **UFBA:** Disseminação do domínio de línguas estrangeiras, especialmente **inglês** (Plano de Internacionalização, 2018, p. 12).
- **UFRPE:** Ensino de **inglês** contextualizado ao longo do curso (Plano de Implantação de uma política de internacionalização, 2018, p. 13);

- Estímulo à escolha de uma segunda língua estrangeira, principalmente o **inglês** (Plano de Implantação de uma política de internacionalização, 2018, p. 13).

A UNB reforça a difusão do inglês entre estudantes, professores e servidores. Essa estratégia abrangente busca assegurar que todos os membros da comunidade universitária desenvolvam competências linguísticas em inglês, a fim de facilitar a comunicação e colaboração internacionais. Ao incluir servidores nessa capacitação, a UNB busca promover a internacionalização em todos os níveis da instituição.

O desafio de alcançar níveis uniformes de proficiência em inglês na UNB pode resultar em disparidades na comunicação entre membros da comunidade universitária. Isso pode dificultar a colaboração eficaz em projetos de pesquisa internacionais, programas de intercâmbio estudantil e parcerias acadêmicas. Além disso, a inclusão de servidores nessa capacitação visa promover a internacionalização em todos os níveis da instituição, mas pode encontrar obstáculos relacionados à disponibilidade de recursos e à resistência à mudança.

Na UFBA, a disseminação do domínio de línguas estrangeiras, especialmente o inglês, é uma prioridade. Essa iniciativa reflete a importância do inglês como uma língua global e essencial para a pesquisa, ensino e administração acadêmica. A priorização do domínio do inglês na UFBA reflete a importância global do idioma, mas pode criar exclusão para grupos marginalizados que têm acesso desigual a recursos de aprendizado de inglês de qualidade. Isso pode perpetuar desigualdades socioeconômicas e acadêmicas dentro da instituição, afetando negativamente a diversidade e inclusão. Além disso, a concentração excessiva no inglês pode negligenciar outras línguas estrangeiras importantes em contextos acadêmicos específicos, enfraquecendo a capacidade da universidade de se engajar efetivamente com comunidades acadêmicas globais diversas (Crystal, 2003).

A UFRPE adota uma abordagem específica ao ensino de inglês, integrando-o de forma contextualizada ao longo dos cursos. Isso garante que o aprendizado da língua esteja diretamente relacionado ao conteúdo disciplinar, a fim de torná-lo possivelmente mais relevante e eficaz para os estudantes. Além disso, a UFRPE estimula a escolha de uma segunda língua estrangeira, com ênfase no inglês, ampliando as competências linguísticas dos alunos e preparando-os para a mobilidade acadêmica e profissional.

No entanto, a UFRPE, com a sua abordagem contextualizada ao ensino de inglês, precisa equilibrar o tempo e os recursos dedicados ao aprendizado da língua com o currículo regular, a fim de garantir que o ensino seja eficaz e relevante para os estudantes, mantendo a internacionalização da universidade. Garantir que outras línguas também sejam valorizadas e

integradas no processo de internacionalização faz-se necessário para promover a diversidade linguística e cultural.

Em suma, fica evidente o papel da formação linguística como uma estratégia utilizada pelas IES brasileiras nas políticas de internacionalização, convergindo ou divergindo com as ações realizadas no âmbito das IES internacionais (Gomes, 2010).

7.2 INGLÊS COMO MEIO DE INSTRUÇÃO (IMI)

A internacionalização das IES no Brasil tem levado à adoção do inglês como meio de instrução (IMI) em cursos de graduação e pós-graduação. Universidades como a UFSC, UFSM, UFPR, UERJ e a UECE têm implementado estratégias para ampliar a oferta de disciplinas ministradas em inglês, a fim de preparar os estudantes para o cenário global e atrair alunos e pesquisadores internacionais.

- **UFSC:** Estímulo à oferta de disciplinas em inglês na graduação e pós-graduação (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2020, p. 174).
- **UFSM:** Incentivo à criação de disciplinas ministradas em inglês (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2016, p. 218).
- **UFPR:** Ampliação da oferta de disciplinas em inglês (Plano Institucional de Internacionalização, 2018, p. 12).
- **UERJ:** Oferta de disciplinas em inglês, viabilizando estratégias de *English as a Medium of Instruction* (EMI) (Plano Institucional de Internacionalização, 2018, p. 9).
- **UECE:** Oferta de disciplinas em idioma estrangeiro, especialmente em pós-graduação (Resolução Nº 4260/2018, p. 17).

A UFSC tem estimulado a oferta de disciplinas em inglês tanto na graduação, quanto na pós-graduação, com o objetivo de preparar os alunos para a participação em programas de intercâmbio e colaborações internacionais. Esse estímulo teria o objetivo de facilitar a inserção dos estudantes em contextos acadêmicos globais e amplia o acesso ao conhecimento produzido em outros países.

A UFSM incentiva a criação de disciplinas ministradas em inglês, demonstrando interesse na adoção do IMI como uma estratégia de internacionalização. Ao fomentar a inclusão de tais disciplinas, a UFSM busca proporcionar uma formação mais ampla e diversificada para seus alunos. Contudo, a implementação do IMI pode enfrentar resistência devido à possível

falta de professores fluentes em inglês e à necessidade de desenvolver materiais de ensino adequados. Além disso, a UFSM pode enfrentar dificuldades em garantir a qualidade do ensino nessas disciplinas, uma vez que a proficiência linguística dos alunos pode variar consideravelmente

A UFPR tem expandido a oferta de disciplinas em inglês, reconhecendo o inglês como língua franca da academia, como já é ressaltado na literatura (Jenkins, 2014; 2018). Essa iniciativa busca atrair estudantes internacionais e proporcionar uma experiência educativa enriquecedora para os alunos locais, alinhada com as melhores práticas internacionais. No entanto, a implementação do IMI pode enfrentar desafios, como a necessidade de garantir a qualidade do ensino em inglês e a disponibilidade de professores fluentes. A falta de recursos e suporte adequados pode comprometer a eficácia do IMI, afetando tanto a experiência educacional dos alunos, quanto a reputação da universidade.

No Plano Estratégico de Internacionalização da UFPR, podemos observar diversas ações que vêm sendo pensadas e realizadas pela Agência Internacional da universidade como a promoção de intercâmbio e a cooperação acadêmica com instituições estrangeiras, visando à troca de conhecimentos e experiências entre os pesquisadores. Esses programas incluem a vinda de bolsistas internacionais, tanto alunos quanto professores, que são recebidos e apoiados durante a sua estadia na universidade.

A Agência Internacional UFPR acolhe e apoia a recepção de bolsistas internacionais (alunos e professores) por meio de um protocolo de informações escrito em vários idiomas. Com a criação da Coordenação de Políticas Linguísticas, foi possível iniciar diversas ações voltadas para a formação linguística da comunidade universitária, incluindo apoio à Escrita de pesquisas em inglês, para ajudar a aumentar as publicações internacionais, e treinamento de professores em **inglês como meio de Instrução (EMI)** para aumentar o número de disciplinas ministradas em inglês. Essas iniciativas são desenvolvidas em parceria com o Centro de Escrita da UFPR, o primeiro em universidades brasileiras. (Plano Estratégico de Internacionalização, 2018, p. 4).

O protocolo de informações, disponibilizado em vários idiomas, teria como objetivo facilitar a integração dos bolsistas internacionais, fornecendo orientações sobre a universidade, os serviços disponíveis, as normas acadêmicas e outras informações relevantes, o que contribuiria para que os bolsistas se adaptassem mais facilmente ao ambiente acadêmico e aproveitassem ao máximo a experiência na UFPR.

Porém, apesar da menção a esses “vários idiomas”, a Coordenação de Políticas Linguísticas da UFPR, em conjunto com o Centro de Escrita e outras instâncias da universidade,

têm as ações ou estratégias voltadas à escrita de pesquisas em inglês, com o objetivo de aumentar as publicações internacionais da instituição. Além disso, são oferecidos treinamentos e capacitações para os professores, visando ao ensino em inglês como IMI em disciplinas específicas.

Essas ações destacam a importância que a instituição dá ao inglês como meio de comunicação e produção acadêmica no processo de internacionalização da UFPR. No entanto, embora a presença do inglês seja predominante nas ações descritas, é importante ressaltar que a UFPR também menciona a ampliação da oferta de cursos de língua portuguesa para estrangeiros como parte de suas políticas de internacionalização, como uma forma de indicar a preocupação da instituição em promover a interculturalidade e facilitar a integração de alunos estrangeiros no ambiente acadêmico brasileiro. Ainda assim, é perceptível que outras línguas, incluindo o português, não recebem a mesma atenção quanto à criação de estratégias para seu (s) uso (s) na universidade (Martyniuk, 2012).

A UERJ também tem promovido a adoção do IMI ao oferecer disciplinas em inglês. Essa abordagem fortalece a capacidade da universidade de participar de programas de dupla diplomação e parcerias internacionais, além de facilitar a mobilidade acadêmica de estudantes e professores. No entanto, a transição para o IMI pode encontrar obstáculos, como a necessidade de desenvolver materiais de ensino adequados e garantir a competência linguística dos docentes. A falta de suporte institucional e recursos pode impactar negativamente a implementação bem-sucedida do IMI, comprometendo seus potenciais benefícios para a internacionalização e qualidade educacional da UERJ.

No Plano Institucional de Internacionalização da UERJ, destaca-se uma série de ações delineadas para promover a internacionalização da instituição, incluindo a capacitação de técnicos administrativos e docentes, bem como a preparação de discentes para participar de programas internacionais. Uma das estratégias proeminentes delineadas é a viabilização de estratégias de EMI (*English as a Medium of Instruction*), conforme expresso no excerto a seguir

Capacitar técnicos administrativos envolvidos diretamente com ações de internacionalização; capacitar docentes para a oferta de aulas em **língua inglesa**; viabilizar estratégias de EMI (*English as a Medium of Instruction*); capacitar discentes para participação em programas que visem à internacionalização; implementar o Programa UERJ Internacional do Instituto de Letras (Plano Institucional de Internacionalização, 2018, p 9).

O trecho encapsula a ênfase colocada na utilização do inglês como um veículo primário de instrução, refletindo uma abordagem estratégica para a internacionalização da universidade.

A decisão de adotar o IMI como parte do plano de internacionalização da UERJ reflete uma tendência global nas instituições de ensino superior, em que o inglês muitas vezes é visto como a língua franca do mundo acadêmico e dos negócios (Dearden, 2014; Jenkins, 2018; Mauranen, 2019). Ao capacitar técnicos administrativos, docentes e discentes para operarem eficazmente em inglês, a UERJ busca promover uma maior integração com a comunidade acadêmica internacional, facilitando colaborações, intercâmbios e atração de talentos estrangeiros.

No entanto, é essencial reconhecer as possíveis problemáticas e impactos dessa estratégia. Em termos de acesso e equidade, é importante garantir que todos os membros da comunidade acadêmica tenham oportunidades iguais de participar e se beneficiar das iniciativas de internacionalização, independentemente do nível de proficiência em inglês. Isso pode exigir investimentos significativos em programas de capacitação linguística e suporte para aqueles de que dela necessitam.

Além disso, a transição para o inglês como língua de instrução pode ter implicações na qualidade do ensino. A falta de preparação adequada nesse sentido pode resultar em dificuldades de comunicação e compreensão por parte dos alunos, afetando negativamente a sua experiência de aprendizado. Outra consideração importante é o impacto na cultura acadêmica e na identidade institucional. A predominância do inglês pode levar a uma homogeneização da experiência educacional e à perda de diversidade linguística e cultural (Martyniuk, 2012). Portanto, é crucial que a UERJ preserve e promova as suas características distintas enquanto busca internacionalização.

Apesar desses desafios, a adoção do inglês como meio de instrução pode aumentar a competitividade global da UERJ, atraindo estudantes e pesquisadores internacionais e facilitando a participação em redes acadêmicas e projetos de colaboração internacional. No entanto, é fundamental que essa estratégia seja implementada de forma cuidadosa e inclusiva, levando em consideração as necessidades e contextos específicos da comunidade acadêmica da UERJ.

A UECE destaca-se por oferecer disciplinas em idioma estrangeiro, especialmente na pós-graduação, adotando o IMI. Essa iniciativa é compreendida como crucial para a formação avançada de pesquisadores e profissionais, capacitando-os para se comunicarem e colaborarem em um ambiente globalizado. No entanto, a implementação do IMI pode enfrentar desafios significativos. A escassez de recursos e suporte adequados pode comprometer a eficácia do ensino em inglês, afetando negativamente a qualidade da educação oferecida. Além disso, a disparidade na proficiência linguística dos alunos pode levar a disparidades no aprendizado e

na participação, potencialmente prejudicando a experiência educacional como um todo (Trujilo, 2013; Macaro *et al.*, 2018; Taquini, 2020).

É interessante observar que o acesso à língua inglesa tem recebido atenção especial em relação às outras línguas, especialmente no contexto da internacionalização das instituições universitárias brasileiras. A UFRPE tem adotado medidas para aprimorar o ensino da língua inglesa no ambiente acadêmico e facilitar a compreensão de estudantes estrangeiros. Uma dessas medidas é o estímulo à oferta de disciplinas ministradas inteiramente em inglês, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, como podemos observar em trecho retirado do Plano de Implantação de uma política de internacionalização na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O acesso a língua inglesa desperta atenção no que tange ao seu lugar em relação as outras línguas, constituindo-se em uma das metas da internacionalização das instituições universitárias brasileiras. Neste sentido, com o objetivo de aprimorar **a língua inglesa** no ambiente acadêmico e viabilizar a compreensão de estudantes estrangeiros, a UFRPE, vem estimulando a oferta de disciplinas totalmente ministradas em inglês, na graduação e na pós-graduação. (Plano de Implantação de uma política de Internacionalização, 2018, pp. 13-14).

Essa abordagem teria como principal objetivo, de acordo com o documento mencionado, proporcionar aos estudantes brasileiros a oportunidade de aperfeiçoarem as suas habilidades na língua inglesa, uma competência cada vez mais valorizada no mundo globalizado. Além disso, a oferta de disciplinas em inglês também beneficia estudantes estrangeiros que desejam estudar na UFRPE, pois lhes proporciona um ambiente de aprendizado mais inclusivo e acessível.

Ao oferecer disciplinas em inglês, a UFRPE busca promover a internacionalização da instituição e preparar os seus alunos para o cenário acadêmico e profissional global. Essa iniciativa teria como foco a ampliação da diversidade cultural no *campus* e o estímulo à troca de conhecimento entre estudantes de diferentes países e promove uma formação mais abrangente e multicultural.

O estímulo à oferta de disciplinas ministradas em inglês realizado pela UFRPE é posto como uma forma de aprimorar a língua inglesa no ambiente acadêmico, promover a internacionalização da instituição e facilitar a compreensão de estudantes estrangeiros, buscando preparar os alunos para os desafios de um mundo globalizado e contribuir para uma formação mais abrangente e multicultural (Stallivieri; Gonçalves, 2019).

Contudo, é importante destacar que o estímulo ao ensino da língua inglesa não deve ser interpretado como uma tentativa de diminuir o valor das outras línguas, como o português, que é a língua oficial do Brasil. Pelo contrário, trata-se de uma estratégia para fortalecer a formação dos estudantes e prepará-los para uma sociedade cada vez mais globalizada e interconectada (Oliveira, 2020).

A forte presença do inglês na educação superior brasileira pode reforçar desigualdades estruturais e privilégios existentes. Por exemplo, estudantes que têm acesso a uma educação de qualidade em inglês desde cedo têm uma vantagem significativa em relação aos que não tiveram essa oportunidade. Isso pode criar um ciclo de privilégio linguístico, em que aqueles que já falam inglês têm mais chances de sucesso acadêmico e profissional, enquanto outros são deixados em desvantagem (Mauranen, 2010).

A criação de componentes curriculares em inglês tem se tornado uma estratégia central para as IES no Brasil, com o intuito de atrair alunos estrangeiros para a promoção da internacionalização. Universidades como a UFMG e a UNICAMP têm implementando cursos e programas em inglês, reconhecendo a importância de oferecer uma educação acessível a um público global. Essas iniciativas buscam não apenas aumentar a visibilidade internacional das IES brasileiras, mas também fomentar um ambiente acadêmico supostamente diversificado e multicultural, conforme ilustramos nos tópicos abaixo.

- **UFMG:** Oferta de escola de inverno em estudos brasileiros em inglês (Plano Estratégico de Internacionalização, 2018, p. 4);
- Atração de alunos estrangeiros com cursos em língua estrangeira, principalmente em inglês (Plano Estratégico de Internacionalização, 2018, p. 7).
- **UNICAMP:** Oferta de disciplinas em língua inglesa para atrair alunos estrangeiros. (Relatório de Gestão, 2021, p. 5).

A UFMG está à frente dessas iniciativas com a oferta de uma escola de inverno em estudos brasileiros ministrada em inglês. Esse programa específico visa atrair estudantes internacionais interessados em aprender sobre temáticas nacionais, proporcionando uma imersão cultural e acadêmica, que é facilitada pelo uso do inglês. Além disso, a UFMG tem uma estratégia mais ampla de atração de alunos estrangeiros através de cursos em língua estrangeira, principalmente em inglês.

No entanto, a efetivação desses programas requer recursos substanciais, como professores fluentes em inglês e materiais didáticos adaptados. Além disso, a ampliação da

oferta de cursos em inglês, embora amplie o alcance da universidade, pode gerar desafios em relação à qualidade do ensino e à adaptação dos alunos estrangeiros ao novo ambiente acadêmico (Trujilo, 2013).

A UNICAMP também implementa a oferta de disciplinas em língua inglesa como parte de sua estratégia para atrair alunos estrangeiros. Embora essa prática proporcione uma troca cultural enriquecedora, pode demandar esforços significativos na adaptação do conteúdo acadêmico e na garantia da participação equitativa dos alunos, independentemente de sua proficiência no idioma.

Essas iniciativas refletem uma visão estratégica de longo prazo, em que a internacionalização por meio do IMI é considerada fundamental para a projeção internacional das IES brasileiras. No entanto, para garantir o sucesso dessa transição, é essencial abordar as problemáticas associadas, como a qualidade do ensino, a disponibilidade de recursos adequados e o suporte ao desenvolvimento linguístico dos alunos (Dearden, 2014; Baumvol, 2016).

A internacionalização dos currículos é uma estratégia central para as IES brasileiras que buscam aumentar a sua presença no exterior e preparar os seus alunos para o mercado de trabalho internacional. Ao incorporar componentes em língua estrangeira, especialmente em inglês, universidades como a UEPB e a UFRPE estão promovendo uma formação mais abrangente e alinhada às exigências do mundo acadêmico e profissional globalizado. Essas iniciativas teriam como principal objetivo a busca pela excelência educacional e a capacitação dos estudantes para atuarem em contextos multiculturais e internacionais (Trujilo, 2013).

- **UEPB:** Fortalecimento de currículos com componentes em língua estrangeira, preferencialmente inglês e espanhol (Plano Institucional de Internacionalização, 2018, p.6).
- **UFRPE:** Internacionalização da grade curricular com disciplinas em inglês. (Plano de Implantação de uma política de internacionalização, 2018, p. 12).

O fortalecimento do currículo com componentes em língua estrangeira apresenta-se como uma ação-chave nos documentos de internacionalização das IES no Brasil. A UEPB tem buscado fortalecer os seus currículos, incorporando componentes em línguas estrangeiras, com uma preferência especial por inglês e espanhol. Essa iniciativa busca não só melhorar a proficiência linguística dos alunos, mas também um possível enriquecimento da formação acadêmica e profissional. Embora haja uma preferência por inglês e espanhol, a promoção de outras línguas estrangeiras poderia ampliar as oportunidades de aprendizagem e o intercâmbio

cultural. Se a prioridade for dada exclusivamente ao inglês e espanhol, pode haver uma falta de diversidade nas disciplinas oferecidas, limitando as opções para os alunos.

A UFRPE tem focado na internacionalização de sua grade curricular através da inclusão de disciplinas ministradas em inglês. Esse esforço busca tornar a UFRPE mais atraente para estudantes internacionais e preparar os seus alunos para interagir em ambientes acadêmicos e profissionais internacionais. Ao oferecer disciplinas em inglês, a UFRPE facilitaria o acesso dos estudantes a conhecimentos e perspectivas globais, além de fortalecer a colaboração acadêmica e a pesquisa com instituições estrangeiras.

A mudança para um modelo de ensino em inglês pode encontrar resistência por parte de professores e alunos, que podem não se sentir confortáveis com a língua estrangeira ou com a mudança no paradigma de ensino. Ministrar disciplinas em inglês pode exigir um investimento significativo em treinamento de pessoal, desenvolvimento de materiais didáticos e adaptação das práticas de ensino, o que pode representar um desafio logístico e financeiro para a instituição.

Essas iniciativas para fortalecer os currículos com componentes em inglês e outras línguas estrangeiras podem ser benéfica a ponto de ampliar as oportunidades educacionais para os estudantes, enquanto que a inclusão de disciplinas em inglês e espanhol permite que os alunos desenvolvam habilidades linguísticas avançadas e uma compreensão mais profunda de diferentes culturas e contextos globais (Stallivieri, 2016; Stallivieri; Gonçalves, 2019; Taquini, 2020). Por outro lado, a implementação efetiva de componentes em línguas estrangeiras pode enfrentar desafios logísticos e administrativos, como a necessidade de recursos adicionais, a capacitação de professores e a adaptação do material didático. A ênfase excessiva na internacionalização dos currículos pode levar à descaracterização da identidade institucional, com a diluição da cultura e dos valores locais em prol de uma padronização global.

7.3 DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA

A divulgação da ciência e a produção de trabalhos científicos em inglês também recebem destaque na internacionalização das universidades públicas brasileiras. Universidades como a UFSM e a UNICAMP têm implementado estratégias específicas para incentivar seus pesquisadores a redigir e apresentar as suas descobertas em inglês, partindo da ideologia do inglês como a língua da ciência. Essas estratégias visam não apenas aumentar a visibilidade e o impacto da pesquisa realizada nas instituições, mas também facilitar a colaboração e o

intercâmbio de conhecimentos com pesquisadores de todo o mundo (Jenkins, 2014; 2019; Mauranen, 2019).

- **UFSM:** Estímulo à redação e apresentação de trabalhos científicos em inglês (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2016, p. 233).
- **UNICAMP:** Incentivo à produção científica em inglês. (Projeto Institucional de Internacionalização das Pós-graduação, 2018, p.22).

A promoção da divulgação científica e o estímulo à redação e à apresentação de trabalhos em inglês apresentam-se como estratégias recorrentes nos documentos institucionais das IES brasileiras no contexto da internacionalização. A UFSM tem incentivado seus pesquisadores e estudantes a redigirem e apresentarem trabalhos científicos em inglês, com o objetivo não apenas de aumentar a visibilidade e o impacto da pesquisa realizada na universidade, mas também de facilitar a participação em conferências internacionais e a colaboração com pesquisadores de outras partes do mundo. Da mesma forma, a UNICAMP enfatiza o incentivo à produção científica em inglês. Essa estratégia reflete uma compreensão da importância do inglês como língua franca da ciência e da academia global, permitindo que os pesquisadores da UNICAMP alcancem uma audiência internacional mais ampla e participem de redes de pesquisa internacionais.

Contudo, a ênfase na produção científica em inglês apresentada nos documentos da UFSM e da UNICAMP pode excluir pesquisadores que não têm proficiência na língua, limitando a capacidade de contribuir para a pesquisa e na colaboração internacional, o que acarretaria um efeito contrário ao interesse das universidades mencionadas. O foco excessivo na produção de trabalhos em inglês pode ainda desvalorizar a produção científica em língua portuguesa e dificultar a disseminação do conhecimento científico dentro da comunidade acadêmica local, especialmente para aqueles que não têm acesso ou fluência em inglês.

As estratégias adotadas pela UFSM e UNICAMP para estimular a redação e a apresentação de trabalhos científicos em inglês podem levar os pesquisadores a priorizarem temas ou abordagens de pesquisa que sejam mais facilmente aceitos ou reconhecidos internacionalmente em detrimento de questões locais ou regionais que também sejam importantes. Isso pode resultar na perda de perspectivas únicas e relevantes para a comunidade local (Crystal, 2003).

A liberdade para redigir trabalhos de conclusão em inglês e outras línguas estrangeiras também emerge como uma prática cada vez mais comum nas instituições de ensino superior no

Brasil, refletindo o impulso pela internacionalização. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade de Brasília (UNB) estão adotando abordagens que incentivam e apoiam essa prática, reconhecendo os benefícios de uma produção acadêmica supostamente multilíngue (Martyniuk, 2012).

- **UFPB:** Liberdade para redigir trabalhos de conclusão em diversos idiomas, notadamente inglês e espanhol (Resolução N° 06/2018, p. 10).
- **UNB:** Adoção de segunda língua para elaboração de trabalhos de conclusão de curso para promover a internacionalização. (Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão N° 0077/2023, 2023, p. 2)

A UFPB oferece aos seus alunos a possibilidade de redigir trabalhos de conclusão em uma segunda língua, com destaque para inglês e espanhol. Ao permitir que os alunos escrevam em inglês ou espanhol, a universidade possibilita que as contribuições acadêmicas alcancem um público mais amplo, ultrapassando as barreiras linguísticas e culturais. Por outro lado, embora a ideia de permitir a redação em uma segunda língua seja positiva, pode haver desafios para garantir que os alunos tenham proficiência suficiente nessas línguas para expressarem adequadamente as suas ideias e resultados de pesquisa.

Assim como a UFPB, a UNB também adotou a prática de permitir e recomendar a elaboração de trabalhos de conclusão de curso em uma segunda língua, como parte de sua estratégia de internacionalização. Essa estratégia pode representar uma flexibilidade por parte das universidades, reconhecendo a diversidade linguística dos estudantes e incentivando o desenvolvimento de habilidades em línguas estrangeiras. Em contrapartida, nem todos os estudantes podem se sentir confortáveis em escrever em uma segunda língua, o que pode criar uma barreira para alguns alunos. Escrever em uma segunda língua pode afetar a qualidade da redação e a capacidade do aluno de comunicar as suas ideias de forma clara e precisa, o que pode impactar a avaliação do trabalho.

Considerando o contexto de divulgação científica, outra estratégia comum nos documentos institucionais é o apoio à publicação em revistas internacionais, particularmente em inglês, para promover a visibilidade e o impacto da pesquisa produzida dentro de suas comunidades acadêmicas. Universidades como a UEPB e a UECE enfatizam o apoio à publicação de trabalhos científicos para a comunidade global, buscando facilitar e incentivar a publicação de artigos em língua inglesa. Essas iniciativas visam não apenas ampliar o alcance

e a influência da produção científica brasileira, mas também fortalecer a presença das IES brasileiras no cenário acadêmico internacional.

- **UEPB:** Apoio à publicação em inglês em revistas internacionais (Plano Institucional de Internacionalização, 2018, p. 5).
- **UECE:** Apoio à publicação de artigos científicos em inglês (Resolução Nº 4260/2018, p.16).

A UEPB e a UECE compartilham esse compromisso, reconhecendo a importância do inglês como língua franca da ciência (Jenkins, 2014; 2018, Mauranen, 2019). Essas universidades oferecem suporte específico para a publicação de artigos em inglês, visando facilitar o acesso dos pesquisadores aos circuitos internacionais de divulgação científica. Essa medida busca ampliar o alcance das pesquisas e contribuir para a reputação das instituições brasileiras no cenário global.

Positivamente, ao apoiar a publicação em inglês, as universidades promovem a internacionalização da pesquisa brasileira, permitindo que os pesquisadores alcancem uma audiência global e aumentem o reconhecimento das instituições no cenário acadêmico internacional. Além disso, publicar em inglês possibilita aos pesquisadores brasileiros participarem de redes internacionais de pesquisa, facilitando a colaboração e a troca de conhecimentos.

No entanto, esse apoio também apresenta desafios. Nem todos os pesquisadores têm fluência em inglês, o que pode dificultar a participação no processo de publicação internacional e resultar em disparidades no reconhecimento acadêmico. Além disso, escrever em inglês pode ser um desafio para pesquisadores não nativos, afetando a qualidade da redação e a comunicação de suas descobertas. Apesar dos obstáculos, o incentivo à publicação em inglês reflete um esforço das instituições brasileiras para se integrarem ao cenário acadêmico internacional e contribuírem significativamente para o avanço do conhecimento científico global (Crystal, 2003).

7.4 COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A comunicação eficaz desempenha um papel fundamental na internacionalização das IES, permitindo uma interação fluida e transparente com estudantes, acadêmicos e parceiros estrangeiros (Dauber; Spencer-Oatey, 2023). Uma parte essencial dessa comunicação é a

tradução de documentos acadêmicos e institucionais para o inglês e outros idiomas, facilitando o acesso e a compreensão por uma audiência internacional.

Universidades como a UFSC e UFPB têm adotado medidas específicas para garantir que a sua comunicação seja acessível e compreensível para a comunidade acadêmica internacional, incluindo a tradução de ementas de disciplinas, nomes de disciplinas e documentos institucionais. Essas iniciativas visam promover uma cultura de transparência e colaboração global, fortalecendo assim a posição das IES brasileiras no cenário internacional.

- **UFSC:** Tradução para o inglês das ementas e nomes de disciplinas nas grades curriculares (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2020, p. 174);
- Tradução de documentos institucionais para o inglês (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2020, p. 174).
- **UFPB:** Tradução de documentos institucionais para inglês (Resolução Nº 06/2018, 2018 p. 7).

A UFSC traduz as ementas e nomes de disciplinas em suas grades curriculares, bem como documentos institucionais para o inglês, a fim de facilitar o processo de integração de estudantes estrangeiros e colaboradores internacionais, fornecendo-lhes informações detalhadas sobre os programas acadêmicos e políticas institucionais. Da mesma forma, a UFPB foca na tradução de documentos institucionais para o inglês, possibilitando uma maior visibilidade e compreensão de suas atividades e iniciativas no cenário global.

Por outro lado, a qualidade da tradução pode variar, e, em alguns casos, documentos traduzidos podem não transmitir com precisão as informações originais, o que pode prejudicar a compreensão por parte dos destinatários estrangeiros. A tradução de documentos pode exigir recursos financeiros e humanos consideráveis, representando um desafio para algumas instituições, especialmente aquelas que têm recursos limitados.

A estratégia de divulgação internacional de editais em língua estrangeira, especialmente inglês e espanhol, adotada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), reflete um compromisso com a internacionalização e a promoção da acessibilidade global. Ao comunicar as suas oportunidades em idiomas amplamente utilizados em âmbito internacional, a UFPB facilita o acesso de estudantes, pesquisadores e colaboradores de diversas nacionalidades e origens culturais.

- **UFPB:** Divulgação internacional de editais em língua estrangeira, especialmente inglês e espanhol (Resolução N° 06/2018, 2018, p. 7).

A divulgação em inglês e espanhol pode promover uma maior participação e colaboração em programas de intercâmbio, projetos de pesquisa e outras atividades acadêmicas e científicas. A dependência exclusiva do inglês e do espanhol pode limitar o alcance da universidade em outras regiões do mundo onde esses idiomas não são tão prevalentes. Embora a estratégia busque promover a inclusão, pode haver desafios relacionados à equidade linguística, pois aqueles que não têm proficiência nas línguas selecionadas podem encontrar dificuldades para acessar as oportunidades oferecidas (Pennycook, 2010).

A disponibilização de informações *online* em língua estrangeira, especialmente em inglês, é uma estratégia adotada por muitas IES brasileiras para promover a internacionalização e facilitar o acesso a recursos acadêmicos para uma audiência global. Instituições como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) reconhecem como importante a oferta de versões em inglês de seus sites, especialmente dos programas de pós-graduação como um meio de atrair estudantes e pesquisadores estrangeiros, facilitando sua navegação e compreensão dos programas oferecidos, conforme destacamos no excerto.

- **UFSC:** Disponibilização de versões em inglês dos sites de programas de pós-graduação (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2020, p. 174).

Traduzir e manter informações atualizadas em inglês requer investimentos significativos de tempo e dinheiro. Esses recursos poderiam ser direcionados a outras áreas necessitadas dentro da universidade. A crescente presença de estudantes e pesquisadores internacionais pode criar uma pressão adicional sobre a comunidade acadêmica local, exigindo uma adaptação cultural e linguística constante. Isso pode resultar em um aumento do estresse e da carga de trabalho para os professores e administradores, que precisam se adaptar para atender às necessidades de um corpo discente mais diversificado. Focar exclusivamente no inglês pode excluir falantes de outras línguas que também poderiam se beneficiar das informações disponíveis, limitando assim a verdadeira internacionalização e inclusão. A dependência do inglês pode limitar a diversidade de perspectivas e a riqueza cultural que uma abordagem multilíngue poderia trazer para a universidade.

A criação de guias informativos multilíngues é outra iniciativa das IES brasileiras na busca pela internacionalização e pela promoção da sua imagem e programas no cenário global.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reconhece essa necessidade a partir da criação de um guia em espanhol e inglês sobre a instituição. Esses guias têm o potencial de servir como ferramentas valiosas para atrair estudantes internacionais, fornecendo informações detalhadas sobre a UFMG, seus programas acadêmicos, oportunidades de pesquisa e vida estudantil em idiomas percebidos como acessíveis a uma gama de potenciais candidatos.

- **UFMG:** Criação de guia em espanhol e inglês sobre a UFMG (Plano Estratégico de Internacionalização, 2018, p. 5).

A disponibilidade de guias informativos em espanhol e inglês poderia possibilitar o alcance da UFMG não apenas estudantes fluentes nessas línguas, mas também àqueles que estão interessados em explorar oportunidades acadêmicas em um contexto internacional e que podem não ter proficiência em português. No entanto, ao focar apenas em espanhol e inglês, a UFMG pode inadvertidamente reforçar as desigualdades linguísticas, favorecendo estudantes que já têm proficiência nessas línguas em detrimento daqueles que não as possuem. Isso pode perpetuar o domínio linguístico de certos grupos e dificultar o acesso igualitário à informação para todos os interessados (Martyniuk, 2012).

Embora a intenção seja tornar as informações mais acessíveis, a criação de guias multilíngues pode exigir recursos significativos, tanto financeiros quanto humanos, para garantir traduções precisas e atualizadas. Isso pode representar um desafio para uma instituição de ensino superior, especialmente considerando outras demandas e prioridades. Ainda que a iniciativa seja um passo na direção para a internacionalização, a simples tradução de materiais pode não ser suficiente para atrair e apoiar efetivamente estudantes estrangeiros.

7.5 IMPLICAÇÕES DO USO DO INGLÊS NAS IES BRASILEIRAS

A partir da análise dos documentos oficiais de internacionalização das universidades públicas brasileiras, fica evidente que o inglês se tornou uma língua franca amplamente utilizada no ensino superior em todo o mundo. No âmbito acadêmico, o inglês serve como um meio de comunicação e instrução, permitindo que estudantes e acadêmicos de diversas origens linguísticas interajam e colaborem (Jenkins, 2014; 2018, Jenkins; Mauranen, 2019).

No entanto, o uso do inglês no ensino superior pode apresentar vantagens e desvantagens. Por um lado, promove a colaboração internacional, o intercâmbio cultural e a

disseminação do conhecimento. Por outro lado, pode representar desafios para falantes não nativos de inglês, potencialmente criando desigualdades e barreiras ao acesso.

Esforços, ainda que mínimos, vêm sendo feitos para atender a essas preocupações como incentivar o uso do multilinguismo na academia. Além disso, algumas universidades e organizações acadêmicas estão promovendo o reconhecimento e inclusão de diversos idiomas, culturas e perspectivas dentro da comunidade acadêmica. Nota-se que alguns dos excertos dos documentos oficiais das IES, apresentam o inglês como língua franca e o multilinguismo na educação superior como tópicos importantes.

Novamente, há vantagens e desafios associados ao uso do inglês como língua franca na educação superior. Há barreiras linguísticas e culturais para estudantes e acadêmicos cuja língua materna não seja o inglês, o que pode afetar o seu desempenho acadêmico e a sua capacidade de se envolver plenamente nas atividades da instituição. Além disso, a dependência excessiva do inglês pode levar à marginalização de outras línguas e culturas, bem como a uma perda de diversidade linguística e cultural nas instituições de ensino superior.

Encontrar um equilíbrio entre o uso do inglês e do português como meio de instrução e o multilinguismo é crucial. Os sistemas educacionais podem se esforçar para promover a educação multilíngue, na qual os alunos têm a oportunidade de desenvolver proficiência em sua língua materna, enquanto adquirem habilidades no idioma inglês. Essa abordagem reconhece a importância dos idiomas locais e do inglês como idioma global, promovendo a equidade educacional e a diversidade linguística. (Van Der Walt, 2013; Martyniuk, 2012).

O multilinguismo na educação superior auxilia no reconhecimento e na valorização da diversidade linguística presente em um ambiente acadêmico. Isso pode incluir o ensino e a aprendizagem de disciplinas em diferentes idiomas, além de fornecer suporte linguístico para estudantes e acadêmicos cuja língua materna não seja o idioma dominante da instituição. O multilinguismo na educação superior busca promover a inclusão linguística, permitindo que diferentes línguas e culturas sejam representadas e utilizadas no contexto acadêmico. (Van Der Walt, 2004, 2013)

No entanto, implementar o multilinguismo na educação superior também pode ser desafiador. Requer recursos linguísticos, como materiais de ensino, professores proficientes em vários idiomas e suporte adequado para estudantes cuja língua materna não é o idioma dominante. Além disso, é necessário equilibrar a promoção do multilinguismo com a necessidade de fornecer oportunidades de comunicação.

Em última análise, a escolha de políticas linguísticas na educação deve considerar o contexto, as necessidades e os objetivos específicos de cada país ou instituição educacional.

Requer planejamento cuidadoso, treinamento de professores e avaliação contínua para garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de sucesso, preservando, mais uma vez, a diversidade linguística.

Por fim, passamos para a última seção deste trabalho, em que sintetizamos os principais achados sobre as percepções do uso do inglês nas universidades públicas brasileiras, bem como as ações e estratégias para a utilização do idioma a partir dos documentos institucionais. Finalizamos com as contribuições que este estudo pode oferecer em relação ao uso da língua inglesa no processo de internacionalização do ensino superior.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral *investigar o papel da língua inglesa no processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras a partir da perspectiva das IES*. Para isso, foram analisados 43 documentos oficiais das IES relacionados à internacionalização, tais como resoluções, relatórios, planos estratégicos e os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs).

A fundamentação teórica se baseou nas noções e discussões sobre internacionalização apresentadas por Knight (2004, 2005, 2014), inglês como língua franca por Jenkins (2014, 2018) e IMI por Baumvol (2016), Dearden (2014) e Gimenez *et al.* (2021).

Foi adotada a noção ampliada de Política e Planejamento Linguístico proposta por Spolsky (2004, 2009, 2021), considerando as três dimensões do modelo apresentado pelo autor: prática, gestão e ideologias. Esse modelo oferece uma abordagem abrangente para compreender como as políticas linguísticas voltadas à internacionalização são implementadas e moldadas no contexto da educação superior.

Quanto aos dados analisados, foram examinados 43 documentos relacionados às Políticas de internacionalização das universidades públicas brasileiras (estaduais e federais) das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país. A análise foi conduzida seguindo os modelos de análise de análise temática de Braun e Clarke (2006). Nossa análise foi dividida em dois capítulos, considerando as perguntas de pesquisa estabelecidas:

- Quais as percepções das IES brasileiras sobre o papel da língua inglesa no processo de internacionalização?
- Quais as ações e estratégias voltadas ao uso do inglês encontradas nos documentos das IES brasileiras?

Na primeira análise, cumprimos o objetivo específico que consistia em *descrever as percepções das IES brasileiras sobre o uso do inglês presentes nos documentos de internacionalização* e estruturamos as nossas discussões em torno dos temas: Domínio do inglês, Atração de estrangeiros, Intercâmbio e Mobilidade Acadêmica e Internacionalização em casa. Dos documentos oficiais das IES públicas brasileiras sobre internacionalização, o domínio do inglês é o mais destacado, evidenciando a sua importância para o processo. Isso reflete o inglês como ferramenta essencial para o alcance global das instituições.

A proficiência em inglês é vista como um requisito fundamental pelas IES públicas brasileiras para a internacionalização, permitindo a comunicação e a colaboração com parceiros

internacionais e o acesso a recursos acadêmicos globais. A atração de estrangeiros é outro tema relevante nos documentos, indicando um interesse significativo das IES em aumentar o número de estudantes, pesquisadores e professores internacionais em suas instituições. Esse objetivo é frequentemente associado ao domínio do inglês, já que a oferta de cursos e programas em inglês facilitaria a chegada e a integração de estrangeiros, promovendo um suposto ambiente acadêmico mais diversificado e internacionalizado.

O intercâmbio e a mobilidade acadêmica também são temas destacados, apontando para a importância de enviar e receber estudantes e pesquisadores para fortalecer as redes internacionais e enriquecer as experiências educacionais. A mobilidade acadêmica é vista como uma forma de fortalecer a cooperação internacional e a troca de conhecimentos, mas novamente, a proficiência em inglês surge como uma condição necessária para o sucesso dessas iniciativas.

Por fim, a internacionalização em casa envolve a incorporação de uma perspectiva internacional no currículo e na vida acadêmica, sem a necessidade de deslocamento físico. Esse tema aborda a integração de conteúdos e metodologias internacionais nas aulas e a promoção de um ambiente multicultural dentro da própria instituição. A utilização do inglês, nesse contexto, é percebida como crucial para acessar materiais de estudo internacionais e para a comunicação com a comunidade acadêmica global.

Na segunda análise, cumprimos o objetivo específico que consistia em *analisar as ações e estratégias político-linguísticas para o uso do inglês nas universidades brasileiras* e estruturamos as nossas discussões em torno dos seguintes temas: Formação linguística, Inglês como meio de instrução, Divulgação da ciência e Comunicação da universidade. Nos documentos institucionais das IES, formação linguística e inglês como meio de instrução receberam maior destaque.

A formação linguística nas universidades brasileiras foca em preparar os estudantes e o corpo docente para a proficiência em inglês. Esse processo inclui cursos de idiomas, programas de intercâmbio e treinamento especializado para garantir que todos os membros da comunidade acadêmica possam participar efetivamente em atividades internacionais, sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão. Já o inglês como meio de instrução, refere-se à adoção do inglês como língua de ensino em diversas disciplinas e programas acadêmicos. Essa estratégia visa aumentar a competitividade internacional das universidades brasileiras, atraindo estudantes e professores estrangeiros e facilitando parcerias e colaborações internacionais. Além disso, busca-se proporcionar aos alunos brasileiros uma educação alinhada com padrões globais.

A divulgação da ciência em inglês é uma prática cada vez mais incentivada nas universidades brasileiras. Publicar pesquisas em revistas internacionais e apresentar trabalhos em conferências globais são formas de aumentar a visibilidade e o impacto da produção científica brasileira. Essa prática também contribui para a integração da ciência brasileira no cenário global, promovendo a troca de conhecimentos e inovação. A comunicação da universidade em inglês, por sua vez, envolve a promoção de informações institucionais, eventos e oportunidades acadêmicas para um público internacional. *Websites* bilíngues, materiais promocionais e serviços de atendimento em inglês são exemplos de ações que visam tornar as universidades brasileiras mais acessíveis e atrativas para estudantes e pesquisadores de outras partes do mundo.

Considerando as discussões apresentadas nas análises, torna-se evidente que, apesar dos esforços e do interesse declarado em fomentar contextos multilíngues nas universidades públicas de diferentes regiões do Brasil, a língua inglesa predomina como idioma escolhido no processo de internacionalização do ensino superior. Os resultados deste estudo ressaltam a posição privilegiada ocupada pelo inglês, o que reforça ideologias linguísticas que, por sua vez, superestimam esse idioma em detrimento de um genuíno discurso de promoção da diversidade linguística (Martyniuk, 2012).

A prevalência da ideologia linguística que coloca o inglês como a língua da ciência e, conseqüentemente, da internacionalização acadêmica, embora pareça natural dada a posição global do inglês, suscita questões relevantes sobre diversidade linguística e inclusão no ambiente acadêmico (Spolsky, 2004). A implementação do Inglês como Meio de Instrução (IMI) nas instituições de ensino superior brasileiras, embora represente um avanço rumo à internacionalização, também apresenta o risco de excluir grupos de professores e alunos que possam não possuir proficiência no inglês no nível desejado.

A crescente importância do uso do inglês e do IMI no processo de internacionalização do ensino superior tem sido evidente, tanto em âmbito nacional quanto internacional, refletindo um movimento global em direção à colaboração acadêmica e ao intercâmbio cultural (Dearden, 2014; Baumvol, 2016). No entanto, diante desse crescente interesse, deparamo-nos também com desafios significativos e lacunas notáveis na compreensão e na implementação prática desse fenômeno nas IES brasileiras.

Diante desse contexto, compreende-se a importância sobre a reflexão das implicações desse domínio linguístico. A hegemonia do inglês pode conduzir à marginalização de outras línguas e culturas, reforçando desigualdades no acesso ao conhecimento e perpetuando estereótipos linguísticos (Spolsky, 2004). Além disso, essa tendência pode limitar as

possibilidades de intercâmbio cultural e acadêmico, prejudicando a construção de uma comunidade global verdadeiramente inclusiva e diversificada.

Nesse contexto, evidenciamos a reconsideração não apenas da implementação prática do uso do inglês e do IMI, mas também a conscientização sobre as ideologias linguísticas subjacentes ao uso do idioma no processo de internacionalização. O estabelecimento de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo, em que as diversas línguas e culturas sejam valorizadas e integradas organicamente no processo de internacionalização, não só enriquecerá a experiência educacional dos alunos, mas também fortalecerá o intercâmbio intercultural, promovendo um diálogo global mais equitativo e respeitoso.

Nossas descobertas destacam a necessidade de políticas mais abrangentes e sensíveis à diversidade linguística nas IES brasileiras. Nesse sentido, reconhecemos a importância de um esforço conjunto dos formuladores de políticas, administradores universitários, professores e pesquisadores para desenvolver estratégias que não apenas incentivem a proficiência em inglês, mas também celebrem e apoiem outras línguas, reconhecendo a riqueza que a diversidade linguística traz ao ambiente acadêmico (Martyniuk, 2012).

À medida que avançamos para o futuro, é nossa esperança que este estudo sirva como um ponto de partida para discussões mais aprofundadas e ações concretas. A internacionalização do ensino superior deve ser um processo inclusivo que dê voz a todas as línguas e culturas, capacitando estudantes e educadores a contribuírem de forma significativa para o cenário acadêmico global. Assim, poderemos criar um ambiente em que a diversidade linguística seja não apenas aceita, mas também celebrada, enriquecendo a experiência educacional e promovendo uma compreensão mais profunda e colaborativa entre culturas em todo o mundo (Knight, 2004, 2008, 2014; Martinez, 2021).

Podemos concluir que a internacionalização do ensino superior no Brasil está intimamente relacionada ao uso do inglês, contudo a valorização do multilinguismo, a capacitação de professores e o fortalecimento de parcerias internacionais são algumas das estratégias que podem contribuir para uma internacionalização mais inclusiva e sustentável no contexto brasileiro.

Diante disso, persiste uma necessidade de investigar mais profundamente as ideologias linguísticas subjacentes à predominância do inglês e suas implicações na internacionalização do ensino superior no Brasil, bem como os seus impactos na diversidade cultural e educacional. Futuras pesquisas podem se concentrar em examinar as percepções e atitudes dos diversos agentes envolvidos no processo de internacionalização, incluindo estudantes, professores,

administradores universitários e formuladores de políticas, para compreender melhor como as ideologias linguísticas influenciam nas suas decisões e práticas.

Além disso, faz-se necessário explorar estratégias que possam promover o multilinguismo de forma eficaz, garantindo que todas as línguas presentes em um ambiente acadêmico sejam valorizadas e integradas de maneira equitativa. Ao abordar essas lacunas e desafios, estudos futuros podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de políticas e práticas mais inclusivas e sensíveis à diversidade linguística no ensino superior brasileiro.

Em suma, esta pesquisa não apenas oferece entendimentos sobre as percepções e estratégias das IES brasileiras em relação ao uso do inglês, mas também destaca a importância de uma abordagem reflexiva e contextualizada para compreender as dinâmicas complexas da internacionalização do ensino superior.

Por fim, este estudo proporciona uma reflexão crítica sobre as políticas de internacionalização do ensino superior no Brasil, ressaltando a urgência de se repensar políticas linguísticas e educacionais (Guimarães, 2019). Somente por meio do reconhecimento e da promoção ativa da diversidade linguística, em conjunto com esforços colaborativos e inovadores, poderemos verdadeiramente construir um ambiente educacional internacionalmente integrado, que respeite e valorize todas as línguas e culturas presentes em nosso país.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The internationalization of higher education: motivations and realities. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, p. 290-305, 2007.

BARCELOS, A. M. F. Iniciativas para a Promoção do Ensino de Inglês no Brasil: Um Estudo de Caso. **Educação em Revista**, pp. 215-234, 2015.

BAUMVOL, L. K. O uso do inglês como meio de instrução no contexto do ensino superior brasileiro: percepções de docentes. *In: IX COLÓQUIO DE LINGUÍSTICA, LITERATURA E ESCRITA CRIATIVA, [DES]LIMIARES DA LINGUAGEM*, Porto Alegre, RS. **Anais**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). p. 362-370, 2016

BAUMVOL, L. K.; SARMENTO, S. A internacionalização em Casa e o uso de inglês como meio de instrução. *In: M. S. Beck; M. E. Moritz; M. L. M. Martins; V. Heberle (org.), Echoes: Further Reflections on Language and Literature*. Florianópolis: UFSC, p. 65-82, 2016.

BAUMVOL, L. K.; SARMENTO, S. **Can the use of English as a Medium of Instruction promote a more inclusive and equitable higher education in Brazil?**. *Simon Fraser University Educational Review*, v. 12, n. 2, p. 87-105, 2019.

BEELEN, J.; JONES, E. Redefining Internationalization at Home. *In: CURAJ, A. et al. (org.). The European Higher Education Area*. Cham: Springer, 2015, p. 59-72.

BEELEN, J.; LEASK, B. Internationalisation at Home on the Move. *In: GAEBEL, M.; PURSER, L.; WÄCHTER, B.; WILSON, L. (Eds.), Internationalisation of European Higher Education: EUA/ACA Handbook*. Berlin: Raabe, 2011.

BLEGGI, A. **O papel da universidade na capacitação dos discentes na proficiência em Língua Inglesa para a Internacionalização**. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Pelotas, 2019.

BOWLES, H.; MURPHY, A. **English-Medium Instruction and the Internationalization of Universities**. London: Palgrave Macmillan, 2020.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, 3(2), p. 77-101, 2006.

CAPES. **História e missão**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CAPES. **Programa Institucional de Internacionalização** – CAPES – PrInt, 2017. Disponível em: <https://www1.capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/capes-print>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CARAGANAJAH, S. *In*: Search of a New Paradigm for Teaching English as an International Language. **TESOL Journal**. v. 5, n. 4, 2014, p.767 – 785.

CNPQ. **Apresentação**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acao-informacao/institucional/institucional>. Acesso em: 06 nov. 2023.

CROWTHER, P. *et al.* **Internationalisation at home: a position paper**. European Association for International Education - EAIE, Amsterdam, 2000.

DE WIT, H. **Repensando o conceito da internacionalização**, 2013. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-o-conceito-da-internacionalizacao>. Acesso em: 08 nov. 2023.

DE WIT, H.; HUNTER, F. The future of internationalization of Higher Education. **International Higher Education**, Boston, n. 83, p. 23, 2015.

DEARDEN, J. **English as a medium of instruction** - a growing global phenomenon. Manchester: British Council, 2014.

DELAQUIL, T. **Inclusive and Innovative Internationalization of Higher Education: Proceedings of the WESCIHE Summer Institute**, jun. 19-21, Boston College, 2019.

DELGADO-MÁRQUEZ, B. L.; HURTADO-TORRES, N. E.; BONDAR, Y. La internacionalización en la Enseñanza Superior: investigación teórica y empírica sobre su influencia en las clasificaciones de las instituciones universitarias. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento**, Barcelona, v. 8, n. 2, p. 101-20, jul. 2011.

FAUBAI. **Sobre a Faubai**. Disponível em: <http://faubai.org.br/pt-br/sobre-a-faubai/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FAUBAI. **Faubai Participa De Lançamento Da Iniciativa Latino-Americana Para Internacionalização**, 2020. Disponível em: <http://faubai.org.br/ptbr/faubai-participa-de-lancamento-da-iniciativa-latino-americana-para-internacionalizacao-da-ese-da-lachec-2020/>. Acesso em: 06 fev. 2021. FAUBAI. **Projetos**. 2021. Disponível em: < <http://faubai.org.br/pt-br/projetos/> . Acesso em: 06 de nov. de 2023.

FAUBAI. **Política linguística para internacionalização do ensino superior**, 2017.

FINARDI, K. R. O Papel do Inglês na Internacionalização da Educação Superior no Brasil." **Revista Contexturas**, pp. 87-105, 2014.

GRADDOL, D. **English Next**. British Council, 2006.

GALLOWAY, N. English in higher education. *In: English medium Part 1*. London: British Council, 2020.

GIMENEZ, T. *et al.* Por uma agenda de pesquisa sobre inglês como meio de instrução no context de ensino superior brasileiro. *In: Trabalhos em Linguística Aplicada* [online]. 2021, v. 60, n. 02 [Acesso em: 20 Junho 2022], pp. 518-534. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103181310176511520210602>. Epub 09 Ago 2021.

GONÇALVES, S. Internacionalização em Casa: a experiência da ESEC. Exedra: **Revista Científica**. Local (1) p.139-166. 2009.

GUIMARÃES, F. F.; FINARDI, K. R.; CASOTTI, J. B. C. Internationalization and language policies in Brazil: what is the relationship? **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, n. 2, p. 295–327, 2019.

GUIMARÃES, F. F.; KREMER, M. M. Adopting English as a Medium of Instruction (EMI) in Brazil and Flanders (Belgium): A comparative study. **Ilha do Desterro**. v. 73, n. 1, p. 217-246, 2020.

JENKINS, J. **English as a Lingua Franca in the International University: The Politics of Academic English Language Policy**. Abingdon, Routledge, 2014.

JENKINS, J. **Global Englishes in a Changing World: Perspectives from Emerging Economies**. Abingdon, Routledge, 2017.

JENKINS, J. **The Routledge Handbook of English as a Lingua Franca**. London/New York, Routledge, 2018.

JORDÃO, C. Decolonizing identities: English for internationalization in a Brazilian university. **Interfaces Brasil/Canadá**. Canoas, v. 16, n. 1, p. 191–209, 2016.

DEARDORFF, D.; DE WIT, H.; HEYL, J. D.; ADAMS, T. **The SAGE handbook of international higher education**, p. 27-42, 2012.

KIRKPATRICK, A. **Internationalization or Englishization: Medium of instruction in today's universities**. Hong Kong: Centre for Governance and Citizenship, the Hong Kong Institute of Education, 2011.

KNIGHT, J. **Higher education in turmoil: The changing world of internationalization**, 2008.

KNIGHT, J. **Internationalization at home: A position paper.** International Association of Universities, 2019.

KNIGHT, J. **Internationalization of higher education: Practices and priorities.** OECD, 2003.

KNIGHT, J. Internationalization of higher education: Towards a conceptual framework. *In: DEARDORFF, D. K.; DE WIT, H.; HEYL, J. D.; ADAMS, T. (Eds.), The SAGE handbook of international higher education*, pp. 17-40, 2015.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

KNIGHT, J; DE WIT, H. **Internationalization of Higher Education in Asia Pacific countries.** Paris: Organization for Economic Cooperation & Development, Case Studies and Stocktake; Canberra: DEETYA, 1997.

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. Internacionalización de la Educación Superior em Brasil. *In: DE WIT, H.; JARAMILLO, I. C.; GACEL-ÁVILA, J.; KNIGHT, J. Educación Superior en América Latina: la dimension internacional*, Bogotá, 2005, p.-113-151.

LEASK, B. Internationalization of the Curriculum and the Disciplines: Current Perspectives and Directions for the Future. **Journal of Studies in International Education**, v.17, n.2, p. 99-102, 2015.

LEASK, B. Using Formal And Informal Curricula To Improve Interactions Between Home And International Studentes. **Journal of Studies in International Education**, v.13, n.2, p.205-221, 2009.

LEFFA, V. J. **A Internacionalização das Universidades Brasileiras: O Papel da Língua Inglesa.** Calidoscópico, pp. 214-226, 20099.

LIN, A. M. Y. Researcher positionality. *In: HULT, Francis M.; JOHNSON, David Cassels. (Eds.). Research methods in language policy And planning: a practical guide.* 1. ed. Sussex, UK: John Wiley & Sons, 2015. P. 21-32.

MACARO, E. **English medium instruction - content and language in policy in practice.** Oxford University Press, 2018.

MACARO, E. **English Medium Instruction: Time to start asking some difficult questions.** *Modern English Teacher*, v. 24, n. 2. p. 4-8, 2015.

MARGINSON, S. Higher education and public good. **Higher Education Quarterly**, v.65, n.4, p. 411-433, 2011.

MARTINEZ, R. English as a Medium of Instruction (EMI) in Brazilian higher education: challenges and opportunities. *In: Finardi, K. R. (Ed.) English in Brazil: views, policies and programs.* Londrina: Eduel, 193-228, 2018.

MARTYNIUK, W. Multilingualism and Higher Education. In: **The Encyclopedia of Applied Linguistics**, 2012.

MAURANEN, A. Hybrid voices: English as the lingua franca of academics. in K. Flottum (ed.) **Language and Discipline Perspectives on Academic Discourse**, 243-259. Newcastle: Cambridge Scholars, 2007.

MUARANEN, A. Academically speaking: English as the lingua franca. In: HYLAND, K.; WONG, L. L. C. **Specialised English**. Routledge, 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **A Divisão de Temas Educacionais – DCE**. MRE, 2020. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/divisao.php>. Acesso em: 06 nov. 2023.

MURATA, K. **English-Medium Instruction from an English as a Lingua Franca perspective**: Exploring the higher education context. Abingdon: Routledge, 2018.

NOGUEIRA, J. M. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil**: Políticas em Dimensão Nacional. Tese (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p.119, 2018.

OLIVEIRA, E. M. Políticas de internacionalização das universidades brasileiras: língua portuguesa e língua inglesa como meios de comunicação acadêmica. In: **6º Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Estudos Interculturais (ALEI)**, pp. 228-240, 2020.

SARMENTO, S.; BAUMVOL, L. Practices of EMI in Brazil: a mixed-method analysis. **FAUBAI Conference - Global Community Engagement**. Belém: Brasil, 2019.

SEIDLHOFER, B. English as a lingua franca. In: **ELT Journal**, pp. 339-341, 2005.

SEIDLHOFER, B. **Lingua franca English**: the European context. KIRKPATRICK, A. (ed.), Sense Publishers, pp. 355 – 372, 2008.

SHOHAMY, E. A critical perspective on the use of English as a Medium of Instruction at Universities. In: DOIZ, A.; LASAGABASTER, D.; SIERRA, J. M. (Eds.). **English-Medium Instruction at Universities**: Global Challenges. Multilingual Matters, 2012, (pp. 196-210).

SIGNORINI, I. Línguas estrangeiras e internacionalização da educação superior no Brasil: políticas linguísticas institucionais. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, pp. 119-138, 2012.

SPOLSKY, B. **Language management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, B. **Language practices, ideology and beliefs, and management and planning**. **Language Policy**. UK: Cambridge University Press, 2004, p. 1-15.

SPOLSKY, B. What is language policy? In: Cambridge. **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 03-15.

SPOLSKY, B. **Rethinking Language Policy**. Edinburgh University Press, 2021.

STALLIVIERI, L. Estratégias para Internacionalização do Currículo: do Discurso à Prática. *In: LUNA, J. M. F. **Internacionalização do currículo**: Educação, interculturalidade e cidadania global*. Campinas: Pontes Editores, 2016.

STALLIVIERI, L.; GONÇALVES, R. B. Novas propostas pedagógicas para o desenvolvimento de disciplinas ministradas em línguas estrangeiras das salas de aula multiculturais. **Revista de ciências da Administração**, v. 17, n. 41, p. 130-142, 2019.

TAQUINI, R. **Internacionalização = EMI?** Evidências do inglês na UFES. Dissertação de Mestrado em Educação e Linguagens. Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Vitória, 2020.

TRUJILO, A. M. **Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade**. CNE/UNESCO, Brasília, p.1-41, 2013.

VARGAS, J. Internacionalização das universidades brasileiras: uma abordagem da política linguística. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, pp. 646-665, 2019.

VAVRUS, F.; PEKOL, A. Critical internationalization: moving from theory to practice. **FIRE: Forum for International Research in Education**, 2005.

YEUNG, M. The use of English as a medium of instruction in higher education in post- colonial Hong Kong -perceived realities and issues. *In: **Taiwan Journal of TESOL***, Vol. 17.2, pp, 39-64, 2020.